

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Maio de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1066 • Director: Carlos Brito

► **Carlos Carvalhas no Algarve**

QUE O VOTO DA ESQUERDA NÃO FALTE!

Págs. 20 e 21

PESCAS O grande naufrágio



Reportagem

por Henrique Custódio

Centrais

Hoje É DIA DE LUTA

Págs. 10 e 11



Livro branco trabalho negro

• Artigo de Domingos Abrantes

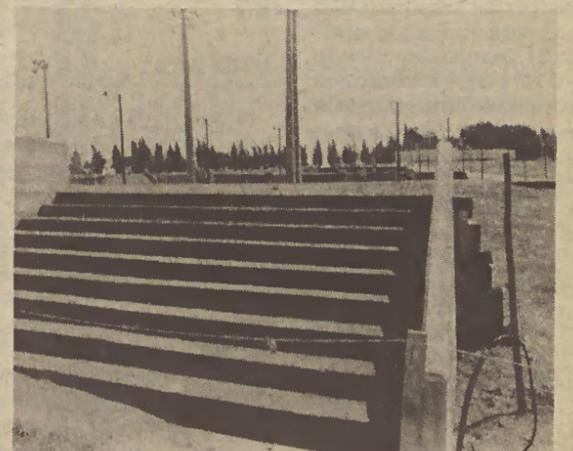
Pág. 18

Salários e direitos em causa nos Seguros

Pág. 23

Atalaia Novidades no terreno

Pág. 19





Começou a pré-campanha eleitoral da CDU para as Eleições Europeias

RESUMO

11

Quarta-feira

Com a presença do cabeça de lista, Luís Sá, tem início, na Praça da Figueira, em Lisboa, a pré-campanha eleitoral da CDU para as eleições europeias ■ Em várias cidades portuguesas, os estudantes do ensino secundário manifestam-se de novo nas ruas em contestação da política educativa do Governo, em particular da polémica Prova Global ■ Começa em Tróia uma reunião de cientistas portugueses para a discussão do programa Praxis XXI ■ O presidente da UDT, João Carrascalão, critica o governo português pela concessão de vistos ao embaixador de Jacarta Lopes da Cruz ■ Com uma intervenção do primeiro-ministro Felipe Gonzalez, começa nas Cortes espanholas o debate sobre a vaga de corrupção que assola o país vizinho ■ Toma posse, na África do Sul, o Governo de Unidade Nacional saído das recentes eleições naquele país ■ Também na Itália, toma posse o novo governo italiano que tem, na sua composição, cinco ministros neofascistas.

12

Quinta-feira

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta, na Assembleia da República, um projecto-lei que atribui à Procuradoria-Geral da República o poder de realizar um inquérito extraordinário ao SIS ■ O Governo de Cavaco Silva aprova um diploma que altera o sistema vigente para a nomeação das chefias militares ■ Segundo uma estimativa da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, a lei da amnistia, recentemente aprovada, abrangerá cerca de 1500 reclusos ■ Num momento em que a popularidade do governo conservador é cada vez menor, morre subitamente em Londres em virtude de um ataque de coração, o líder do Partido Trabalhista britânico John Smith ■ Durante uma visita de Boris Ieltsin, o canceler alemão, Helmut Kohl, declara em Bona o seu apoio à entrada da Rússia para o Grupo dos 7.

13

Sexta-feira

Acabado de regressar da África do Sul, o Presidente da República anuncia publicamente ter convidado Nelson Mandela para visitar oficialmente o nosso país ■ A Interjovem (CGTP) critica o atraso verificado na actualização das bolsas de estudo destinadas aos 15 mil jovens que frequentam o programa oficial de aprendizagem ■ O ministro da Defesa, Fernando Nogueira, admite a participação de Portugal na força da UNAVEM III, para Angola ■ Entre os 37 secretários de Estado do novo Governo italiano, figuram 12 saídos das fileiras da Aliança Nacional (neofascista) ■ Após 27 anos de ocupação ilegal, é de novo hasteada pela primeira vez no Comissariado da Polícia de Jericó a bandeira palestina.

14

Sábado

Numa intervenção proferida no encerramento de um colóquio sobre

ambiente e desenvolvimento, Carlos Carvalhas realça o papel fundamental dos deputados europeus no próximo mandato já que o Parlamento Europeu terá poderes reforçados e em 1996 irá proceder-se à revisão dos tratados europeus ■ Aproveitando uma visita oficial ao Norte do país, o primeiro-ministro Cavaco Silva anuncia uma proposta de celebração de um «contrato social até ao final do século» ■ Com inúmeras críticas ao Governo, tem início em Braga o IV Congresso da Associação Nacional de Freguesias, que reclama maior autonomia, entre outros, nos domínios do ambiente e da educação ■ O Benfica vence o Sporting, para o Campeonato Nacional de Futebol, pela expressiva vantagem de 3-6.

15

Domingo

Presidindo à 3ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP, Carlos Carvalhas reafirma, na sua intervenção de fundo, o combate do Partido à abstenção nas próximas Eleições Europeias ■ Os congressistas presentes em Braga no IV Congresso da Associação Nacional de Freguesias aprovam a apresentação de uma queixa ao Tribunal Europeu pelo adiamento da aprovação, na Assembleia da República, da Carta Europeia da Autonomia Local ■ Numa sondagem publicada pelo jornal sueco «Goeteborgs-Posten», 40 por cento dos inquiridos manifestam-se contrários à adesão do país à União Europeia, enquanto as opiniões positivas atingem 34 por cento e o número de indecisos é estimado em 27 por cento.

16

Segunda-feira

É apresentada a uma assembleia de empresários portugueses a última versão do «relatório Porters», cujas conclusões são logo criticadas pelo ministro da Indústria Mira Amaral ■ Os estudantes do Passos Manuel fecham a porta das instalações a cadoado em recusa da realização das provas globais ■ O ministro das Finanças, Eduardo Catroga, reconhece em Bruxelas o conjunto de ilegalidades que levaram ao controlo maioritário, pelo Banesto, do Banco Totta & Açores, aquando da sua privatização ■ Na véspera das primeiras eleições livres realizadas nas últimas três décadas, é aprovada no Malawi uma nova Constituição.

17

Terça-feira

O Ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, vai ao Parlamento falar sobre o caso das escutas e a actuação do SIS, mas nada adianta sobre as medidas a tomar caso se confirmem as suspeitas de ilegalidades cometidas por aquele organismo ■ Críticas de Jorge Lácio a Mário Soares, em artigo publicado no Público, põem o PS em pé de guerra; o secretário-geral, António Guterres, diz não subscrever as posições de Lácio e tenta retirar importância ao caso dizendo tratar-se de «uma posição pessoal» ■ O vice-primeiro-ministro russo, Serguei Chakhrái demite-se após ter sido afastado da pasta das Nacionalidades.

Contra a demagogia e a abstenção

demagogia e a abstenção são dois dos principais inimigos que CDU enfrenta nas próximas eleições para o Parlamento Europeu e que podem prejudicar o seu bom resultado.

A

A demagogia neste período pré-eleitoral, não caracteriza apenas a actuação do Governo e do PSD, é também a marca mais saliente da campanha do PS e do CDS e até de outras forças concorrentes de menor projecção.

A demagogia governamental, desenvolvida numa linha a que o cavaquismo já habituou o País, atinge, no entanto, níveis de hipocrisia e de cinismo raramente verificados.

Cavaco Silva parece estar a brincar com o povo, o País e as instituições democráticas ao declarar que não vai empenhar-se nas eleições, precisamente quando está a fazer campanha eleitoral e da mais indecorosa, como são as visitas e as inaugurações feitas agora na qualidade de Primeiro-Ministro, mas acompanhado do cabeça de lista do PSD, entregando-se a profusa distribuição de promessas e cheques para melhoramentos. Tudo à custa do erário público!

Só por isto já Cavaco Silva merecia ser severamente penalizado nas eleições!

A suprema hipocrisia foi, no entanto, consumada quando Cavaco Silva, fingindo ignorar as instantes reivindicações que lhes estão colocadas pela luta dos trabalhadores e o movimento sindical, apresentou como grande projecto social um acordo de concertação a médio prazo, até 1999.

A circunstância da mesma ideia ter sido apresentada dias antes pela UGT deixa dúvidas sobre a possibilidade de ter havido alguma descoordenação na sua apresentação pública, mas demonstra mais uma vez a intimidade de projectos e pontos de vista entre o Governo e a organização de Torres Couto.

Os trabalhadores e o movimento sindical unitário têm, pois, mais fortes razões para chamar o Governo à pedra na jornada de hoje, 19 de Maio, mobilizando-se largamente e exigindo que, em vez de se comprazer em manobras de diversão, o Primeiro-Ministro responda claramente às reivindicações que estão colocadas em matéria de salários, de emprego, de direitos e de segurança social.

A

demagogia laranja em matéria de «europeias» tem, no entanto, o cunho muito particular de pretender alijar as

graves responsabilidades do Governo e do partido do Governo na condução do processo de integração, de que antes tanto vangloriava, agora que são evidentes as suas consequências desastrosas em tantos domínios da vida nacional.

É curioso que Cavaco Silva e os candidatos do PSD estejam a silenciar nos seus discursos coisas que a sua propaganda tanto exaltou, como a presidência portuguesa das comunidades, na altura apresentada como um grande sucesso, e, outras proezas cometidas, como o processo da reforma da PAC e mais recentemente a célere ratificação do Tratado de Maastricht, cortando «cerce qualquer veiledade de consulta aos portugueses.

Que estranha amnésia leva os oradores laranja a deixarem de lado estes assuntos, tão importantes, quando se dirigem hoje, em vésperas de eleições,

As eleições de 12 de Junho são uma importante ocasião para se dizer o que se quer e o que não se quer em matéria de integração europeia, mas também para dizer o que se quer e o que não se quer em matéria de política nacional.

aos agricultores, aos pescadores, aos desempregados e em geral ao povo português?

A amnésia do PSD em relação às suas graves responsabilidades comunitárias é muito facilitada pela amnésia semelhante do PS e a amnésia praticamente total do CDS, em tudo o que se reporta ao seu passado.

O PS faz tudo para que não lembre a impertinência com que sempre reclamou por mais integração e a forma atribulada como se comportou no processo de ratificação do tratado de Maastricht, distinguindo-se na defesa da celeridade do processo, na recusa do referendo e de qualquer forma verdadeiramente séria de debate popular, na aprovação incondicional das normas do Tratado.

O PS está também envolvido na demagógica e hipócrita campanha do chamado Partido Socialista Europeu, destinada a fazer esquecer as graves responsabilidades dos partidos socialistas, especialmente dos que estão no poder, como o PSOE, na profunda degradação das condições de vida dos trabalhadores, especialmente do desemprego, que atin-

ge em Espanha 23 por cento da população activa.

«O pecador esquece, o justo padece», diz o povo e é o que está a acontecer entre nós, com os partidos responsáveis pelo processo de integração - o PSD e o PS e também o CDS - a fazerem-se esquecidos e o povo a padecer as mais duras consequências das suas decisões políticas.

É neste quadro que deve intervir a lúcida memória da CDU para que cada qual seja confrontado com as suas responsabilidades e preste ao povo as devidas contas.

Na campanha eleitoral que vai seguir-se, este procedimento desmistificador das demagogias pode ter uma grande influência nas decisões de voto.

O outro inimigo a vencer nestas eleições - a abstenção - também exige uma aturada batalha de esclarecimento.

É sabido que neste tipo de eleições há muitas causas que concorrem para a abstenção, desde logo o deficiente esclarecimento sobre a sua finalidade e o papel do órgão distante que vai ser eleito. Estas causas podem ser agravadas nas presentes circunstâncias do nosso país, pelo cepticismo e o desencanto em relação à integração europeia e muito especialmente pelo período de feriados em que o acto eleitoral vai ter lugar.

Para contrariar estas tendências, é essencial intensificar o esclarecimento sobre a importância das eleições tanto no quadro comunitário, como pelas suas repercussões na política nacional.

As eleições de 12 de Junho são uma importante ocasião para se dizer o que se quer e o que não se quer em matéria de integração europeia, mas também para dizer o que se quer e o que não se quer em matéria de política nacional.

É a esta luz que deve ser avaliada a importância de votar e de votar bem.

O voto na CDU é claramente o voto pela mudança na política de integração e o voto por uma nova política para o nosso país.

Desenvolvendo o tema da importância das eleições, Carlos Carvalhas, salientou, ao discursar no encerramento 3ª Assembleia Regional do Algarve do PCP, que: «o voto na CDU é um voto na defesa das reivindicações populares, um voto que alia o «não» da esquerda às políticas de Maastricht com o «sim» a uma Europa dos povos, a uma Europa de cooperação entre nações livres, soberanas e iguais.»

É a ampla mobilização deste voto que importa assegurar nas três semanas que nos separam das eleições.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Copa Reis — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4479 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Tentações pidescas

As tentações de natureza pidesca revelam-se com frequência cada vez maior nos diferentes domínios da actividade do poder laranja.

Na passada semana, ao mesmo tempo que na Assembleia da República se produziavam novas e graves revelações sobre as escutas e espionagem ilegais do SIS, a Câmara Municipal da capital apreciava o projecto do novo Regulamento Policial do Distrito de Lisboa.

Segundo a imprensa, "todos os 17 vereadores da Câmara de Lisboa" estiveram de acordo em manifestar ao Governo Civil "a sua preocupação" em face de algumas normas do referido regulamento.

Esta convergência dos vereadores lisboetas (incluindo os do PSD), que assim unanimemente se manifestam preocupados, é um facto político muito significativo e que chama naturalmente a atenção para motivo da preocupação.

Na verdade, o texto do diploma posto à apreciação pública pela Governadora Civil, Maria Adelaide, é em muitos domínios verdadeiramente inquietante pelo que pretende estabelecer e pelo espírito policíaco de que está imbuído e que caracteriza as orientações

do Governo e, especialmente, do Ministério da Administração Interna em tudo o que se refere ao controlo dos cidadãos.

Entre muitas outras, apresentam-se como especialmente atentatórias dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagradas, as disposições relativas às associações e aos ajuntamentos na via pública.

O associativismo representa claramente um terror do poder laranja. Por isso, o Governo pretende estabelecer, por via dos regulamentos policíacos, exigências em matéria de constituição e regras de controlo em relação ao funcionamento, frequência e horários das associações, que exorbitam a Constituição e a lei e que, a vigorarem, conduziriam ao definhamento do associativismo. O veso policíaco vai ao ponto de pretender que seja obrigatória "a existência de um livro de registo de sócios sempre disponível para ser apresentado às autoridades policíacas e seus agentes."

Além de ser exigida licença para bailes particulares de mais de cinquenta pessoas e proibidas as máscaras, em matéria de ajuntamentos nas vias públicas e demais lugares públicos, sem poder proibir as "reuniões,

desfiles ou manifestações que tenham sido previamente comunicadas à autoridade competente, sem que esta tenha levantado objecções", pretende proibir "qualquer ajuntamento e estacionamento prolongados que possam prejudicar o trânsito ou alterar a ordem pública". É a tentativa, como já alguém comentou, do regresso à regra fascista da "proibição dos ajuntamentos de mais de uma pessoa".

O que importa, acima de tudo, é pôr em evidência que este e outros regulamentos policíacos fazem parte da orientação e práticas governamentais que produziram a lei do segredo do Estado, que conferiram à Judicária competência para recolha de informações, que ampliaram a área de intervenção dos Serviços de Informações, que estabeleceram o uso obrigatório do Bilhete de Identidade, que permitem as escutas, as espionagens e as infiltrações do SIS e da DINFO e a utilização por parte destes serviços do antigo pessoal da PIDE.

Talvez alguns considerem exagerado falar-se de tentações pidescas e comentem que uma andorinha não faz a Primavera. Mas se forem aos bandos, como se vê?

■ Carlos Brito

CUBA

solidariedade é precisa

Todo o mundo tem os olhos postos em Cuba. Uns, conhecendo as dificuldades actuais, acompanham com interesse as medidas adoptadas durante o "Período Especial" pelo governo cubano - modificações na estrutura agrária, liberalização de algumas actividades profissionais, despenalização da posse de divisas, entre outras - com a expectativa que, essas medidas, ao contribuírem para a solução de problemas prementes do quotidiano, permitam, no presente, criar as condições para defender aspectos essenciais da Revolução e, no futuro, dar novo impulso ao processo revolucionário iniciado há mais de 3 décadas.

Outros, defendendo o bloqueio ou contando com o aprofundamento das dificuldades e contradições da situação actual, têm a esperança de desmoralizar o povo cubano e abrir fendas na sua unidade e determinação - factores essenciais à defesa da soberania e independência nacionais - e derrotar o socialismo.

Foi com este objectivo que os EUA, vai para 2 anos, apertaram o bloqueio. O desmembramento da URSS, com quem Cuba mantinha o fundamental das suas trocas comerciais, introduziria enormes dificuldades à economia e ao desenvolvimento da Ilha. Com a lei Torriceli, o imperialismo tenta fazer vergar Cuba. O bloqueio, que se tem mantido implacável há 34 anos e sem alterações ao longo das 8 administrações que passaram pela Casa Branca, tornou-se assim ainda mais impiedoso. Condenado já por duas vezes consecutivas na ONU, é contudo difícil furá-lo. Os EUA pressionam e fazem chantagem para impedir o comércio com Cuba. O preço do açúcar é depreciado. A sua troca por petróleo é cada vez mais pesada e difícil. Cuba foi obrigada a reorientar as suas relações económicas externas e a reestruturar o seu aparelho produtivo. A reinventar métodos arcaicos de produção agrícola para que a alimentação não falte, enquanto desenvolve o turismo e prossegue as investigações farmacêuticas e biotecnológicas que lhe permitam a obtenção de divisas. O velho e o novo conjugam-se na defesa da sua independência e soberania.

A Revolução cubana tem influenciado e entusiasmado várias gerações. Pelo carácter da sua democracia participativa, pela criatividade na busca de soluções, pelos seus elevados índices sociais na educação e na saúde. Pela sua generosidade e solidariedade que se manifesta no plano interno, entre a cidade e o campo, entre os jovens e os mais idosos, mas que assume particular expressão no plano internacional. Temos presente a formação de milhares de quadros de várias nacionalidades, a ajuda desinteressada a Angola e, actualmente, apesar de todas as carências com que se defronta, o tratamento de milhares de crianças vítimas de Tchernobyl.

Hoje é Cuba que necessita de solidariedade. Da solidariedade material, mas sobretudo de solidariedade política e, em particular, de acções que denunciem e condenem a ilegitimidade do bloqueio e que exijam o seu levantamento imediato. Numerosas vezes se erguem nesse sentido. Na América Latina e em todo o Mundo. Também em Portugal é necessário levar mais longe a nossa solidariedade. A recém-criada Comissão Nacional Contra o Bloqueio constitui um importante passo nesse sentido.

É necessário apoiarmos as suas iniciativas. Multiplicar as acções para que Portugal assumam a condenação do bloqueio.

E contribuir nas campanhas materiais, pois Cuba necessita e conta com a solidariedade de todos os povos.

M. B.

Das avenidas para o beco

É digno de registo o sobressalto (e a atrapalhão...) em que mergulharam, depois do Congresso "Portugal: Que futuro?", algumas conhecidas figuras da nossa praça.

A este respeito, Joaquim Pina Moura é verdadeiramente exemplar.

Na sua (nova) qualidade de colaborador da "Acção Socialista", órgão oficial do PS, ele começou por considerar a "mobilização de congressistas - cerca de cinco mil" um prenúncio do "esgotamento do ciclo político iniciado em 1985" e nada menos que o "anúncio da necessidade de um novo impulso democrático" que "tem de desmonopolizar a vida política em relação à exclusiva mediação partidária".

E com a visão estratégica de um Aníbal nos Pirinéus, acompanhada por uma indistigável gulodice política, foi adiantando "que a construção de uma nova maioria para governar Portugal - tendo como núcleo e fulcro dinamizador o Partido Socialista - precisa de agregar (sic) ao PS o potencial político e técnico de numerosos cidadãos e correntes que não têm nem querem ter filiação partidária" e que "os Estados-Gerais para uma Nova Maioria (...) constituem um passo certo nesta direcção".

Cinco dias passados, apenas, em prosa desta vez publicada no "Público", Joaquim Pina Moura surge existencialmente dilacerado

entre os "dois Congressos" que "à medida que os dias vão passando" se lhe torna claro que tiveram lugar, chegando mesmo ao ponto de afirmar que o Congresso "Portugal: Que futuro?" "corre o risco de se transformar num enorme logro"...

Quanto aos independentes o tom também mudou e tornou-se pouco menos que bélico. "Não se trata de substituir a arrogância dos aparelhos partidários pela arrogância autoconvencida de cidadãos que, a si próprios, tendem a arvorar-se no alfa e no ómega da mediação política". E remata, solene, com a última visão estratégica: "é essencial combater tanto a partidocracia como a "independentocracia"

De modo que as coisas começam a ficar claras em relação às concepções dos organizadores dos "Estados Gerais" do PS. Quanto à participação de independentes o interesse circunscreve-se ao verbo "agregar" ou pescar, traduzido em linguagem piscatória. Quanto ao debate é uma discussão com tabus, como a convergência democrática contra o cavaquismo, e sentido único.

Depois das "avenidas da discussão" sergianas que, sem sentidos proibidos nem exclusões, marcaram o Congresso: "Portugal: Que futuro?", vão os responsáveis do PS passar para o beco dos "Estados Gerais"?

■ Edgar Correia

Olha se tencionasse...

«Não tenciono participar activamente na campanha eleitoral» — garantiu o Primeiro-Ministro.

A garantia — feita naquele tom solene e pernóstico com que Cavaco Silva pensa esconder a sua incomensurável incultura — foi proferida no passado fim-de-semana, na Nazaré, onde o «Chefe» se deslocou para, com grande aparato mediático, anunciar o envio de milhões de contos para aquele concelho (que, a acreditar no que foi dito, vai ficar com todos os seus problemas resolvidos e assim passará a constituir um oásis no deserto a que a política de direita condenou Portugal).

E tamanho foi o entusiasmo do Primeiro-Ministro com a recepção que lhe foi feita que aproveitou para despejar pro-

messas e garantias para outras regiões do País, mais uma vez prometendo «eliminar de vez as barracas em Lisboa e no Porto».

E tudo isto sempre garantindo que não tencionava participar activamente na campanha eleitoral...

O Primeiro-Ministro repete, assim, o truque velho utilizado em anteriores situações. Garantindo que não tencionava «participar activamente na campanha eleitoral», Cavaco Silva está, de facto, a fazê-lo. E — o que é pior, e mais grave, e mais condenável e inadmissível — está a fazê-lo de forma ofensiva para os portugueses. Reincidindo na garantia de que não está a fazer o que, na realidade, faz; comprando votos para o PSD com o dinheiro que é do País e não do

PSD — o Primeiro-Ministro está, simultaneamente, a mentir ao povo e ao País; está a utilizar abusivamente o cargo que ocupa; está a utilizar dinheiros públicos em benefício do partido que chefia.

Ao mesmo tempo, e pretendendo matar dois coelhos com uma só cajadada, a cavacal intenção de «não participar» na campanha eleitoral obriga, como lemos, à conclusão de que o Primeiro-Ministro «desvaloriza as eleições europeias».

«Desvalorização» que se apresenta como muito cómoda para Cavaco Silva: porque se o PSD vier a obter um mau resultado eleitoral (como se espera que aconteça), ele julgar-se-á em condições de «desvalorizar» os efeitos desse mau resultado; e se acontecesse o contrário... é claro que Cavaco Silva

passaria de imediato a considerar as eleições europeias como o acontecimento mais importante do ano.

D aqui até 12 de Junho, o Primeiro-Ministro vai continuar a «não participar activamente na campanha eleitoral». Porque, como toda a gente sabe, distribuir dinheiro e promessas de dinheiro é o pão dele de cada dia. Porque, como é óbvio, fazer-se acompanhar, enquanto Primeiro-Ministro, do cabeça de lista do PSD às eleições para o Parlamento Europeu, não é fazer campanha eleitoral...

E a questão que se nos coloca é apenas esta: se é assim «não tencionando participar activamente na campanha»... o que seria se a intenção dele fosse a oposta?

■ José Casanova

Contra a privatização da Secil manifestaram-se as células do PCP da empresa Secil/CMP/Cimpor, expressando a sua completa oposição ao desmembramento e privatização da Indústria Cimenteira Nacional e aos seus objectivos lesivos da economia nacional, do desenvolvimento e do progresso do País.

Estas células do PCP, que se reuniram em 13 do corrente, emitiram uma nota em que reclamam uma nova política que «assegure a defesa dos interesses da economia e da soberania nacionais, defenda os postos de trabalho e os direitos e regalias sociais conquistados ao longo de 20 anos de Abril e da nacionalização». O PCP, afirma a nota, «manifesta a sua confiança em que os trabalhadores, com a sua consciência e unidade, saberão desenvolver as acções necessárias, a resistência e a luta para alterar a situação actual e construir uma nova política para o nosso país!».

Quadros do PCP da Zona dos Mármore

reuniram-se, no passado dia 15, em Borba, exprimindo «fundadas preocupações que poderão advir» aos sectores do mármore e da vinha em resultado do processo de adesão à Comunidade Europeia. Da nota que tornaram pública, destacamos:

«Nos concelhos de Borba, Vila Viçosa e Estremoz, existem cerca de 200 pedreiras de extracção empregando cerca de 3000 trabalhadores, responsáveis pela extracção de mais de 50% da produção nacional.

«Em face da recessão económica, da crise que atinge o sector da construção civil, e de políticas económicas executadas pelo Governo PSD o sector atravessa visíveis dificuldades, com consequências sociais, que se traduzem já hoje no encerramento de empresas, com mais de duas centenas de trabalhadores atingidos por despedimentos e bolsas de salários em atraso.

«Sector vital para a Zona e Região, impõem-se medidas que conduzam à sua dinamização e tendentes a inverter a tendência da sua desarticulação e estrangulamento.

«A vinha é de entre outros um sector que assume notória importância para a zona e região.

«Quer seja pela ocupação de mão-de-obra, quer pela reconhecida qualidade dos vinhos produzidos, no plano nacional, os comunistas da região não poderão aceitar que o Governo Português permita a adopção de medidas, a pretexto de excedentes na comunidade, quando não é Portugal que contribui para esses excedentes e simultaneamente se vá permitir a entrada no mercado nacional de vinhos europeus fabricados a partir da sacarose. Trata-se de legalizar aos outros — venda e consumo de vinho a martelo — quando justamente é proibida a sua comercialização em Portugal».

Em Gondomar, a Comissão Concelhia do PCP denunciou os propósitos eleitoralistas da visita de Cavaco Silva ao concelho, antes de o primeiro-ministro aí se ter deslocado no passado sábado, a pretexto da assinatura de protocolos de colaboração entre o Governo e a Câmara nas áreas da habitação e da educação. «O PCP de Gondomar», afirma-se em nota tornada pública, «espera sobretudo que o Primeiro-Ministro abra os cordões à bolsa disponibilizando os meios necessários para a concretização de obras há muito reclamadas, e não se fique apenas pelas promessas que normalmente apregoa em períodos de campanha eleitoral. A Comissão Concelhia de Gondomar do PCP lembra a todos os gondomarenses que Cavaco Silva vem a Gondomar prometer obras que os eleitos do PSD rejeitaram na Câmara Municipal em finais de 1992».

Recordando que os eleitos do PCP apresentaram então uma moção a reclamar do Governo e aos grupos parlamentares a inscrição no OE para 93 das verbas necessárias à resolução de vários problemas, a Comissão Concelhia sublinha que então os eleitos do PSD votaram contra a moção apresentada, tal como os deputados do PSD fizeram na AR contra as propostas do Grupo Parlamentar do PCP.

A organização da Zona Norte das freguesias da Cidade de Lisboa do PCP realizou no passado dia 7, a sua 2.ª Assembleia, que decorreu no Centro Cultural João das Regras, no edifício da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica. Participaram 106 camaradas e amigos nos trabalhos da Assembleia, que registou a intervenção de 30 camaradas, no debate do Projecto de Resolução, que veio a ser aprovado por unanimidade. Foi ainda aprovada uma declaração sobre o empenhamento da Organização e dos militantes na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. O Organismo de Direcção foi eleito por unanimidade.

No final dos trabalhos, o camarada Aurélio Santos, da Comissão de Controlo do CC, interveio abordando alguns aspectos no decorrer da Assembleia, dando particular ênfase às questões que se prendem com as próximas eleições europeias.

Agrava-se a situação social

A situação política e social dos respectivos distritos foram, em recentes reuniões de direcções das organizações regionais do Partido, debatidas e analisadas. As DOR's do PCP tornaram públicas as conclusões dessas reuniões, de que damos breve nota.

Braga

«Não é uma crise conjuntural e passageira mas uma situação instalada que resulta da política de direita dos governos do PSD e do aprofundamento da união económica e monetária europeia», comenta assim a DORBraga, referindo-se às dificuldades e às perspectivas de futuro incerto a que estão sujeitos milhares de trabalhadores e famílias do distrito.

«No Sector Têxtil continuam as falências, os baixos salários e os salários em atraso, os despedimentos e a violação dos direitos laborais», acusa ainda a nota.

A DORBraga assinalou, por outro lado, «a grandeza, o vigor e participação do povo e dos democratas do distrito nas comemorações» de Abril e a jornada do 1º de Maio — «acções que, no seu conjunto traduziram uma condenação clara da política de direita e a necessidade de se encontrarem caminhos de entendimento e convergência entre as forças da democracia, rumo a uma política democrática».

Coimbra

«É grave e preocupante a situação social em todo o distrito», diz a nota da DOR-Coimbra, que reuniu em 14 do corrente. «Só no último meio ano, o número de desempregados passou de 7 para 20 mil, com maior incidência no sectores metalúrgico, têxtil, cerâmico e construção civil. Desde 1992 encerraram mais de 30 empresas. Aumenta dia a dia o número de trabalhadores com salários em atraso — mais de 4 mil actualmente.

«A DORC do PCP não pode deixar de atribuir a culpa de tal situação à política do lucro fácil do patronato e, acima de tudo, à nefasta política económica e social prosseguida pelo Governo que, por acção ou omissão intencionais, numa perspectiva meramente economicista, tem facilitado, com duvidosa legalidade e moralidade, o encerramento de várias empresas.

A nota da DORC refere ainda a «grave situação económica que atravessam os

agricultores e a agricultura do distrito», que caracteriza como «a pior dos últimos dez anos», sublinhando particularmente a situação dos produtores de leite e as dificuldades dos vitivinicultores.

No plano partidário, a DORC, entre outras medidas, agendou para Fevereiro do próximo ano a 3ª Assembleia da Organização.

Setúbal

«O nosso distrito já atingiu cerca de 45 mil desempregados, inscritos nos centros de emprego, o que significa cerca de 14 por cento da população activa», acentua a nota da Comissão Executiva Distrital da DORS do PCP. «Tal situação arrasta consigo

a marginalidade, a exclusão social e a miséria a que urge pôr cobro com urgência. Se considerarmos que cerca de 90 por cento destes inscritos são trabalhadores que procuram novo emprego, ficamos com uma visão clara do que tem acontecido ao sector produtivo do distrito».

Quanto às perspectivas a curto prazo, a nota assinala que estas «prefiguram um agravamento da situação, bastando ter presente que só em 8 empresas — Lisnave, Solisnor, Siderurgia, Plasquisa, Torralta, Stand Robalo, Extra e Indelma — se prevê o despedimento de mais 7 mil trabalhadores».

Rejeitando a «manobra eleicoeira de Cavaco» ao propor novo «acordo social», a DORS afirma a urgência de uma nova política que desbloqueie a contratação colectiva e as revisões salariais, que promova novos empregos e defenda os existentes, que recupere e viabilize as empresas e defina um plano estratégico de desenvolvimento económico para a agricultura, as pescas, a indústria e os serviços.

Évora

«Aos homens, mulheres e jovens que no distrito são vítimas da crescente degradação das condições de vida, alvo da liquidação de direitos sociais e do flagelo da precariedade de emprego e aumento do desemprego, a DOREV do PCP junta a sua voz de apoio e solidariedade à luta que se impõe travar no combate às políticas protagonizadas pelo Governo PSD/Cavaco Silva», diz a nota da DOREV, sublinhando que o desemprego no distrito é hoje uma realidade indelmentável.

«Inúmeros são os concelhos onde o desemprego atinge já centenas de pessoas, como são os casos de Mourão, Alandroal, Viana e Portel, entre outros».

«Os comunistas e os trabalhadores do distrito jamais admitirão que os verdadeiros responsáveis por esta tão grave situação social sacudam a água do capote», refere a nota da DOREV, que apoia a jornada de luta convocada para hoje pela CGTP.

Reforma Educativa em debate no Porto

A Reforma Educativa em curso assenta no modelo reaganiano da excelência não respeitando o princípio da equidade pedagógica, gera o aumento do desemprego, a quebra da qualidade do ensino e uma «cultura da culpabilização do professor e da escola», afirmou o dr. Rogério Fernandes, num debate realizado no Hotel Tuela, promovido pela organização de professores do Porto e em que participaram uma centena de professores e pais. O camarada Jorge Sarabando, membro do CC, afirmou que a iniciativa procurava responder ao apelo do Manifesto aprovado no último Encontro Nacional do PCP sobre a Educação e o Ensino para o aprofundamento do estudo e reflexão de diversas questões como o novo modelo de avaliação, a gestão escolar, a carreira docente e a autonomia do professor e da escola.

Na Mesa encontravam-se também Mário David Soares, dirigente sindical e membro da DORP, engº Abel Macedo e José Calçada, inspector pedagógico, membro do Conselho Regional, que moderou o debate.

Na sua intervenção, Abel Macedo, criticou a orientação da Reforma pois exerce um verdadeiro «cercos» aos professores, apesar do direito à participação que o Estatuto consagra, funcionaliza-o ao enredá-lo numa teia burocrática e cerceia a sua autonomia.

O novo modelo de avaliação, que não foi sequer sujeito à experimentação, foi largamente criticado em grande número de intervenções, por decorrer de uma lógica excludente, que não previne o insucesso antes o sanciona, que não educa mas selecciona e também por ter na sua origem, como disse José Calçada, razões economicistas.

Vários presentes pronunciaram-se contra as Provas Globais, cuja suspensão este ano é indispensável, por, entre mais razões, estarem em contradição com outros elementos da

Reforma, com a própria avaliação contínua, e por visarem, como a própria ministra já admitiu, quando vigorarem as Provas Nacionais avaliar também os professores.

Um dos presentes, dirigente de uma associação de pais, teve a oportunidade de esclarecer que a CONFAP tomou posição contra as Provas Globais, ao contrário do que desonestamente foi informado na televisão.

Outras intervenções incidiram sobre a baixa cobertura da educação pré-escolar e o abandono do projecto de atingir os 90% de cobertura pois, segundo a actual ministra, deixou de ser uma prioridade.

Foram apresentados diversos exemplos de vergonhosas restrições orçamentais que atingem as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e afirmado que os professores são induzidos à «mendicidade» para obter verbas indispensáveis ao seu funcionamento normal.

O modo como funcionam em muitos locais a educação pré-escolar e a do 1º Ciclo, comprovam a existência de verdadeira segregação social.

O novo modelo de gestão, em fase de experimentação, foi criticado em todas as intervenções. Representa a tentativa de impor o modelo existente em vários países da União Europeia, como a França e a Grã-Bretanha, em que o director actua sem dialogar com os professores. O projecto do governo PSD não é o de descentralizar, como suporia o reclamado princípio da autonomia, mas sim o de desconcentrar. A definição de competências entre vários órgãos e a sua composição têm gerado choques e divisões entre professores e estão a criar dificuldades ao funcionamento das escolas.

Por isso, a importância de aproveitar o próximo ano lectivo, em que o novo sistema estará em avaliação, para um grande debate nacional e um movimento que leve à sua rejeição.

Álvaro Cunhal 25 de Abril no Alentejo

O Presidente do Conselho Nacional do PCP, camarada Álvaro Cunhal, visitou no passado fim-de-semana os distritos de Portalegre e Évora, participando num conjunto de iniciativas comemorativas do aniversário do 25 de Abril. A visita começou na sexta-feira à noite, em Campo Maior, onde, no Salão dos Bombeiros Voluntários, foi recebido por cerca de três centenas de camaradas e amigos.

Após o início da sessão, marcada pela declamação de alguns poemas alusivos ao significado do 25 de Abril, o dirigente comunista interveio sobre as lutas e as transformações alcançadas pelo povo português — Reforma Agrária, Poder Local democrático, eleições livres, reconhecimento e criação de partidos políticos. Álvaro Cunhal lembrou como tais lutas e conquistas não foram fáceis, e recordou o papel de algumas figuras de contra-revolucionários, nos vários momentos do processo revolucionário até ao 25 de Novembro.

No dia seguinte, encontro ao meio-dia com a população de Fronteira, onde o esperavam duas centenas de pessoas. O papel do Partido durante os últimos vinte anos e as batalhas futuras foram o tema da introdução de Álvaro Cunhal que colocou depois o microfone à disposição dos presentes, estabelecendo-se, apesar da chuva abundante, um diálogo vivo.

Depois foi Avis, concelho de maioria absoluta da CDU. A primeira freguesia foi Ervedal, onde o aguardava praticamente a população inteira. Diálogo instantâneo — reformas miseráveis, saúde e transportes, falta de trabalho, foram os problemas levantados. E afirmada a grande confiança no Partido, que se reflectiu na maior votação de sempre nas últimas autárquicas.

Seguiu-se para um almoço, com a participação de 200 pessoas, após o que Álvaro Cunhal foi recebido por todo o executivo camarário. O Presidente da Câmara, camarada Bartolomeu, fez uma exposição das dificuldades que o conselho atravessa. O Presidente do Conselho Nacional do PCP usou depois da palavra, exprimindo a alegria que era encontrar-se mais uma vez em Avis, cujo processo acompanhara após o 25 de Abril — grande transformações criadas pelos trabalhadores, com a Reforma Agrária — reafirmando que a população do concelho pode continuar, como sempre, a contar com o PCP.

Após uma visita ao Museu Municipal, uma caravana formara-se, com dezenas de carros. Chegados à freguesia de Alcórrego, esperava-os uma recepção grandiosa, com toda a população na rua, saudando o Partido. A caravana voltou depois a Avis. Na sala da Junta de Freguesia, trezentas pessoas participaram na sessão em que foi lembrado o 25 de Abril.

Distrito de Évora

O camarada visitou depois o distrito de Évora e participou em diversas iniciativas, iniciadas em Évora no sábado à noite no Palácio D. Manuel com um Colóquio sobre «O PCP e o 25 de Abril», que foi dirigido pela camarada Maria do Céu Figueiredo, membro da Comissão Concelhia de Évora, em cuja mesa estavam também Abílio Fernandes, membro do Secretariado do CC, José Bizarro, da Concelhia de Évora, Diamantino Dias, da DOREV e do CC, e Raimundo Cabral, responsável pela DOREV.

Presentes representantes das Associações de Estudantes e outros convidados.

No domingo de manhã em Portel, Álvaro Cunhal participou num almoço no qual participaram mais de 300 pessoas, entre os quais os camaradas e amigos eleitos na Câmara Municipal. Durante o almoço usou da palavra Vidigal Amaro, Presidente da Câmara, que agradeceu a presença de todos e apelou à participação na Campanha Eleitoral para o Parlamento Europeu. Foram feitas algumas ofertas a Álvaro Cunhal.

O camarada teve oportunidade de esclarecer que aquelas ofertas irão para o museu do Partido.

Depois seguiu para Montemor-o-Novo, onde, a convite da Câmara Municipal, participou num ciclo de conferências cujo tema é «O 25 de Abril e as vertentes da Democracia». Com o Auditório da Biblioteca repleto, foi desenvolvida uma intervenção sobre o referido tema, tendo no final havido um debate com os presentes.

Algarve 3.ª Assembleia Regional do PCP

A 3.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP foi o culminar de um processo que motivou a realização de múltiplas reuniões nas diversas organizações do Partido sobre a situação económica, social e cultural da região.

As mais de duas centenas e meia de delegados presentes no passado domingo, no Cinema Santo António em Faro, debateram e aprovaram, na sua redacção final e depois de terem sido discutidos nas organizações, a Resolução Política, o Relatório da DORAL e a Resolução sobre o Reforço da Organização, da Actividade e da Influência do PCP no Algarve, bem como elegeram a nova composição do Plenário da DORAL.

Estes documentos, como frisou na sua intervenção o responsável pela organização regional do PCP, contêm «decisões e projectos que consolidam a unidade de pensamento e acção do Partido».

Carlos Luís Figueira sublinhou o facto de na anterior Assembleia da Organização Regional, realizada há quatro anos, o PCP ter alertado para os prejuízos que poderiam advir para o Algarve, «a manterem-se as tendências negativas de então: perda do peso da actividade produtiva, dificuldades no sector agrícola, quebras na actividade pesqueira e o crescimento desordenado da oferta turística, bem como a necessidade da construção de infra-estruturas». Em lugar de uma inversão destas tendências negativas, «passados oito anos de adesão e após quatro anos do primeiro Quadro Comunitário de Apoio, período no qual se investiu no Algarve 87 milhões de contos, a economia algarvia tornou-se mais frágil, mais dependente, mais sazonal, tendo-se acentuado as vulnerabilidades, dependências e assimetrias inter-regionais».

Traçando o quadro da situação regional, o camarada sublinhou as responsabilidades do governo do PSD que «começou por vender, por um prato de lentilhas, os interesses da indústria conserveira em benefício dos interesses dos conserveiros franceses instalados em Marrocos, a troco de alguns milhões vendeu a nossa agricultura e, prepara-se para a troco de mais alguns milhares entregar pescas nacionais», que têm no Algarve uma significativa expressão e tradição.

«A negativa evolução da economia regional, criou um quadro artificial de ilusória prosperidade, fomentado pela onda de negociismo que marcou toda a década de oitenta, produto de múltiplas actividades especulativas». No entanto, «a ressaca está a emergir», afirmou Carlos Luís Figueira,

«e vem colocar com maior evidência que não é por tais caminhos que se pode assegurar o progresso, a estabilidade do emprego e o acesso a padrões de vida a que a população tem direito».

No entanto, como salientou Carlos Luís Figueira, o PCP não se limita a criticar a situação algarvia e apresenta pro-

«Não constituem um produto acabado — frisou — mas antes um instrumento de acção para a intervenção política, através de um processo que, não negamos, possa conduzir ao seu aperfeiçoamento, sendo um desafio que aqui deixamos às forças e sectores democráticos e, entre estas, ao PS».

O responsável pela organização do Algarve salientou ainda a necessidade da concretização de infra-estruturas necessárias para sustentar um projecto de desenvolvimento que o Algarve carece, a criação da Região Administrativa, a

zação do partido na região, acentuando, no plano dos efectivos, o registo de baixas que têm de ser vistas à luz das consequências do largo processo contra-revolucionário e a desorientação provocada pela derrocada dos países socialistas do Leste Europeu, bem como ao desmantelamento da actividade produtiva na região e da extrema mobilidade dos postos de trabalho.

Mas, «a tais dificuldades tem respondido um numeroso e valioso conjunto de quadros e militantes que, com sobrecarga de trabalho, mas com uma



postas concretas para «abrir caminhos de mudança, num acto de responsabilidade, coragem política e coerência», fruto da iniciativa, reflexão e conhecimento dos problemas.

defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, o acesso à cultura e ao ensino.

Na última parte da sua intervenção, Carlos Luís Figueira traçou a radiografia da organi-

elevada formação e consciência política, têm permitido assegurar uma actividade contínua e uma relevante intervenção e influência na vida política e social na região».

Em defesa da saúde dos trabalhadores

«Passados três anos sobre a assinatura, pelos diversos parceiros sociais, do Acordo Específico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e dois anos após a data-limite para publicação da legislação complementar à Lei quadro sobre o mesmo assunto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 26-94, que pretende regulamentar as actividades de Segurança, Higiene e Saúde no local de trabalho», assinala uma recente nota emitida pelo Grupo de Trabalho para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho do PCP, em que pode ler-se:

«Trata-se de um diploma que substituiu a legislação datada da década de 60, antiquada e mal adaptada à realidade portuguesa, porquanto nunca conseguiu que a população trabalhadora abrangida pelos serviços ultrapasse os 14%. Mas, se a legislação anterior era má, a agora publicada corresponde a um retrocesso desregulamentador e liberalizante, onde as disposições essenciais são inaplicáveis por pouco claras ou porque estão insuficientemente definidas.

«Tratando-se de uma área relevante para a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores portugueses, o Grupo de Trabalho para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho do PCP não pode deixar de manifestar total oposição à política consubstanciada no presente diploma, que é publicada à revelia das críticas e sugestões dos técnicos de saúde ocupacional, da Ordem dos Médicos e da CGTP-IN.

«Mais grave é que o presente diploma é publicado atrasado e isoladamente, sem ser acompanhado por outras disposições regulamentares constantes do Acordo, entre outros, a regulamentação da eleição dos representantes dos trabalhadores e a criação do Instituto de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Este comportamento do Governo diminui claramente a eficácia do Decreto-Lei 441/91 — lei quadro da Saúde Ocupacional e promove o esvaziamento do Acordo Específico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

«Face a um tal estado de coisas, o Grupo de Trabalho para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho do PCP, correspondendo ao sentir dos técnicos de saúde ocupacional e dos trabalhadores, pronuncia-se negativamente sobre o diploma 26/94, tendo o Grupo Parlamentar do PCP procedido à sua chamada à ratificação pela Assembleia da República.

«Assumindo que cabe aos trabalhadores o papel essencial na defesa da sua saúde nos locais de trabalho, defendemos a urgente regulamentação de aspectos essenciais ao desenvolvimento da saúde ocupacional e da melhoria das condições de trabalho, tais como: definição da formação e estatutos dos profissionais da saúde ocupacional; enquadramento da participação dos trabalhadores no acompanhamento dos serviços da saúde ocupacional e no controlo das condições de trabalho.»



CAMPANHA EM TODO O PAÍS

CDU na Europa é melhor

COVILHÃ

Pré-campanha arranca em clima de festa e confiança

Covilhã. A noite estava fria. A chuva, miudinha, alternando com bátegas fortes, persistira, teimosamente, ao longo de todo o dia. De tal modo que, aos organizadores, não restou outra alternativa, domingo passado, que não fosse alterar o local inicialmente previsto para a realização do comício-festa, transferindo-o da ampla Praça do Município, bem no coração da cidade, para o abrigo acolhedor do Cine-Teatro. Superando todas as expectativas, porém, nenhum dos imponderáveis, nem o mau tempo, nem a mudança de espaço, teve um efeito inibidor na decisão das pessoas, que afluíram em elevado número, de estarem presentes no arranque oficial da pré-campanha da CDU para as europeias no distrito de Castelo Branco, iniciativa que contou com a presença do seu cabeça de lista, Luís Sá.

E a festa aconteceu. Com esclarecimento, confiança e mobilização. Mas também, como é hábito, com alegria. E com música. No caso, com a música da Brigada Victor Jara, em noite de inspiração, com uma actuação notável, a evidenciar a força de um repertório de raízes populares, potenciado pela criatividade dos seus elementos e por um rigor e profissionalismo irrepreensíveis.

Foi com eles, aliás, que o programa começou, cedo arrancando do auditório um coro de

vozes e palmas que acompanharia grande parte da sua actuação. A meio, perante uma plateia interessada, a música deu lugar à palavra. Luís Lourenço, mandatário distrital da CDU, explicou as razões da iniciativa, apresentou os oradores e adiantou razões para a importância do voto na CDU. "Não queremos que acabem com a nossa agricultura, nem que acabem com as nossas pescas", sublinhou, "do mesmo que não queremos que as auto-estradas sirvam apenas para facilitar o caminho da emigra-

ção ou para melhor receber os turistas que nos chegam".

Foi um modo de dizer - um tema retomado por Carlos Vale, candidato do distrito nas listas CDU, na breve intervenção que proferiu - que os interesses da região, bem como de todo o País, encontram nos eleitos da CDU ao Parlamento Europeu os seus mais acérrimos defensores, um facto testemunhado na sua contínua e empenhada acção ao longo do mandato que agora termina.

Por último, Luís Sá, de cuja intervenção reproduzimos largos excertos, dedicou particular atenção a analisar com detalhe os efeitos nefastos das políticas de Maastricht, apontando simultaneamente aqueles que são do ponto de vista do PCP os caminhos alternativos, susceptíveis de gerar desenvolvimento, criar emprego e corrigir as desigualdades sociais.

Por si abordados, com algum desenvolvimento, foram igualmente as questões relacionadas com os fundos comunitários, com o sector têxtil e com a agricultura. A propósito desta última, depois de defender que "é preciso reformar a reforma da



O PCP exige a aplicação de medidas em defesa do ambiente

Melhor ambiente com outra política

Os problemas do ambiente e do desenvolvimento e as responsabilidades dos governos do PSD pela sua não resolução e pelo seu agravamento estiveram em foco no passado sábado, num encontro realizado em Lisboa e no qual participaram Carlos Carvalhas, Luís Sá, Barata-Moura e mais meia centena de autarcas, especialistas e dirigentes regionais do PCP.

Neste encontro, inserido nas actividades do grupo de estudos do PCP para as questões do ambiente, mereceram destaque os problemas ligados aos recursos hídricos. Foi particularmente criticado o grande atraso na criação de um plano hidrológico nacional (cuja falta está a criar dificuldades na negociação com Espanha do aproveitamento das águas do Guadiana, por exemplo), mas também foi denunciado o facto de não ser utilizado um instrumento já existente, como o plano de rega do Alentejo.

O secretário-geral do PCP realçou a importância do Parlamento Europeu e a necessidade imperiosa de se discutirem o quotidiano nacional e comunitário no domínio do Ambiente.

Carlos Carvalhas realçou o "contributo positivo dos muitos independentes" que colaboraram no grupo de estudos do PCP.

O líder comunista valorizou o "aprofundamento da intervenção do PCP, nomeadamente a nível de movimentos populares, associações cívico-culturais, autarquias, Assembleia da República e Parlamento Europeu".

Para o secretário-geral do PCP, as próximas eleições para o Parlamento Europeu "são uma oportunidade para o povo português penalizar uma política que tem vindo a criar sérias dificuldades ao país nos planos económico, social e ambiental".

O cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, Luís Sá, disse que "este encontro culminou um processo de actuação política caracterizado pela grande atenção do PCP às questões ambientais".

Para Luís Sá, a iniciativa correspondeu simultaneamente à intenção política de reforçar no futuro a mesma actuação política já desenvolvida nas autarquias, Assembleia da República e Parlamento Europeu pelos eleitos da coligação.

Tal reforço está justificado porque "as medidas adoptadas sem ponderação nem controlo, no domínio ambiental, são cada vez mais graves, apesar da profusa legislação publicada", disse.

Directivas comunitárias por aplicar em Portugal

O cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu deu como exemplo a existência de 340 instrumentos comunitários, entre directivas, regulamentos e decisões, "muitos dos quais nem são aplicados em Portugal".

Por outro lado, acrescentou, "proclamam-se princípios como os de poluidor-pagador, não sendo dados ao mesmo tempo os apoios necessários, em particular às Pequenas e Médias Empresas (PME)".

Outras questões foram também abordadas, desde a grave situação do ambiente no distrito de Aveiro (onde a preparação deste encontro reuniu algumas dezenas de comunistas e independentes), ao ambiente urbano e às soluções adoptadas neste campo pelos municípios de Évora e Lisboa, e dos "favores" a Champalimaud contra a Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais até aos quadros absurdos gerados pela sociedade de consumo.

A "operação imobiliária descontrolada" que pode estar a surgir na área da Expo 98 foi denunciada por Rui Godinho (e também por Carlos Carvalhas, na intervenção de encerramento do encontro): o Governo e o comissariado da exposição preparam-se para isentar de qualquer estudo de impacte ambiental o plano de urbanização para aquela zona, quer nos casos em que a lei é ambígua quanto à obrigatoriedade de tais estudos, quer nos casos em que a lei obriga claramente à sua execução. Além disso, o plano de urbanização, em vez da necessária ligação da cidade ao rio Tejo, prevê a construção de uma autêntica "muralha" que vai acentuar ainda mais a separação.



Camião CDU

O "camião CDU" foi apresentado a semana passada na Praça da Figueira em Lisboa. Trata-se de um palco móvel, com todas as condições técnicas necessárias para a realização de espectáculos ao vivo, que até ao final da campanha eleitoral vai correr o país em apoio à realização de comícios e outras iniciativas da coligação. A inaugurar este palco móvel realizou-se, após a conferência de imprensa que a imagem documenta, um espectáculo com Jorge Lomba.

para Portugal

Política Agrícola Comum (de que o Governo se orgulha e que o PS apoiou no Parlamento Europeu)", salientou: "Nós queremos e precisamos que Portugal produza e não aceitamos que os fundos comunitários possam ter como finalidade impedir os agricultores de produzir". E con-

cluiu: "Em Portugal não há excesso de produção e por isso não lhe podem ser aplicadas as mesmas políticas que aos outros países da Comunidade, que produzem demasiado e não conseguem colocar o que produzem." Sublinhada com fortes aplausos, pelos presentes, também

neste tema, estava feita a aferição das diferenças existentes entre as propostas das várias forças políticas concorrentes às europeias. Também por essa razão, como explicou Luís Sá, "o voto na CDU é o melhor para Portugal!".

■ JC



A criatividade e o profissionalismo da Brigada Victor Jara deram um contributo decisivo para a animação da festa

Luís Sá lança apelo

«É preciso romper com as políticas de Maastricht»

As políticas ditas de coesão económica e social e de aproximação de níveis de desenvolvimento entre os vários países da Europa que são proclamadas em palavras esbarram com outras políticas que, claramente, têm o efeito contrário.

A Política Agrícola Comum, por exemplo, representa 50% dos gastos totais da Comunidade Europeia e 70% desse montante é canalizado para os três países mais ricos. Por outro lado, os 20% dos agricultores mais ricos da Comunidade recebem 80% do total das verbas que a Comunidade gasta com a Política Agrícola Comum.

As zonas mais pobres, e em particular o mundo rural, entraram em decadência, bem como indústrias tradicionais, sem que se criem alternativas suficientemente válidas. Em Portugal, por exemplo, nos últimos quatro anos foram liquidados 290 mil postos de trabalho na agricultura e 180 mil na indústria transformadora, numa orientação de desmantelamento do aparelho produtivo nacional sem criação de alternativas. O sector têxtil foi um dos mais visados.

Nós não negamos a importância dos fundos comunitários. Só que dizemos que eles não pagam as políticas que, para atingir a União Económica e Monetária e a moeda única a todo o preço, estagnam o crescimento económico, fomentam o desemprego, desertificam regiões, prejudicam os trabalhadores, os jovens e as mulheres, fomentam a marginalidade e a exclusão social. Em vez de se aproximar níveis de vida e níveis de desenvolvimento, prefere-se aproximar a inflação, o défice orçamental e a dívida pública, porque se considera que é mais importante a moeda única do que as pessoas e os seus direitos, as regiões e os países mais atrasados e a sua recuperação. Estas políticas são as políticas de Maastricht, são as políticas que foram aprovadas pelo PSD e PS.

O caminho neoliberal e conservador que está subjacente ao Tratado de União Europeia, e que corresponde às opções profundas do Governo português, não provoca só o desemprego e a paragem do crescimento económico. Tem também consequências negativas ao nível do desenvolvimento regional e da recuperação dos países e regiões mais atrasadas.

Por isso, é preciso romper com as políticas de Maastricht e adoptar outro caminho, de crescimento, desenvolvimento, emprego e de correção de desigualdades regionais.

Por isso, é preciso reformar a reforma da Política Agrícola Comum (de que o Governo se orgulha e que o PS apoiou no Parlamento Europeu), de modo a ter em conta a situação especial das agriculturas e as economias do sul da Europa e, em particular, de Portugal. Nós queremos e precisamos que Portugal produza e não aceitamos que os fundos comunitários possam ter como finalidade impedir os agricultores de produzir. Em Portugal não há excesso de produção, e por isso não lhe podem ser aplicadas as mesmas políticas que aos outros países da Comunidade, que produzem demasiado e não conseguem colocar o que produzem.

Temos igualmente que recusar a perspectiva de os apoios financeiros da CE poderem terminar em 1999. Nós propomos e anunciamos que lutaremos com firmeza para que os apoios financeiros se mantenham para além de 1999 e não admitimos que estes apoios vão terminar daqui a cinco anos.

Na eleição do Parlamento Europeu há um só círculo eleitoral. Mas podemos afirmar que a CDU não será só melhor para Portugal. Será melhor também para o interior e para o Centro de Portugal. Os deputados que a CDU pretende eleger exercerão o seu mandato em contacto estreito com as populações e as suas organizações, em especial dos trabalhadores e agricultores.

(...)

A publicação recente do Decreto-Lei nº 99/94 de 19 de Abril sobre as estruturas institucionais de gestão do Quadro Comunitário de Apoio vem confirmar e institucionalizar um modelo centralizado de gestão, que se caracteriza pela governamentalização das estruturas e pela insuficiente ou mesmo inexistente intervenção e participação de autarquias e diversas estruturas sociais. O Governo pediu o parecer da Associação Nacional de Municípios e revelou-se completamente surdo a ele. As autarquias foram quase completamente afastadas das estruturas de execução global do Quadro Comunitário de Apoio, não integram as estruturas de coordenação, gestão e avaliação e a participação ao nível do acompanhamento é muito insuficiente (só os presidentes dos Conselhos das Regiões). Também não estão previstas formas específicas de acompanhamento da Assembleia da República. O Grupo Parlamentar do PCP decidiu pedir a ratificação deste decreto-lei, para efeitos de tentar introduzir as alterações que corrigem as orientações centralizadoras deste diploma. A Assembleia da República vai debatê-lo, na próxima sexta-feira. É preciso que se faça ouvir a voz das autarquias e do Poder Local.

Não basta referir que vão entrar fundos comunitários, é também necessário garantir a democraticidade da sua gestão e o seu bom aproveitamento, e o Governo não assegurou que assim fosse, antes prefere um modelo que nada tem que ver com transparência, participação e a chamada «parceria» na administração dos fundos comunitários.

(...)

A geadá acaba de destruir parte substancial das culturas hortofrutícolas de muitas regiões do Centro e Norte de Portugal, atingindo de 70 a 100% das culturas de vários distritos. Os prejuízos atingem centenas de milhares de contos e afectam milhares de agricultores e cooperativas agrícolas. O PCP acaba de demonstrar uma vez mais, através de uma proposta de resolução que apresentou no Parlamento Europeu, que o voto na CDU é o melhor para Portugal. Nessa resolução, com efeito, é proposto que a Comunidade Europeia dê um auxílio de emergência para os agricultores e cooperativas atingidos pela geadá e que, em muitos casos, se encontram em situação desesperada a fim de os apoiar e minorar os prejuízos.

Se o Governo, através do Secretário de Estado da Agricultura, afirma que não virão quaisquer subsídios, nós dizemos que é irresponsável, ignora o drama dos agricultores e prejudica mais uma vez a economia nacional.

A situação do sector têxtil de corda da serra da Estrela, por outro lado, é dramática e impõe um programa especial pelo qual nós lutaremos. Já mostramos no Parlamento Europeu que vale a pena votar na CDU e é isto que iremos demonstrar no próximo mandato.

(Extractos de Intervenção de Luís Sá na Covilhã)

Defesa do sector têxtil Há quem não se fique pelas palavras...

As questões relacionadas com a defesa do sector têxtil, de interesse fundamental para o nosso país, têm sido objecto ultimamente de múltiplas referências. No quadro das negociações no Uruguay Round, que tiveram o seu epílogo em Abril último com a assinatura da acta final do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), esta matéria readquiriu projecção, polarizou atenções e acabou por dar origem aos cerca de 80 milhões de contos destinados a apoiar os têxteis portugueses.

O Governo, que negociou mal desde o início este dossier, apressou-se a tentar colher os louros, apresentando-se à opinião pública como o campeão da defesa dos interesses nacionais neste capítulo. Esqueceu-se de dizer, porém, para lá dos erros cometidos, que acordou tarde para a questão. É que, já em Julho de 1991 - e aqui reside o interesse deste significativo facto relatado por Luís Sá no encontro que manteve com jornalistas de órgãos de comunicação social de âmbito regional realizado na Covilhã -, como se pode ler na revista "Portugal e a CEE", o Grupo Coligação de Esquerda, no qual se integram os deputados do PCP, reclamava um programa específico para o têxtil português, considerando desejável que o Governo impusesse na negociação esta questão como um "problema comunitário, ao nível das negociações do GATT", um "problema particularmente grave para Portugal, ao nível da Comunidade".

Os deputados comunistas foram mesmo mais longe e, na altura, apresentaram uma proposta de resolução ao Parlamento Europeu sobre a indústria têxtil, na qual se advoga, concretamente, entre outros pontos, a "concretização de Programas específicos, nomeadamente o Programa de reestruturação e modernização do sector têxtil em Portugal".

Grupo Coligação de Esquerda defende programa específico para o têxtil português

Uma convergência de esforços dos sindicatos, de autarcas, dos empresários do sector, da Assembleia da República e do Parlamento Europeu contribuíram para que os negociadores da CEE no Uruguay Round encarassem o sector têxtil como um problema de interesse comunitário e não de exclusivo interesse nacional português.

Mas o facto é que, tendo tal sido em parte conseguido — o que aliás representa o reconhecimento de uma situação real, pois este sector não constitui apenas um problema português, embora o seja sobretudo —, seria de desejar que a negociação prosseguida pelo Governo impusesse esta característica: problema comunitário, ao nível das negociações do GATT, problema particularmente grave para Portugal, ao nível da Comunidade.

Tal estaria subjacente nas afirmações tão repetidas de que se preparava um programa de apoio específico ao têxtil português, com um volume de investimento total de 750 milhões de contos.

Entretanto foi conhecida a notícia de que a Comissão tem a intenção de criar um programa de apoio ao têxtil, mais de 72 milhões de contos, e a serem repartidos, sobretudo, por Espanha, Grécia e Portugal. Quer dizer: o problema têxtil é mesmo comunitário, mas não se considerou a sua importância em Portugal como um problema particularmente grave, no âmbito da Comunidade, e a exigir uma resposta específica.

É necessário continuar a luta por essa resposta específica, por um programa específico para a indústria têxtil portuguesa.

Um programa específico de reestruturação e modernização do sector têxtil em Portugal, dada a sua importância económica, social e regional para o nosso país, foi defendido no Parlamento Europeu pelo Grupo Coligação de Esquerda, mas que não está integrado nos deputados do PCP





CDU

CAMPANHA EM TODO O PAÍS

GUARDA

Agricultores abandonados por Governo e Comunidade

"Só os ricos recebem ajudas!"

O eurodeputado e candidato da CDU às próximas eleições europeias, Sérgio Ribeiro, visitou o distrito da Guarda, deslocando-se na segunda-feira à Fundação Frei Pedro e a dois órgãos de comunicação social regionais a quem concedeu entrevistas: à "Rádio F" e ao jornal "Terras da Beira". Também o Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresas foi visitado pelo deputado europeu, onde se inteirou das várias actividades desenvolvidas.

No dia anterior, Sérgio Ribeiro participou num encontro/debate na Casa do Povo de Pinhel para debater a agricultura na região. Cerca de sessenta agricultores estiveram presentes para colocar muitas perguntas e dar opiniões sobre a grave crise na agricultura: "para onde vão os milhões de contos?", "só os ricos recebem ajudas!", "como conseguir subsídios para a calamidade das geadas que queimaram 50, 60 ou 80 por cento das nossas produções?" foram algumas das frases escutadas.

Muitas outras queixas foram avançadas: desceu o preço do cereal, do vinho, do leite pago ao produtor, enquanto sobem os custos dos factores de produção.

Projectos inviabilizados para vacarias e produção de carne ou outros de abastecimento de água, levaram um agricultor presente a afirmar, amargurado e desalentado, "que já teve de vender cinco prédios para pagar investimentos" feitos na sua exploração, depois de lhe serem negados apoios.

Os candidatos da CDU ao Parlamento Europeu avistaram-se na Guarda com dirigentes da Associação Distrital de Agricultores, afecta à CNA e com quadros do PCP, com quem debateram a situação da agricultura na região e apresentaram soluções para a crise do sector. Na segunda-feira, Luís Sá e Sérgio Ribeiro deram uma conferência de imprensa onde as propostas do PCP e das CDU para a crise agrícola - nomeadamente a propósito das recentes intempéries que destruíram as vinhas, a fruta e produtos hortofrutícolas - estiveram em foco a par de outras questões que interessam particularmente à região: **têxteis, interioridade, emigração e desertificação.**

O cabeça-de-lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu (PE) classificou de "escandaloso" o anúncio do secretário de Estado da Agricultura de que "não vai haver indemnizações aos agricultores" afectados pelo mau tempo.

Em conferência de imprensa, Luís Sá criticou a atitude do governante que - frisou - "ainda por cima é presidente da Comissão Política distrital do PSD da Guarda, região essencialmente agrícola".

Sá inumerou as propostas e requerimentos já apresentados pelo PCP na Assembleia da República e

no Parlamento Europeu, defendendo que se impõe outra política para o país e outra concepção da comunidade em relação ao sector produtivo, considerando desastrosos os subsídios para não se produzir.

Sustentou, a propósito dos efeitos da geada negra e das intempéries no interior do país, que, "se os deputados portugueses no Parlamento Europeu, independentemente do partido político, se empenharem e garantirem propostas para atribuição de subsídios, estes poderão vir, para além do empenhamento do próprio Governo".

Disse que os deputados da CDU na Assembleia da República vão pedir ao Governo "uma explicação", sobre a razão por que ainda não se empenhou para que "haja participações comunitárias", que minorem os efeitos do mau tempo, isto para além da "responsabilidade do próprio Governo" em atribuir auxílios de sua autoria aos agricultores.

Moeda única e eucaliptos

Na circunstância, disse que o Executivo está "mais empenhado em conter as despesas em determinados sectores como na educação, saúde, trabalhadores da função pública e considerar mais importante a calendarização da moeda única europeia".

As críticas a Álvaro Amaro incidiram também em afirmações deste membro do Governo, segundo as quais se infere, de acordo com Luís Sá, que "se o país ficar todo plantado de eucaliptos, não faz mal, porque é propriedade privada" e que "

essa plantação "não é tão maléfica como dizem".

Defendendo uma "Europa das Nações", este candidato da CDU a Estrasburgo quer que o União Europeia respeite as diferenças de cada um dos países, rejeitando o tratamento "por igual" de todos os membros.

O novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), na óptica do candidato comunista, caracteriza-se "por não ter programas alternativos para o desenvolvimento do país".

Luís Sá referiu-se também à crise do sector têxtil na Região da Serra da Estrela para defender a aplicação nesta zona do País de um programa integrado de desenvolvimento, similar ao do Vale do Ave, dirigido à modernização e inovação das empresas, sem risco dos postos de trabalho.

Repudiou e considerou repugante ouvir membros do Governo dizer que Portugal tem na Europa a mais baixa taxa de desemprego e vemos nossos compatriotas abandonarem as suas terras e procurarem a vida em terras alheias, sujeitos a perseguições como na Alemanha e ameaças de expulsão como na França.

FUNDÃO E BELMONTE

Debates e contactos com agricultores

Sob o lema «Debater o distrito para melhor o defender na comunidade», a CDU, realizou no distrito de Castelo Branco, segunda-feira, integrado na pré-campanha para as eleições ao Parlamento Europeu, um conjunto de iniciativas sobre a agricultura. Nestas iniciativas participaram os candidatos da CDU, Joaquim Miranda, António Ferreira e Carlos Vale.

António Ferreira, participou no mercado de gado em Belmonte, onde fez contactos com os agricultores e uma breve intervenção sobre a situação actual da nossa agricultura tendo recebido aplausos dos agricultores. De seguida, deslocou-se ao Fundão onde contactou agricultores no Parque Leilão de Gados e também no mercado tradicional onde ouviu as preocupações que afligem os agricultores e transmitiu as propostas da CDU para o sector.

Também no Fundão, o camião CDU esteve presente divulgando com êxito os materiais da CDU.

Às 14 horas, realizou-se no Auditório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Fundão um colóquio subordinado ao tema «A crise na agricultura - impõe-se nova política, Regadio da Cova da Beira - um imperativo!». Esta iniciativa contou com a participação dos candidatos Joaquim Miranda, António Ferreira e Carlos Vale e de Francisco José Tavares, membro da Comissão Concelhia do Fundão do PCP. O colóquio teve a participação de mais de 80 agricultores que ouviram atentamente as propostas da CDU e colocaram muitas interrogações sobre a situação de crise que a nossa agricultura atravessa, consequência de uma política errada para o sector seguida pelo Governo PSD.

Joaquim Campino Histórias Clandestinas

Estas histórias têm um destino: avivar na memória dos portugueses a realidade da noite clandestina e concentracionária de quase meio século da nossa existência nacional, a odisséia dos que, com sangue, sofrimento e luta, escreveram uma viva mensagem de confiança nos dias vindouros.

AÇORES

Encontro Regional da CDU propõe nova Política de Integração

Realizou-se domingo, em Ponta Delgada, o Encontro Regional da CDU de Preparação das Eleições para o Parlamento Europeu no qual participaram várias dezenas de representantes da CDU de todas as ilhas da Região.

Em debate no Encontro Regional estiveram um projecto de Declaração e um projecto de Resolução sobre a Campanha.

O primeiro desses documentos inclui um conjunto de propostas de medidas de emergência que visam conter «a situação de estagnação económica e de degradação social que hoje se vive na Região Autónoma, em virtude da política do PSD». Toda a segunda parte do documento referido é constituído por um conjunto de pontos do compromisso a assumir pela lista da CDU ao Parlamento Europeu referente aos problemas específicos dos Açores.

De entre os pontos tratados no compromisso destaca-se o relevo dado à necessidade de uma intervenção comunitária forte em matéria de transportes e a defesa da institucionalização, no quadro da Comunidade Europeia, do conceito de Arquipélagos Atlânticos como sendo uma parte da Europa que carece da definição de regras e de excepções de insularidade distante que os caracterizam. Abriu os trabalhos do Encontro

o Mandatário Regional da Lista CDU e Coordenador do PCP/Açores, José Deq Mota, que fez a apresentação dos projectos em debate e defendeu a necessidade e possibilidade concreta do crescimento da CDU em influência, capacidade de intervenção e expressão eleitoral.

Seguiu-se um debate variado e vivo no qual intervieram muitos participantes de toda a Região. Na parte final do Encontro intervie-

ram os candidatos e convidados presentes. Foi seguida com especial atenção a intervenção do Padre Mário Tavares, deputado regional da CDU/Madeira, que procedeu a uma profunda análise do exercício do poder político pelo PSD, especialmente na Madeira e defendeu a importância do crescimento da CDU e o espaço que nela têm todos os que lutam pelo Povo, pela Justiça Social e pela Democracia. O candidato a deputado da

Joaquim Miranda disse que é do interesse do País e da Região dos Açores que «no grupo dos 25 deputados portugueses tenham uma presença forte os deputados da CDU, pois defendem coerentemente os interesses dos trabalhadores, a soberania nacional, a coesão social e o desenvolvimento das regiões mais atrasadas».

ram os candidatos e convidados presentes. Foi seguida com especial atenção a intervenção do Padre Mário Tavares, deputado regional da CDU/Madeira, que procedeu a uma profunda análise do exercício do poder político pelo PSD, especialmente na Madeira e defendeu a importância do crescimento da CDU e o espaço que nela têm todos os que lutam pelo Povo, pela Justiça Social e pela Democracia. O candidato a deputado da

CDU, natural dos Açores, Dr. Herberto Goulart, membro da Intervenção Democrática analisou em pormenor o papel da CDU no Parlamento Europeu, referindo-se à importância concreta que tem para todo o País e para a Região Autónoma dos Açores e acção dos deputados eleitos pela CDU. Lembrou a este respeito que todos os votos contam para a eleição de deputados, já que o círculo eleitoral é nacional e que só a acção

fracos. Deu também uma informação completa dos deputados do PCP sobre os problemas específicos dos Açores, na legislatura que agora termina, dando relevo aos contritos dados na elaboração do Programa POSEIMA. Referiu que nesta eleição «não há um vencedor, nem vencidos» e que é do interesse do País e da Região dos Açores que «no grupo dos 25 deputados portugueses tenham uma presença forte os deputados da CDU, pois defendem coerentemente os interesses dos trabalhadores, a soberania nacional, a coesão social e o desenvolvimento das regiões mais atrasadas».

Já no final dos trabalhos foram apreciadas de alteração aos documentos apresentados e efectuada a respectiva votação.

Foi entretanto anunciado que, em data próxima, Luís Sá, primeiro candidato da CDU, virá à Região assumir, formalmente, em nome da lista da CDU, os compromissos específicos agora formulados pelo Encontro Regional da CDU.

Presidiu aos trabalhos o dr. Paulo Valadão, deputado regional do PCP, que, na sua intervenção de encerramento, apelou a uma intensa acção de todos os activistas tendo em vista a realização de uma campanha esclarecedora e geradora de uma votação regional significativa na CDU.



Salvaterra de Magos

Para votar «traz outro amigo também»

«Para votar, “traz outro amigo também”.» Este um apelo de Luís Sá, em forma de citação da letra de uma canção de José Afonso, que a dada altura se escutou como música de fundo na iniciativa realizada na sexta-feira passada em Salvaterra de Magos no âmbito da pré-campanha eleitoral levada a cabo pela CDU. Um apelo deixado antes da abordagem de questões como a União Europeia, moeda única, desemprego e a necessidade de agora «mostrar um cartão amarelo ao Governo para nas legislativas que se seguem mostrar o vermelho».

Tratou-se de um jantar-convívio com activistas e militantes dos partidos integrantes da coligação, durante o qual interveio Manuela Cunha, candidata de «Os Verdes» ao Parlamento Europeu, que teceu críticas sobre o modelo de desenvolvimento economicista levado a cabo pela Comunidade, prejudicial para uma conservação da Natureza e impedindo o desenvolvimento sustentado do país.

«Desde a nossa entrada na Comunidade, agravaram-se os problemas ambientais em Portugal», constatou Manuela Cunha, que se referiu à aparente indiferença das autoridades sobre a matéria - em contradição com a propaganda que divulgam - expressa, a título de exemplo, a uma pergunta dirigida ao Governo feita na Assembleia da República pelos deputados «Verdes» sobre florestas, há largos meses por responder.

«É necessária uma voz ecologista no Parlamento Europeu, até para lembrar os compromissos assumidos pelas nações na Conferência do Rio em Janeiro de 1992», disse a ecologista.

SEIXAL

A «revolucionarite» de um governo de Sua Majestade

«O compromisso político entre os objectivos que mais interessam às multinacionais e os objectivos que mais poderiam interessar aos trabalhadores, aos países mais pobres, às regiões mais atrasadas, foi um compromisso extremamente desigual» — afirmou Luís Sá, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, numa sessão realizada na quinta-feira passada no Seixal. «A primeira parte foi integralmente executada, enquanto a segunda é profundamente carecida de conteúdo».

Luís Sá referia-se às medidas de coesão económica e social preconizadas pela CE, no quadro de uma visita que acompanhado por deputados do PCP eleitos pelo círculo eleitoral de Setúbal o fez contactar com as realidades daquele concelho da Península de Setúbal.

Assim, o candidato da CDU esteve com reformados na Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Seixal, almoçou com responsáveis e técnicos dos serviços de saúde locais, e reuniu demoradamente com a Administração e os Organismos Representativos dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional — SN, para além de percorrer as instalações da empresa.

Aqui, os trabalhadores denunciaram a ofensiva levado a cabo pela Administração contra os interesses dos trabalhadores e do país, em particular o objectivo de, a cobro de mais uma chamada «reestruturação» da SN e a pretexto de directivas comunitárias, encerrar instalações e despedir mais 1500 trabalhadores após a redução dos efectivos que atingiu já 50% dos que existiam.

Luís Sá reafirmou a posição consequente do PCP contra o processo de privatizações concretizadas pelo Governo de Cavaco Silva, cuja resultante imediata ou a médio prazo é

sempre a de colocar nas mãos do capital estrangeiro as alavancas da economia nacional. Não sem humor lembrou — como o fizera junto da Administração — que «no final do século XIX, um governo de Sua Majestade que havia lançado um concurso público de venda da exploração das águas de Lisboa, apercebendo-se que estas iriam parar às mãos dos ingleses, cedo anulou o concurso e criou nem mais nem menos a... EPAL!». «Não se pode dizer que um tal Governo pudesse pecar por excesso de revolucionarite, no tempo em que actuou!» — rematou.



CAMPANHA EM TODO O PAÍS

Manifesto da Juventude CDU

Participar para construir diferente

Nós, Juventude CDU, queremos intervir para construir um País e uma Europa diferentes!

Conhecemos e sentimos os problemas e aspirações dos jovens portugueses.

Não aceitamos a realidade que hoje vivemos como irreversível e inevitável.

Afirmamos a vontade e determinação em participar, agir, construir.

Exigimos a participação da juventude portuguesa, protagonista do futuro do País, na definição das políticas que queremos para Portugal e para a União Europeia.

Não nos resignamos e recusamos a realidade que nos querem impor.

Temos capacidades, vontade, força e propostas para construir diferente e por isso não queremos o País e a Europa que nos querem impor! Por isso não queremos:

- um país e uma Europa onde grasse o desemprego juvenil e a precariedade, os baixos salários e a discriminação.
- um país e uma Europa onde se limitem os direitos sociais, onde proliferem a



O manifesto da Juventude CDU sobre as próximas eleições europeias foi apresentado aos órgãos de comunicação social na quinta-feira passada em Lisboa, no Solar do Vinho do Porto, onde a jovem candidata ao Parlamento Europeu, Amélia Pardal, deu conta do conteúdo do documento, após o que o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, falaria sobre algumas das linhas mestras das propostas e posições da CDU em matérias que mais directamente dizem respeito aos jovens

pobreza e a exclusão social, onde exista e se desenvolva a chaga e a vergonha social do trabalho infantil.

- uma educação sem qualidade, a elevados custos, restritiva e elitista no acesso e frequência.

- uma concepção «mercantilista» do ensino, que pretende impor propinas equiparadas a custos reais e implementar sistemas de avaliação selectivos, que em vez de promoverem o sucesso escolar, promovem o abandono e o insucesso e maiores restrições no acesso a estudos superiores.

- uma Europa em que alastram os nacionalismos, o racismo e a xenofobia.

- um país e uma Europa onde prolifere a toxicod dependência, a marginalidade, a delinquência e a prostituição juvenis.

- um país e uma Europa sem políticas de ambiente que preservem o equilíbrio ecológico.

- uma Europa de perda de soberania e independência de cada país e cada povo, em favor de poderes supranacionais subordinados aos interesses dos grandes países e das transnacionais.

- um país e uma Europa em que seja negado aos jovens o direito à participação activa na construção do seu futuro.

Mas os responsáveis por este país e esta Europa que não queremos têm nome.

É o PSD e o Governo de Cavaco Silva pela política que têm desenvolvido em Portugal e pela forma, subserviente e contra os interesses nacionais, como têm conduzido o processo de integração europeia.

São o PSD e o PS por terem ratificado o Tratado de Maastricht e terem impedido um grande debate nacional em

torno deste, afastando os portugueses da participação e decisão acerca de um futuro que é também seu.

É o PSD por desenvolver uma ofensiva aos direitos e à protecção social dos cidadãos, em particular aos jovens, na qual o PS tem também colaborado.

É o CDS defensor de uma política ainda mais extremista a favor do grande capital e contra as conquistas sociais e dos direitos dos trabalhadores e dos jovens.

Nós, juventude CDU, Exigimos um Portugal e uma Europa diferentes!

Exigimos participar para construir diferente!

Temos propostas para Portugal e para a Europa!

- Queremos um país e uma Europa com mais democracia e mais participação. Um país e uma Europa em que os jovens tenham realmente instrumentos e espaços de participação efectiva e decisão acerca do futuro, pois o futuro não se constrói sem os seus fundamentais protagonistas.

- Queremos um país e uma Europa onde sejam afirmados os direitos e aspirações dos jovens.

- Queremos um país e uma Europa em que se adoptem políticas que criem empregos estáveis com salários justos, que eliminem o desemprego e a precariedade, que combatam as desigualdades e injustiças sociais, que elevem os níveis de protecção social e que erradiquem o trabalho infantil.

- Queremos uma Educação para todos, com elevados níveis de qualidade, que combata a exclusão social e promova a formação e valorização individual. Queremos que promova o sucesso escolar e o acesso sem restrições quantita-

tivas a formação superior. Exigimos um investimento real do Estado na educação, sector estratégico no desenvolvimento económico, social e cultural do País.

- Queremos uma informação séria e útil sobre o acesso aos programas e fundos comunitários dirigidos aos jovens.

- Queremos o desenvolvimento de programas de intercâmbio entre jovens de diferentes países, que permita a sua fruição por um número cada vez maior de jovens.

- Queremos uma Europa em que se afirmem e respeitem as diferentes identidades, valores e tradições culturais. Uma Europa onde não haja lugar para o racismo e a xenofobia.

- Queremos uma Europa aberta ao Mundo.

- Defendemos a implementação de políticas de ambiente e de desenvolvimento regional que assegurem um desenvolvimento harmonioso e sustentado.

- Queremos um país independente e soberano.

- Queremos uma Europa de nações livres e iguais, uma Europa de Paz e Cooperação.

- Queremos uma Europa de dimensão social, construída em função das necessidades e aspirações humanas, capaz de satisfazer plenamente o ser humano nas suas diversas dimensões.

O que propomos e o que fazemos, a coerência e a honestidade que demonstramos no trabalho que desenvolvemos quer em Portugal quer no Parlamento Europeu, são a melhor e maior garantia de que os eleitos da CDU no Parlamento Europeu irão continuar, como até agora, a defender os interesses do nosso país, os interesses e aspirações da juventude portuguesa.

EM VEZ DE PRIVATIZAR DEVE-SE DINAMIZAR O SEE

Os representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado entregaram na passada quinta-feira uma resolução na residência oficial do primeiro-ministro em que exigem o fim das privatizações e a dinamização e modernização do SEE, zelando pela eficácia do sector público de modo a corresponder aos interesses dos trabalhadores e da população. Também da Assembleia da República se exige que faça suspender os processos de privatização.

O respeito pelo direito de negociação é outra das reivindicações que constam no documento, aprovado num plenário que reuniu cerca de três centenas de dirigentes e activistas sindicais e membros de CTs de 47 empresas do SEE e encerrou com uma intervenção do coordenador da CGTP.

Os participantes no plenário decidiram participar activamente nas acções do dia nacional de luta que hoje tem lugar.

MIRA AMARAL APUPADO

Em Aveiro duas centenas de trabalhadores, protestando contra o desemprego e os salários em atraso, assobiaram e apuparam dia 11 o ministro da Indústria e Energia, quando ele entrou na Bicimota, 3ª Exposição de Veículos Ciclomotores, Motociclos e Componentes, revelou a Lusa. Os manifestantes pertenciam aos sectores dos têxteis, do calçado, das indústrias eléctricas e das pescas, estando também presentes trabalhadores da Arrancar, empresa em vias de encerrar as suas portas, e da "Paula Dias", também ameaçados de despedimento. Mira Amaral não comentou a manifestação, depois de ter descido em Aveiro de helicóptero, transpondo as portas do certame sem sequer olhar para os manifestantes.

SETE QUILOMETROS A PÉ EM DEFESA DO EMPREGO

Os cerca de 400 trabalhadores da Têxtil Lopes da Costa, de Moimenta da Serra, realizaram dia 11 uma marcha de sete quilómetros até Gouveia. Os trabalhadores da unidade fabril (propriedade de João Rocha, antigo dirigente do Sporting Clube de Portugal), que se encontra em situação económica difícil e ainda não pagou metade do vencimento do mês de Março e os ordenados de Abril, deslocaram-se ao Tribunal da sede do concelho, onde decorria uma reunião de credores da empresa.

Associaram-se à marcha as famílias dos trabalhadores que, em declarações à agência Lusa, se manifestaram preocupadas pela falta de alternativas de emprego na mono-indústria dos lanifícios. Também Carlos João, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta, manifestou grande apreensão pelo futuro da empresa, que possui elevadas dívidas, 75 por cento das quais à Caixa Geral de Depósitos e ao Estado.

CTT PREJUDICAM IMPRENSA SINDICAL

A expedição de jornais, em especial jornais sindicais, é seriamente prejudicada por um regulamento dos CTT que anula o mecanismo de moderação de taxas para a imprensa. A reanálise desta situação e a marcação de uma reunião com os representantes das organizações sindicais «no sentido de serem estudadas as formas de pôr termo a esta penalização sobre quem faz da informação uma actividade informativa sem quaisquer fins lucrativos» foi exigida pela direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro.

Numa carta-aberta à administração dos CTT, aquele órgão considera que é «incompreensivelmente contraditório» impor «um processo que mais não tem em vista que a rentabilização de um serviço público, em troca da liberdade individual de cada português ser informado e da liberdade de informar o público a que os jornais se dirigem».

REPRESSÃO NA GRUNDIG

Teve uma adesão de 100 por cento a greve levada a cabo terça-feira da semana passada na GARP e ARP, contra as medidas repressivas desencadeadas sobre os membros das comissões de trabalhadores destas empresas do complexo Grundig, em Braga - revelou a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas. «O protesto contra este ambiente repressivo e a solidariedade para com os membros das CTs levaram os trabalhadores da GARP e da ARP a aderirem em massa à greve de duas horas», afirma a FSTIEP num comunicado de imprensa em que declara a sua intenção de, com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte e as ORTs da Grundig, bater-se pela reposição da legalidade, levando o caso aos tribunais, órgãos de soberania, instituições e organismos oficiais, e opinião pública. O problema foi levantado dia 12 na Assembleia da República pelo deputado comunista Paulo Trindade, que requereu ao Governo informação sobre as medidas que foram ou irão ser tomadas pela Inspeção de Trabalho, ao mesmo tempo que manifestou o seu protesto por «escandalosamente» ficar impune a administração de uma multinacional que se comporta «como se não estivesse obrigada a cumprir a legislação portuguesa».

Cumpra, sr. primeiro-ministro! Função Pública volta a exigir revisão salarial intercalar

O salário mínimo no Estado não pode continuar a ser inferior ao mínimo nacional

A Comissão Negociadora Sindical da Função Pública (que integra sindicatos da administração central, regional e local, professores, enfermeiros e médicos, e trabalhadores da Justiça e das Finanças) desafiou sexta-feira o Governo a aceitar a revisão intercalar dos salários prometida pelo primeiro-ministro caso houvesse retoma na economia portuguesa.

Numa conferência de imprensa dada pela CNS em Lisboa, Carlos Mamede sublinhou o compromisso naquele sentido assumido por Cavaco Silva e as declarações recentes que o primeiro-ministro fez sobre a retoma da actividade da economia portuguesa.

«A revisão intercalar é indispensável», disse aquele dirigente da federação sindical da Função Pública, acrescentando que, feitas as contas, os trabalhadores do Estado tiveram este ano, com o aumento de 2,5 por cento imposto pelo Governo, um acréscimo líquido de 56 escudos no escalão mais baixo,

enquanto os do topo (salário de 422 contos) melhoraram 1595 escudos.

Carlos Mamede anunciou que as estruturas representativas dos trabalhadores da Função Pública acabam de accionar judicialmente o Governo junto do Supremo Tribunal Administrativo contra a ilegalidade de alguns preceitos da portaria que aumentou os salários deste ano. É o caso do ordenado mínimo, que no sector é inferior ao salário mínimo nacional.

Durante a conferência de imprensa foi denunciado o crescimento do emprego precário na generalidade dos serviços da administração pública. Carlos Mamede acusou ainda o Governo de estar a preparar a colocação de 60 mil desempregados em postos de trabalho dos mais diversos serviços, considerando que «isto subverte completamente o espírito dos programas ocupacionais», que prevêem a ocupação de desempregados em tarefas sazonais e não em trabalhos permanentes.

A CNS anunciou a sua adesão às acções do dia nacional de luta, convocado para hoje pela CGTP.

IRS

Sexta-feira, anteontem e ontem estiveram em greve os trabalhadores do Instituto de Reinserção Social, que há onze anos exigem do Governo a regulamentação do subsídio de risco, previsto na lei orgânica do instituto. A federação da Função Pública anunciou no dia 13 a sua intenção de processar o presidente do IRS por tentativa de desencorajar a greve que, mesmo assim, teve uma adesão de 75 por cento, que constitui um sério aviso para o Governo e o ministro da Justiça.

Em declarações à Lusa, Manuela Lima, dirigente da FNSFP, destacou a elevada participação dos trabalhadores estagiários, que o Governo mantém nesta situação há quatro anos para usar como mão-de-obra barata.

Guardas florestais

No 4º Encontro Nacional, realizado dia 11 em Coimbra pela federação da Função Pública, os guardas florestais admitiram recorrer à greve, caso o Ministério da Agricultura

ra não agende até ao final de Maio uma audiência solicitada com carácter de urgência para, tendo em conta o Plano de Desenvolvimento Florestal cuja publicação o Governo tem na forja, actualizar o caderno reivindicativo apresentado em 1992 e onde se exige a revalorização da carreira, a bonificação do tempo de serviço para aposentação, a redução do horário e a melhoria das condições de trabalho. «Caso não haja uma postura dialogante por parte do Ministério, serão desencadeadas formas de luta, que poderão culminar na greve», declarou um dirigente da FNSFP à agência Lusa.

Viação

O plenário nacional de trabalhadores da Direcção-Geral de Viação decidiu avançar com a realização de um dia de greve, com concentração junto ao Ministério da Administração Interna, na próxima quarta-feira, 25 de Maio, tomando como palavras de ordem a defesa do direito ao emprego e dos serviços públicos - anunciou a FNSFP. A reunião teve lugar sábado passado em Coimbra com o objectivo de prosseguir a análise dos problemas decorrentes das decisões do Governo de entregar a operadores privados as inspecções periódicas de veículos e os exames de condução.

STAL decidiu filiar-se na CGTP

«A política governativa de perseguição aos direitos dos trabalhadores, de redução de salários e várias ilegalidades, de que é exemplo o salário mínimo na administração pública, vão ter ainda maior oposição e combate, quer através da intervenção dos trabalhadores e do seu sindicato, quer através duma maior intervenção da CGTP-IN», afirmou-se num comunicado de imprensa difundido ao fim da tarde da passada sexta-feira pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e a CGTP. Na altura, faltavam ainda apurar os votos de 4 mil sócios do STAL, mas o escrutínio da assembleia geral de quarta-feira tornava já clara uma muito elevada percentagem do «sim» à filiação do sindicato na central: dos pouco menos de 40 mil inscritos, votaram quase 24 mil (61 por cento) e mais de 20 mil (86,4 por cento) aprovaram a adesão à CGTP.

No comunicado conjunto, o STAL e a CGTP «saúdam os trabalhadores pelo seu elevado sentido de unidade, cooperação e solidariedade sindical, e assumem a continuação da luta, por todas as formas que se revelarem necessárias, em defesa do emprego, dos salários, das carreiras profissionais, do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, e dos direitos sindicais e

sociais» e «para garantir a melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores da administração local e dos trabalhadores portugueses».

Parecer defende postos de trabalho na indústria naval

A Comissão de Trabalhadores da Solisnor/Setenave entregou segunda-feira à administração da empresa um parecer sobre a reestruturação da indústria naval, em que defende a manutenção dos actuais postos de trabalho (6387) nos estaleiros da Solisnor e Lisnave, apresentando a concordância dos trabalhadores no que respeita à obtenção de reforma aos 60 anos.

Relativamente aos postos de trabalho, a CT sustenta que todos são necessários, recordando que durante o ano, em alturas de sobrecarga de trabalho, a empresa é obrigada a recorrer a subempregados.

No parecer entregue à administração, a Comissão de Trabalhadores afirma que o plano Mello, intitulado «Estratégia de Recuperação», «não passa de um expediente para um máximo de redução de pessoal com o mínimo de custos».

«Considerando a retoma da actividade de construção naval, expressa pela administração, conjugada com uma maior agressividade, o nível dos actuais efectivos é perfeitamente comportável, até numa perspectiva de renovação, uma vez que concordamos com a reforma aos 60 anos», acrescenta o documento, citado pela Lusa.

O parecer aponta para que as acções de formação profissional sejam prioritariamente orientadas para os trabalhadores que continuem na empresa, enquanto o plano da administração prevê acções de formação profissional exclusivamente para os trabalhadores que pretendam rescindir o contrato, o que para a CT é um contra-senso. Sem pôr em causa a necessidade de formação para todos, a CT entende que os primeiros a beneficiar deverão ser os que ficam ao serviço.

A Comissão de Trabalhadores deverá reunir-se hoje com a administração, no mesmo dia em que serão afixadas as novas relações de trabalho propostas pela empresa. «Por aquilo que já sabemos, o pacote não é mais do que uma maneira de precarizar o trabalho na empresa, e não o vamos consentir. No dia 19, quando sairmos para a rua em jornada de luta, vamos denunciar essa situação junto da população», disse, à agência Lusa, António Cardador. Segundo aquele membro da CT, «seria de toda a conveniência que a administração esclarecesse os trabalhadores quanto a situações que ainda não estão bem explicadas e tivesse em conta o parecer agora apresentado».

Greves, manifestações, concentrações por todo o País

Hoje é dia nacional de luta

Respondendo ao apelo da CGTP, milhares de trabalhadores páram hoje o trabalho e saem à rua em defesa do emprego, de melhores salários, de direitos ameaçados ou desrespeitados, de uma nova política.

Dezenas de acções de rua marcam o dia nacional de luta que a CGTP anunciou para hoje durante as comemorações do 1º de Maio. As reivindicações imediatas estão apresentadas e agora reflectidas nas palavras de ordem desta jornada: mais emprego, melhores salários (aumento imediato de 5 contos no salário mínimo nacional), horário máximo semanal de 40 horas, melhor protecção social (aumento imediato de 3 contos nas pensões inferiores ao salário mínimo nacional), mais respeito pelos direitos, melhor ensino e formação para os jovens.

No manifesto em que apela à participação no dia nacional de luta, a CGTP reclama uma política de desenvolvimento e de defesa do aparelho produtivo, com a dinamização da actividade económica, e uma efectiva política de criação de emprego.

Além de concentrações e manifestações em quase todos os distritos, estão também convocadas greves em diversos sectores e empresas, como revelou segunda-feira o departamento de informação da central.

Para as 15.30 estão marcadas três concentrações em Lisboa: na estação da CP do Cais do Sodré, na Praça do Comércio e no jardim do Campo Pequeno. Às 16 horas tem lugar uma concentração de reformados no Saldanha.

Em Almada (Praça do MFA), no Barreiro (Largo Catarina Eufémia) e no Seixal realizam-se concentrações de trabalhadores às 10 horas. Em Setúbal, tem lugar uma concentração às 14 horas, no Jardim Quebedo. Às 15 horas decorre uma acção semelhante no Montijo (Praça da República).

Os trabalhadores do Porto convergem para a Rotunda da Boavista, às 15.30.

Em Aveiro, o «funeral da política de sucesso do Governo» é motivo para duas concentrações: junto ao Centro Regional de Segurança Social (15 horas) e na escadaria do Turismo (15.30).

Reformados e desempregados reúnem-se junto ao Governo Civil de Beja às 15 horas.

Para Braga estão marcadas concentrações às 9.30 (no Largo da Sé), às 15 (no Largo de S. João) e às 17 horas (na Avenida Central).

Em Coimbra a concentração marcada para as 15 horas (ruas Visconde da Luz e Ferreira Borges) assume a forma de uma «exposição do País real».

Junto da Anile, na Covilhã, tem lugar uma concentração às 16 horas.

Activistas sindicais (no Jardim Diana) e reformados do STAL (na sede do sindicato) e de outras organizações (na Soc. Joaquim António Aguiar) reúnem às 10 horas em Évora.

Às 15.30 realiza-se uma concentração em Faro, junto da União dos Sindicatos do Algarve. Neste distrito, foram marcadas para ontem concentrações em Portimão e Vila Real de Santo António.

Na Marinha Grande, a concentração está marcada para as 17.30, na Praça Stephens.

Activistas sindicais reúnem às 15 horas junto do Governo Civil de Portalegre.

No jardim frente à ex-RN de Santarém, tem lugar um encontro distrital de dirigentes e activistas sindicais.

Depois de um plenário de dirigentes e delegados sindicais, é inaugurado, às 11.30, na avenida principal de Viana do Castelo, o «cemitério das empresas encerradas em consequência da política do Governo».



Dirigentes e activistas sindicais reúnem, às 10 horas, em plenário no salão nobre da Assembleia Municipal de Viseu. No Rossio terá lugar, às 14 horas, uma concentração.

Estão convocadas greves, sobretudo para o período da tarde, de forma a permitir a participação dos trabalhadores nas iniciativas locais e regionais, nos têxteis do Sul (repetindo-se a marcha da Têxtil Lopes da Costa até Gouveia), na indústria gráfica e de transformação de papel (greve de 24 horas na Portucel de Setúbal, Cacia e Vila Velha de Ródão, concentração na Imprensa Nacional-Casa da Moeda), no sector químico

(com concentrações prévias junto do Ministério da Indústria e nas instalações da Xavi), na cerâmica e vidro (Lusalite - com concentração junto à sede, na Rua de S. Nicolau; Cimpor - idem, na Rua Alexandre Herculano; paralisação de 24 horas no sector do barro branco e greves de tarde em várias outras empresas), na EDP (inicia-se uma greve de 48 horas subscrita por todos os sindicatos da empresa), nos fabricantes de material eléctrico e electrónico, na metalurgia, metalomecânica e minas (com concentração junto ao Ministério da Indústria e depois de uma semana de luta na Siderurgia Nacional), na construção civil, madeiras, mármore e cortiças (com concentrações junto das associações patronais em Lisboa e no Porto), no comércio e serviços (concentração na Rua Augusta), na Torralta (greve de 24 horas com deslocação ao Tribunal de Grândola), nas telecomunicações (greve de 24 horas, com concentração entre as sedes da Telecom e dos TLP), na CP, na Rodoviária de Lisboa e na EIS, na TAP (com

concentração junto ao Ministério dos Transportes; os trabalhadores de terra da TAP já estiveram em greve anteontem e ontem e voltam a parar amanhã à tarde), nas IPSS, e na administração pública (com concentração, às 15.30 horas, junto ao Ministério das Finanças e desfile até ao Marquês de Pombal).

Os trabalhadores da Carris, que estão durante toda a semana em greve ao trabalho extraordinário, realizam esta tarde um plenário com saída para a rua; iniciativa semelhante reúne o pessoal do Metropolitano, enquanto na Rodoviária do Sul do Tejo está marcado para as 9.30 um plenário com recolha de viaturas e a Rodoviária do Tejo prossegue a greve das 17.30 às 17.54 horas, iniciada dia 13 por tempo indeterminado.

Ontem estiveram em greve, por duas horas, os trabalhadores da RTP, que se concentraram frente à sede da empresa. Hoje de manhã utentes do Centro de Saúde dos Olivais (Lisboa) ocupam simbolicamente as instalações daquele estabelecimento.

CGTP apela à participação activa nas eleições europeias

«A CGTP-IN exorta os trabalhadores portugueses a participarem activamente na próxima eleição para o Parlamento Europeu e a contribuírem com o seu voto para eleger os candidatos que defendam intransigentemente os interesses específicos de Portugal, no plano político, económico, social e cultural, e na afirmação da soberania nacional no quadro da integração

de Portugal na CE e que defendam empenhadamente uma Europa Social.»

Assim conclui o documento divulgado pela Comissão Executiva da central, após a reunião da passada segunda-feira, que fixa a posição da CGTP acerca das eleições de 12 de Junho.

A confederação considera ainda que «o combate à abstenção e a necessidade de uma

ampla mobilização dos trabalhadores com vista às próximas eleições para o PE é uma tarefa imediata de todo o movimento sindical e na qual se deve empenhar a sua estrutura aos diversos níveis».

Criticando o «monetarismo de vistas curtas que provoca a recessão actual e que está a impedir a tomada das medidas necessárias para responder à grave crise social e de desemprego em que a Europa está mergulhada», a CGTP recorda que o Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht, «não foi, infelizmente, alvo do debate público e, mesmo, de um referendo que teria permitido aos portugueses expressarem livremente os seus pontos de vista sobre a forma como o processo de integração europeia está a decorrer».

Neste quadro, «o processo eleitoral para o PE, embora não possa ultrapassar essas insuficiências de debate, permitirá, no entanto, dar um maior relevo à denúncia das políticas que estão a contribuir para a destruição do nosso aparelho produtivo, em particular na agricultura, nas pescas e na indústria». Além disso, «o debate em torno das eleições de 12 de Junho deve afirmar como indispensável a promoção de maior

crescimento económico para que se salve e se crie mais emprego e que o desenvolvimento deve assentar no aproveitamento dos recursos nacionais, em primeiro lugar dos recursos humanos, e no bem-estar social».

Para a CGTP, «é necessário que o PE possa contribuir activamente para priorizar o combate ao desemprego (que atinge nos números oficiais mais de 18 milhões de pessoas na CE) e o combate à exclusão social (estima-se que haja 3 milhões de pessoas sem abrigo e cerca de 50 milhões de pobres na CE)». A central defende «um papel mais activo» do PE «na alteração das actuais políticas económicas e sociais», para o que deverá ter «uma composição muito diferente da actual, em que predominam os defensores das teses federalistas, no plano político, e das teses liberais, no plano económico».

«A defesa da Europa Social, em que o desenvolvimento económico se faça paralelamente ao reforço da coesão económica e social e ao reforço dos direitos dos trabalhadores, foi sempre considerada, por parte da CGTP-IN, a questão central do processo de integração europeia», recorda a Comissão Executiva.

«Acordo» para 1999 Cavaco chuta para canto...

O coordenador da CGTP considerou segunda-feira que a proposta de Cavaco Silva de assinar um acordo social a médio prazo não passa, por enquanto, de uma «afirmação propagandística».

«Não há futuro sem presente», sublinhou repetidamente Carvalho da Silva, referindo que o primeiro-ministro anunciou a intenção de assinar um acordo social até 1999, mas não disse que medidas pretendia tomar para, no presente, diminuir o desemprego, aumentar os salários ou melhorar a segurança social.

«O primeiro-ministro está a tornar-se especialista em chutar para canto», ao «responder aos problemas do presente com promessas para o futuro», afirmou Carvalho da Silva, que falava em conferência de imprensa, em Lisboa, no final de uma reunião da Comissão Executiva da CGTP.

Além disso, o Governo não cumpriu vários compromissos assumidos no acordo social de 1991, como os relativos à higiene e segurança no trabalho, justiça social, segurança social, horário laboral de 40 horas e crescimento do salário mínimo superior ao do médio, acrescentou o dirigente sindical.

Por esta razão, «as propostas para o futuro não estão credibilizadas pelo presente» e não existe actualmente a «solidez» necessária para que promessas para daqui a cinco anos sejam credíveis.

A CGTP não deixou, porém, de se manifestar disposta a discutir o futuro com Cavaco Silva.



Para fazer uma análise da reforma educativa e das medidas legislativas publicadas no último ano, bem como da actividade associativa dos trabalhadores-estudantes, reuniu no domingo, em Lisboa, a assembleia magna da FNATES. A Federação Nacional de Associações de Trabalhadores-Estudantes debateu ainda o estatuto do T-E, o acesso ao ensino e o sucesso e insucesso escolar, e o lançamento de um inquérito e de um abaixo-assinado

Actuações dos SIS estão a passar das marcas PCP quer ver tudo em pratos limpos

As actuações dos Serviços de Informação de Segurança (SIS) continuam a suscitar as mais sérias preocupações. Sobre si, provenientes de vários quadrantes, recaem graves suspeitas e acusações. A um ritmo crescente, avolumam-se os casos de prática de actividades ilícitas, desvio de funções, ofensa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. As coisas atingiram um ponto tal que o Grupo Parlamentar do PCP entendeu que, depois de muitos alertas para a gravidade da situação, é chegada a hora de esclarecer definitivamente o caso e tirar tudo a limpo. "A situação é tão grave que se exige uma actuação imediata, extraordinária e excepcional", refere a propósito. Vai daí, na passada semana, propôs a realização de um inquérito extraordinário ao SIS, a levar a cabo pela Procuradoria Geral da República, a única entidade que, do seu ponto de vista, reúne características de independência, dotação de meios de investigação, experiência e meios para o executar de forma integrada e completa.

Anunciada em conferência de imprensa por Octávio Teixeira, Presidente do Grupo comunista, esta proposta foi acompanhada no próprio dia pela entrega na Mesa da Assembleia de um projecto de lei que confere à Procuradoria Geral da República o poder de realizar o referido inquérito, atribuindo simultaneamente ao ministro da Administração Interna a competência para o solicitar.

Deste modo, como salientou o líder da formação comunista, o Governo tem uma oportunidade soberana de "expressar a sua boa-fé neste processo": primeiro, aprovando com urgência, através da sua maioria, o projecto do PCP; depois, tomando a iniciativa de solicitar de imediato a realização do inquérito.

Uma medida tanto mais urgente quanto é certo - e estas foram razões aduzidas por Octávio Teixeira - que têm vindo a acentuar-se as actividades dos SIS consideradas à margem da lei, como sejam as suspeitas sobre uso de escutas, as práticas de filmagens e as infiltrações em associações representativas, como sucedeu com a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

"O SIS aparece hoje aos olhos da opinião pública - assinala a propósito o projecto do PCP na sua nota preambular -, como um instrumento do Governo e das suas opções político-partidárias, contra as organizações e movimentos sociais que legitimamente se lhe opõem e contra os órgãos de Estado que o Governo não domina".

O Grupo Parlamentar comunista não hesita mesmo em considerar que estas actuações "constituem um atentado ao regime democrático-constitucional, transformando o SIS num autêntico serviço de informações políticas, tudo em violação da lei que o criou e lhe definiu e circunscreveu as atribuições".

Não menos grave, por outro lado, como assinalou Octávio Teixeira, é o facto de tais actuações ocorrerem "com total falta de controlo e impunidade", uma vez que, como é sabido, o Conselho de Fiscalização do SIS está destituído de poderes reais, "limitando-se a anotar os elementos informativos que o Governo e o próprio SIS lhe fornecem".

A este respeito, referindo-se aos relatórios elaborados por

aquele Conselho, declarou que estes "assumem, fundamentalmente, o carácter de uma chocante absolvição das actuações dos SIS", o que não pode deixar de ser considerado um escândalo, sobretudo se atendermos a que nos últimos dias, como fez questão de notar Octávio Teixeira, a "situação de descontrolo e impunidade dos SIS assumiu maior destaque".

Verberada pelo dirigente comunista foi ainda a atitude do ministro da Administração Interna, que, ao ordenar ao Conselho de Fiscalização a realização de um «inquérito rigoroso», sabendo antecipadamente que este não tem meios para o fazer, deu mostras de uma "despudorada exibição do papel subalterno" que considera ser o daquele órgão.

Desemprego e pobreza voltam em força ao Alentejo

— Uma reforma na agricultura é a chave para resolver os problemas da região, defende António Murteira

No Alentejo, sobretudo em alguns dos seus concelhos mais a Sul, como são os casos de Beja, Portel, Odemira ou Serpa, a pobreza volta a assumir características endémicas, alastrando a um ritmo imparável, de tal modo que em diversas aldeias e vilas são já muitas as famílias que, pura e simplesmente, passam fome. Depois de várias chamadas de atenção oriundas de entidades regionais, designadamente de autarquias, o alerta, desta feita, foi deixado na Assembleia da República pela formação comunista, mais concretamente pela voz do seu deputado António Murteira. Foi na passada semana, numa intervenção produzida no período antes da ordem do dia, cujo conteúdo acabou por se constituir num verdadeiro libelo acusatório contra uma política que, foi dito, "está a desertificar e a lançar o desemprego e a pobreza na região".

Para a bancada comunista, que defendeu a adopção imediata de medidas de impacto social (ver caixa), tratava-se sobretudo de sensibilizar a Câmara para o problema em presença,

convidando-a simultaneamente para uma reflexão sobre o drama social e humano que se abate sobre a região que tem cerca de 20 por cento da sua população activa no desemprego (42.000 pessoas estão sem trabalho), sendo que destes aproximadamente 67 por cento não recebem qualquer subsídio (27.000 homens, mulheres e jovens).

Ora foi desta realidade que muito sinteticamente falou António Murteira, pondo desde logo em evidência "o doloroso êxodo" vivido pelo povo alentejano nas últimas décadas, obrigado a encontrar o sustento fora da sua terra, tendência só contrariada na segunda metade da década de 70, por força do 25 de Abril, do poder local e da reforma agrária.



"É perfeitamente perceptível a relação, em cada década, entre a situação política dominante e os fenómenos políticos e sociais de desemprego, pobreza, exclusão social, envelhecimento e desertificação da população", comentou a propósito António Murteira,

trazendo a lume o contraste entre o impacto positivo e a dinâmica gerada pelo 25 de Abril no tecido social e empresarial da região e o retomar ulterior de fenómenos como a emigração, o desemprego ou a pobreza.

Uma situação que, como bem lembrou, não constitui uma fatalidade, uma vez que na região não faltam os recursos e potencialidades. Deles falou também António Murteira, colocando o acento tónico naquele que é sem dúvida o problema chave da região: a terra, mais exactamente a questão da estrutura da sua posse e uso.

Uma questão que, pelos vistos, merece a concordância do próprio Governo, a avaliar pelo que escreve no Programa Operacional para o Alentejo, apresentado em Bruxelas, onde diz concretamente que "a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso, a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas, sobretudo as cerealíferas, sendo já frequente o abandono dos campos".

Neste contexto, no entender da formação comunista, as condições para uma reforma na agricultura estão amadurecidas, constituindo mesmo a sua realização um imperativo inadiável, no sentido não apenas de defender desde já os interesses nacionais, mas também de permitir que o País chegue ao próximo século com uma agricultura moderna e dinâmica".

Com algum detalhe, dessa reforma falou ainda António Murteira, pondo em relevo as suas bases de apoio - os pequenos e médios agricultores e empresários agrícolas, os trabalhadores agrícolas, os técnicos, centros de investigação, formação e informação - e também a necessidade de resolver a estrutura da posse e do uso da terra.

"Uma reforma na agricultura que deverá desenvolver-se no quadro amplo e diversificado de uma economia mista - as palavras são de António Murteira -, não dominada pelo grandes senhores da terra, com sectores de propriedade diversificados e com as suas dinâmicas próprias e complementares, respeitadas e apoiadas pelo Estado".

Por uma nova política agrícola

A criação de um Programa de Emergência de combate ao desemprego e à pobreza no Alentejo, bem como de um «rendimento mínimo de subsistência», abrangendo todos os maiores de 18 anos, desempregados, constituem duas das medidas de natureza social defendidas pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Anunciada por António Murteira, neste âmbito, situa-se ainda a necessidade de uma maior celeridade no arranque ou andamento de empreendimentos e infra-estruturas que criem postos de trabalho, como são os casos, por exemplo, da Barragem do Enxóe e do subsistema do Ardile, na Margem Esquerda, ou das Barragens da Gema e Monte Branco, em Odemira.

Noutro plano, com vista a uma nova política agrícola, o PCP defende as seguintes medidas:

1. Promover um debate sobre o Alentejo — «Situação e perspectiva»;
2. Perspectivar e lutar por uma reforma na agricultura alentejana;
3. Resolver «a questão chave dos problemas estruturais do Alentejo» a questão da «estrutura da posse e do uso da terra».

Nesta questão, ter em conta as profundas alterações que serão produzidas com o empreendimento de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo, assentes no investimento público;

4. Proceder à reabilitação dos cerca de 70 000 hectares, dos 9 perímetros de rega, já instalados, no Alentejo;

6. Criar um sistema misto (público, cooperativo, privado) de transformação e comercialização no sector agrícola e agro-alimentar;

7. Tornar transparente e controlado o acesso e utilização dos fundos comunitários;

8. Baixar o custo dos juros do crédito para a agricultura e dos factores de produção;

9. Defender no País e na Comunidade uma reforma global da PAC;

10. Lutar pela aprovação de uma Lei de Bases de Política Agrária.

11. Rejeitar o Plano Hidrológico Nacional de Espanha e defender os caudais dos rios internacionais, e o seu aproveitamento por Portugal, designadamente do Guadiana.

Perguntas e respostas

Ambiguidades

A afirmação de Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, de que "só uma concepção federal da Europa representa uma solução para os problemas actuais", levou o eurodeputado Joaquim Miranda, em finais do ano passado, a colocar à Comissão duas questões:

- O Tratado de Maastricht integra essa "concepção federal"?

- Em caso afirmativo, por que não se afirmou (ou, mesmo, porque se ocultou) esse dado relevante antes das ratificações do mesmo Tratado?

A resposta demorou, mas chegou, dada pelo próprio Delors. Segundo o presidente da Comissão, o Tratado da União Europeia "inse-re-se num processo evolutivo no qual subsistem, por natureza, certas ambiguidades".

Para justificar as tais "ambiguidades", Delors lembra que desde o Congresso de Haia de 1948 que existe uma "clivagem" entre os "federalistas" que consideram necessário "transferir para uma autoridade europeia poderes rigorosamente definidos", e os "unionistas", para quem a Europa "só avançará por meio de compromissos entre Estados plenamente soberanos que não tenham delegado quaisquer poderes". Afirma Jacques Delors que o Tratado da União Europeia "não tomou partido por nenhuma destas doutrinas, tendo antes optado por um compromisso entre ambas".

Se assim é, outra questão se coloca: com que direito anda o presidente da Comissão a tomar partido por uma das partes?

TVG em Portugal

A realização da rede europeia de alta velocidade (TVG) na Península Ibérica (tendo em conta o problema de bitola das vias entre Portugal e Espanha, por um lado, e o resto da Europa, por outro), só pode operar-se harmoniosamente se os dois Estados-membros ibéricos, mas também a França, coordenarem as suas políticas de infra-estruturas em matéria de alta velocidade. Quem o afirma é o comissário Oreja, em nome da Comissão, em resposta a uma questão levantada por Barata-Moura sobre o futuro desenvolvimento do TVG em Portugal e suas ligações a Espanha e a outros países comunitários.

Recorda-se que o tema foi suscitado por notícia vindas a público recentemente, segundo as quais a ligação do TVG a Portugal só seria possível através de uma decisão política, uma vez que não há mercado que o justifique e, mesmo existindo, as referidas ligações seriam sempre um mero apêndice da rede espanhola. Uma posição claramente contrastante com o princípio de que o TVG pode e deve ser, se correctamente inserido numa perspectiva global de desenvolvimento, um instrumento altamente positivo para as regiões mais atrasadas.

A resposta do comissário é clara: a necessidade de construção de linhas ferroviárias de alta velocidade em Portugal e de Portugal em direcção a Espanha e ao resto da Europa "foi expressa no relatório do grupo de alto nível 'alta velocidade' publicado em Dezembro de 1990, tendo o mesmo sido favoravelmente recebido pelo Conselho. É de salientar que no mapa do plano-director europeu de comboios de alta velocidade, patente no dito relatório, dois projectos referem-se directamente a Portugal (ligação Lisboa-Porto e ligação Portugal - eixo Lisboa-Porto - em direcção a Madrid).

O problema passa, como é hábito, pela concretização, dependente não apenas da já referida coordenação entre Portugal, Espanha e França, com a participação da Comissão, mas também da iniciativa e capacidade dos respec-

tivos governos. Como diz o comissário Oreja, "incumbe aos Estados-membros a definição das suas prioridades em matéria de financiamento de infra-estruturas no âmbito das redes de transportes".

Mobilidade, mas pouca

Já que se fala em viajar, cabe lembrar a nova modalidade de bilhetes Inter Rail para jovens actualmente em vigor. Até aos 26 anos, os jovens beneficiam teoricamente de descontos que lhes permitem "desenvolver a sua mobilidade na Europa e incentivar uma melhor compreensão entre os cidadãos da Comunidade". Os portugueses é que nem tanto, dada a posição periférica do País; para além da Espanha, zona 1, se pretenderem ir mais longe necessitam de um bilhete que abranja duas zonas (50 mil escudos) ou, no caso de um bilhete global, a mobilidade fica-lhes por 62 mil escudos. Uma quantia fora do alcance da esmagadora maioria dos jovens portugueses.

A Comissão, informada da situação, compreende e regista, nada mais. Como recorda o comissário Oreja em resposta a Sérgio Ribeiro, que levantou a questão, "a natureza exacta das concessões diz respeito às companhias ferroviárias que participam no processo de decisão", pelo que "qualquer intervenção neste tipo de questões está fora da esfera de responsabilidade da Comissão". Como quem diz, os jovens portugueses ficam a ver passar os comboios.

O Governo que decida

A crise económica que se vive na Marinha Grande, com as suas dramáticas consequências sociais, pode ser minorada e ultrapassada se houver vontade política do Governo para isso. Este, no essencial, o recado do comissário Bruce Millan, em resposta ao eurodeputado Sérgio Ribeiro, que questionou a Comissão sobre se esta continua "disposta a examinar as possibilidades de um estudo sobre a situação socioeconómica da Marinha Grande" e se as autoridades portuguesas deram algum passo nesse sentido.

A resposta, positiva, refere que "a Comissão está consciente do problema da modernização e reestruturação da economia portuguesa, nomeadamente nas regiões referidas". Foi por esta a razão que a Comissão "aprovou recentemente o novo quadro comunitário de apoio para Portugal, para o período 1994/1999". Neste âmbito, "diversos programas operacionais, que serão financiados pelos fundos estruturais comunitários, permitirão dar uma resposta" a problemas como os referidos.

A título de exemplo, Bruce Millan refere o subprograma 'Indústria' (no âmbito do programa "Modernização do tecido económico") e o programa "Região Centro", dotados, respectivamente, de 1661,2 e de 362 milhões de ecus de financiamento comunitário, que poderão ser "utilizados para intervenções na zona da Marinha Grande".

Como sublinha o comissário, **as acções, os projectos e, se necessário, os estudos concretos seleccionados para financiamento por esses programas dependem das opções das autoridades nacionais.**

Acresce que a Comissão garante estar "pronta a examinar toda e qualquer proposta específica que as autoridades portuguesas queiram apresentar" relativamente a um inquérito sobre a situação socioeconómica da Marinha Grande.

Com tanta disponibilidade, é caso para perguntar se o Governo está à espera das eleições para anunciar 'boas novas' à Marinha Grande...

O Livro Verde e a quadratura do círculo

Enquanto o domínio social for encarado como suscitando questões do tipo "em que medida exigirá a União Económica e Monetária uma política social mais activa?"; enquanto esta se colocar num quadro que, considerando eliminadas as fronteiras que garantem a livre circulação de bens, capitais, serviços e pessoas (o que é falso), aceita acriticamente que "o passo lógico seguinte no processo de integração económica consistirá na transição para uma moeda única"; enquanto se subalternizar a coesão económica e social; as opções sociais serão sempre secundárias, determinadas pelas opções económicas, economicistas, monetaristas.

A afirmação é de Sérgio Ribeiro, ao intervir em Estrasburgo no debate sobre o "Livro Verde". A dimensão social da União Europeia constitui volta e meia tema de debate nas instâncias comunitárias. Uma iniciativa que seria positiva, não fora dar-se o caso de na maior parte das vezes tal "debate" servir de pretexto para o adiamento de decisões, para atrasar a sempre protelada questão social e,

simultaneamente, alijar responsabilidades que se repartem com o alibi de ter havido consultas.

Na última sessão plenária do PE, em Estrasburgo, foi o que voltou a suceder. O "livro verde" (Política Social Europeia - Opções para a União), promoveu uma consulta-debate. O caso não mereceria reparos se essa consulta, como fez notar o eurodeputado Sérgio Ribeiro na sua intervenção, não se substitu-

isse "a uma real participação na definição das opções para a União relativamente à política social; se não fosse o caso de, antes de se chegar ao "livro branco" no domínio social, haver já um outro "livro branco", o da competitividade, que condiciona este "livro verde" em debate".

Para o eurodeputado, a diferença entre os dois livros só ilustra e agrava o que o relatório levado ao PE designa por "desequilíbrio entre a integração económica e a dimensão social do mercado interno", em vez de ser um contributo para a redução desse fosso. Por isso mesmo, relatórios como o que esteve em apreço, independentemente da sua qualidade e boas intenções, não podem deixar de se assemelhar "à tentativa de quadratura do círculo, ao defenderem um modelo económico incompatível com veleidades de tipo social".



Comissão Europeia contra vinhos nacionais

A propósito da aprovação da Reforma da Organização Comum de Mercado dos Vinhos, pela Comissão das Comunidades Europeias, no passado dia 11 de Maio, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota em que se acusa o "directório dos tecnocratas de Bruxelas" de ter sido "completamente surdo aos protestos da generalidade das organizações de viticultores do Sul da Europa e da própria posição do Parlamento Europeu".

Para o PCP, a Reforma aprovada "é totalmente inaceitável para Portugal". Razões não faltam: "estabelece uma quota de produção que nos obrigará, em anos de produção normal, a destilar a preços ruinosos quase 2

milhões de hectolitros (20 por cento da produção média do País)"; "mantém a autorização para a fabricação de 'vinho' a partir da sacarose (beterraba) nos países do Norte"; e, contraditoriamente, "estabelece um prazo para terminar com a ajuda ao uso dos mostos concentrados". Trata-se, ao fim e ao cabo, de "pretender fazer a regularização do mercado dos vinhos, uniformizando regras (arranques, destilações obrigatórias, etc.), sem ter em conta as evidentes diferenças de potencialidades vitícolas dos países comunitários, sem ter em conta as brutais produtividades vinícolas (inimigas da qualidade dos vinhos) das regiões do Norte da Europa", o que significa que Portugal vai

pagar pelos excedentes de vinho que outros produzem a mais, e em grande parte sem ser a partir da videira.

A nota do GI do PCP salienta ainda que "o facto de a última palavra pertencer ao Conselho de Ministros da Comunidade coloca ao Governo português o imperativo de travar mais este atentado à agricultura portuguesa", e defende o cumprimento, pelo executivo da Resolução de Apoio e Defesa da Vitivinicultura e dos Viticultores Nacionais face à Reforma da Organização Comum de Mercado dos Vinhos aprovada a 6 de Abril último, **por voto unânime dos deputados, na Assembleia da República, a partir do Projecto nº 94/VI do Grupo Parlamentar do PCP.**

Actuações dos SIS estão a passar das marcas PCP quer ver tudo em pratos limpos

As actuações dos Serviços de Informação de Segurança (SIS) continuam a suscitar as mais sérias preocupações. Sobre si, provenientes de vários quadrantes, recaem graves suspeitas e acusações. A um ritmo crescente, avolumam-se os casos de prática de actividades ilícitas, desvio de funções, ofensa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. As coisas atingiram um ponto tal que o Grupo Parlamentar do PCP entendeu que, depois de muitos alertas para a gravidade da situação, é chegada a hora de esclarecer definitivamente o caso e tirar tudo a limpo. "A situação é tão grave que se exige uma actuação imediata, extraordinária e excepcional", refere a propósito. Vai daí, na passada semana, propôs a realização de um inquérito extraordinário ao SIS, a levar a cabo pela Procuradoria Geral da República, a única entidade que, do seu ponto de vista, reúne características de independência, dotação de meios de investigação, experiência e meios para o executar de forma integrada e completa.

Anunciada em conferência de imprensa por Octávio Teixeira, Presidente do Grupo comunista, esta proposta foi acompanhada no próprio dia pela entrega na Mesa da Assembleia de um projecto de lei que confere à Procuradoria Geral da República o poder de realizar o referido inquérito, atribuindo simultaneamente ao ministro da Administração Interna a competência para o solicitar.

Deste modo, como salientou o líder da formação comunista, o Governo tem uma oportunidade soberana de "expressar a sua boa-fé neste processo": primeiro, aprovando com urgência, através da sua maioria, o projecto do PCP; depois, tomando a iniciativa de solicitar de imediato a realização do inquérito.

Uma medida tanto mais urgente quanto é certo - e estas foram razões aduzidas por Octávio Teixeira - que têm vindo a acentuar-se as actividades dos SIS consideradas à margem da lei, como sejam as suspeitas sobre uso de escutas, as práticas de filmagens e as infiltrações em associações representativas, como sucedeu com a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

"O SIS aparece hoje aos olhos da opinião pública - assinala a propósito o projecto do PCP na sua nota preambular -, como um instrumento do Governo e das suas opções político-partidárias, contra as organizações e movimentos sociais que legitimamente se lhe opõem e contra os órgãos de Estado que o Governo não domina".

O Grupo Parlamentar comunista não hesita mesmo em considerar que estas actuações "constituem um atentado ao regime democrático-constitucional, transformando o SIS num autêntico serviço de informações políticas, tudo em violação da lei que o criou e lhe definiu e circunscreveu as atribuições".

Não menos grave, por outro lado, como assinalou Octávio Teixeira, é o facto de tais actuações ocorrerem "com total falta de controlo e impunidade", uma vez que, como é sabido, o Conselho de Fiscalização do SIS está destituído de poderes reais, "limitando-se a anotar os elementos informativos que o Governo e o próprio SIS lhe fornecem".

A este respeito, referindo-se aos relatórios elaborados por

aquele Conselho, declarou que estes "assumem, fundamentalmente, o carácter de uma chocante absolvição das actuações dos SIS", o que não pode deixar de ser considerado um escândalo, sobretudo se atendermos a que nos últimos dias, como fez questão de notar Octávio Teixeira, a "situação de descontrolo e impunidade dos SIS assumiu maior destaque".

Verberada pelo dirigente comunista foi ainda a atitude do ministro da Administração Interna, que, ao ordenar ao Conselho de Fiscalização a realização de um «inquérito rigoroso», sabendo antecipadamente que este não tem meios para o fazer, deu mostras de uma "despudorada exibição do papel subalterno" que considera ser o daquele órgão.

Desemprego e pobreza voltam em força ao Alentejo

— Uma reforma na agricultura é a chave para resolver os problemas da região, defende António Murteira

No Alentejo, sobretudo em alguns dos seus concelhos mais a Sul, como são os casos de Beja, Portel, Odemira ou Serpa, a pobreza volta a assumir características endémicas, alastrando a um ritmo imparável, de tal modo que em diversas aldeias e vilas são já muitas as famílias que, pura e simplesmente, passam fome. Depois de várias chamadas de atenção oriundas de entidades regionais, designadamente de autarquias, o alerta, desta feita, foi deixado na Assembleia da República pela formação comunista, mais concretamente pela voz do seu deputado António Murteira. Foi na passada semana, numa intervenção produzida no período antes da ordem do dia, cujo conteúdo acabou por se constituir num verdadeiro libelo acusatório contra uma política que, foi dito, "está a desertificar e a lançar o desemprego e a pobreza na região".

Para a bancada comunista, que defendeu a adopção imediata de medidas de impacto soci-

al (ver caixa), tratava-se sobretudo de sensibilizar a Câmara para o problema em presença,

convidando-a simultaneamente para uma reflexão sobre o drama social e humano que se abate sobre a região que tem cerca de 20 por cento da sua população activa no desemprego (42.000 pessoas estão sem trabalho), sendo que destes aproximadamente 67 por cento não recebem qualquer subsídio (27.000 homens, mulheres e jovens).

Ora foi desta realidade que muito sinteticamente falou António Murteira, pondo desde logo em evidência "o doloroso êxodo" vivido pelo povo alentejano nas últimas décadas, obrigado a encontrar o sustento fora da sua terra, tendência só contrariada na segunda metade da década de 70, por força do 25 de Abril, do poder local e da reforma agrária.



"É perfeitamente perceptível a relação, em cada década, entre a situação política dominante e os fenómenos políticos e sociais de desemprego, pobreza, exclusão social, envelhecimento e desertificação da população", comentou a propósito António Murtei-

ra, trazendo a lume o contraste entre o impacto positivo e a dinâmica gerada pelo 25 de Abril no tecido social e empresarial da região e o retomar ulterior de fenómenos como a emigração, o desemprego ou a pobreza.

Uma situação que, como bem lembrou, não constitui uma fatalidade, uma vez que na região não faltam os recursos e potencialidades. Deles falou também António Murteira, colocando o acento tónico naquele que é sem dúvida o problema chave da região: a terra, mais exactamente a questão da estrutura da sua posse e uso.

Uma questão que, pelos vistos, merece a concordância do próprio Governo, a avaliar pelo que escreve no Programa Operacional para o Alentejo, apresentado em Bruxelas, onde diz concretamente que "a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo está na terra, na estrutura da posse e do uso, a que correspondem baixos níveis de produtividade de grande parte das produções agrícolas, sobretudo as cerealíferas, sendo já frequente o abandono dos campos".

Neste contexto, no entender da formação comunista, as condições para uma reforma na agricultura estão amadurecidas, constituindo mesmo a sua realização um imperativo inadiável, no sentido não apenas de defender desde já os interesses nacionais, mas também de permitir que o País chegue ao próximo século com uma agricultura moderna e dinâmica".

Com algum detalhe, dessa reforma falou ainda António Murteira, pondo em relevo as suas bases de apoio - os pequenos e médios agricultores e empresários agrícolas, os trabalhadores agrícolas, os técnicos, centros de investigação, formação e informação - e também a necessidade de resolver a estrutura da posse e do uso da terra.

"Uma reforma na agricultura que deverá desenvolver-se no quadro amplo e diversificado de uma economia mista - as palavras são de António Murteira -, não dominada pelos grandes senhores da terra, com sectores de propriedade diversificados e com as suas dinâmicas próprias e complementares, respeitadas e apoiadas pelo Estado".

Por uma nova política agrícola

A criação de um Programa de Emergência de combate ao desemprego e à pobreza no Alentejo, bem como de um «rendimento mínimo de subsistência», abrangendo todos os maiores de 18 anos, desempregados, constituem duas das medidas de natureza social defendidas pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Anunciada por António Murteira, neste âmbito, situa-se ainda a necessidade de uma maior celeridade no arranque ou andamento de empreendimentos e infra-estruturas que criem postos de trabalho, como são os casos, por exemplo, da Barragem do Enxoé e do subsistema do Ardile, na Margem Esquerda, ou das Barragens da Gema e Monte Branco, em Odemira.

Noutro plano, com vista a uma nova política agrícola, o PCP defende as seguintes medidas:

1. Promover um debate sobre o Alentejo — «Situação e perspectiva»;
2. Perspectivar e lutar por uma reforma na agricultura alentejana;
3. Resolver «a questão chave dos problemas estruturais do Alentejo» a questão da «estrutura da posse e do uso da terra».

Nesta questão, ter em conta as profundas alterações que serão produzidas com o empreendimento de Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo, assentes no investimento público;

4. Proceder à reabilitação dos cerca de 70 000 hectares, dos 9 perímetros de rega, já instalados, no Alentejo;

6. Criar um sistema misto (público, cooperativo, privado) de transformação e comercialização no sector agrícola e agro-alimentar;

7. Tornar transparente e controlado o acesso e utilização dos fundos comunitários;

8. Baixar o custo dos juros do crédito para a agricultura e dos factores de produção;

9. Defender no País e na Comunidade uma reforma global da PAC;

10. Lutar pela aprovação de uma Lei de Bases de Política Agrária.

11. Rejeitar o Plano Hidrológico Nacional de Espanha e defender os caudais dos rios internacionais, e o seu aproveitamento por Portugal, designadamente do Guadiana.

Perguntas e respostas

Ambiguidades

A afirmação de Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, de que "só uma concepção federal da Europa representa uma solução para os problemas actuais", levou o eurodeputado Joaquim Miranda, em finais do ano passado, a colocar à Comissão duas questões:

- O Tratado de Maastricht integra essa "concepção federal"?

- Em caso afirmativo, por que não se afirmou (ou, mesmo, porque se ocultou) esse dado relevante antes das ratificações do mesmo Tratado?

A resposta demorou, mas chegou, dada pelo próprio Delors. Segundo o presidente da Comissão, o Tratado da União Europeia "insere-se num processo evolutivo no qual subsistem, por natureza, certas ambiguidades".

Para justificar as tais "ambiguidades", Delors lembra que desde o Congresso de Haia de 1948 que existe uma "clivagem" entre os "federalistas" que consideram necessário "transferir para uma autoridade europeia poderes rigorosamente definidos", e os "unionistas", para quem a Europa "só avançará por meio de compromissos entre Estados plenamente soberanos que não tenham delegado quaisquer poderes". Afirma Jacques Delors que o Tratado da União Europeia "não tomou partido por nenhuma destas doutrinas, tendo antes optado por um compromisso entre ambas".

Se assim é, outra questão se coloca: com que direito anda o presidente da Comissão a tomar partido por uma das partes?

TVG em Portugal

A realização da rede europeia de alta velocidade (TVG) na Península Ibérica (tendo em conta o problema de bitola das vias entre Portugal e Espanha, por um lado, e o resto da Europa, por outro), só pode operar-se harmoniosamente se os dois Estados-membros ibéricos, mas também a França, coordenarem as suas políticas de infra-estruturas em matéria de alta velocidade. Quem o afirma é o comissário Oreja, em nome da Comissão, em resposta a uma questão levantada por Barata-Moura sobre o futuro desenvolvimento do TVG em Portugal e suas ligações a Espanha e a outros países comunitários.

Recorda-se que o tema foi suscitado por notícia vindas a público recentemente, segundo as quais a ligação do TVG a Portugal só seria possível através de uma decisão política, uma vez que não há mercado que o justifique e, mesmo existindo, as referidas ligações seriam sempre um mero apêndice da rede espanhola. Uma posição claramente contrastante com o princípio de que o TVG pode e deve ser, se correctamente inserido numa perspectiva global de desenvolvimento, um instrumento altamente positivo para as regiões mais atrasadas.

A resposta do comissário é clara: a necessidade de construção de linhas ferroviárias de alta velocidade em Portugal e de Portugal em direcção a Espanha e ao resto da Europa "foi expressa no relatório do grupo de alto nível 'alta velocidade' publicado em Dezembro de 1990, tendo o mesmo sido favoravelmente recebido pelo Conselho. É de salientar que no mapa do plano-director europeu de comboios de alta velocidade, patente no dito relatório, dois projectos referem-se directamente a Portugal (ligação Lisboa-Porto e ligação Portugal - cixo Lisboa-Porto - em direcção a Madrid).

O problema passa, como é hábito, pela concretização, dependente não apenas da já referida coordenação entre Portugal, Espanha e França, com a participação da Comissão, mas também da iniciativa e capacidade dos respec-

tivos governos. Como diz o comissário Oreja, "incumbe aos Estados-membros a definição das suas prioridades em matéria de financiamento de infra-estruturas no âmbito das redes de transportes".

Mobilidade, mas pouca

Já que se fala em viajar, cabe lembrar a nova modalidade de bilhetes Inter Rail para jovens actualmente em vigor. Até aos 26 anos, os jovens beneficiam teoricamente de descontos que lhes permitem "desenvolver a sua mobilidade na Europa e incentivar uma melhor compreensão entre os cidadãos da Comunidade". Os portugueses é que nem tanto, dada a posição periférica do País; para além da Espanha, zona I, se pretenderem ir mais longe necessitam de um bilhete que abranja duas zonas (50 mil escudos) ou, no caso de um bilhete global, a mobilidade fica-lhes por 62 mil escudos. Uma quantia fora do alcance da esmagadora maioria dos jovens portugueses.

A Comissão, informada da situação, compreende e regista, nada mais. Como recorda o comissário Oreja em resposta a Sérgio Ribeiro, que levantou a questão, "a natureza exacta das concessões diz respeito às companhias ferroviárias que participam no processo de decisão", pelo que "qualquer intervenção neste tipo de questões está fora da esfera de responsabilidade da Comissão". Como quem diz, os jovens portugueses ficam a ver passar os comboios.

O Governo que decida

A crise económica que se vive na Marinha Grande, com as suas dramáticas consequências sociais, pode ser minorada e ultrapassada se houver vontade política do Governo para isso. Este, no essencial, o recado do comissário Bruce Millan, em resposta ao eurodeputado Sérgio Ribeiro, que questionou a Comissão sobre se esta continua "disposta a examinar as possibilidades de um estudo sobre a situação socioeconómica da Marinha Grande" e se as autoridades portuguesas deram algum passo nesse sentido.

A resposta, positiva, refere que "a Comissão está consciente do problema da modernização e reestruturação da economia portuguesa, nomeadamente nas regiões referidas". Foi por esta a razão que a Comissão "aprovou recentemente o novo quadro comunitário de apoio para Portugal, para o período 1994/1999". Neste âmbito, "diversos programas operacionais, que serão financiados pelos fundos estruturais comunitários, permitirão dar uma resposta" a problemas como os referidos.

A título de exemplo, Bruce Millan refere o subprograma 'Indústria' (no âmbito do programa "Modernização do tecido económico") e o programa "Região Centro", dotados, respectivamente, de 1661,2 e de 362 milhões de ecus de financiamento comunitário, que poderão ser "utilizados para intervenções na zona da Marinha Grande".

Como sublinha o comissário, as acções, os projectos e, se necessário, os estudos concretos seleccionados para financiamento por esses programas dependem das opções das autoridades nacionais.

Acresce que a Comissão garante estar "pronta a examinar toda e qualquer proposta específica que as autoridades portuguesas queiram apresentar" relativamente a um inquérito sobre a situação socioeconómica da Marinha Grande.

Com tanta disponibilidade, é caso para perguntar se o Governo está à espera das eleições para anunciar 'boas novas' à Marinha Grande...

O Livro Verde e a quadratura do círculo

Enquanto o domínio social for encarado como suscitando questões do tipo "em que medida exigirá a União Económica e Monetária uma política social mais activa?"; enquanto esta se colocar num quadro que, considerando eliminadas as fronteiras que garantem a livre circulação de bens, capitais, serviços e pessoas (o que é falso), aceita acriticamente que "o passo lógico seguinte no processo de integração económica consistirá na transição para uma moeda única"; enquanto se subalternizar a coesão económica e social; as opções sociais serão sempre secundárias, determinadas pelas opções económicas, economicistas, monetaristas.

A afirmação é de Sérgio Ribeiro, ao intervir em Estrasburgo no debate sobre o "Livro Verde". A dimensão social da União Europeia constitui volta e meia tema de debate nas instâncias comunitárias. Uma iniciativa que seria positiva, não fora dar-se o caso de na maior parte das vezes tal "debate" servir de pretexto para o adiamento de decisões, para atrasar a sempre protelada questão social e,

simultaneamente, alijar responsabilidades que se repartem com o alibi de ter havido consultas.

Na última sessão plenária do PE, em Estrasburgo, foi o que voltou a suceder. O "livro verde" (Política Social Europeia - Opções para a União), promoveu uma consulta-debate. O caso não mereceria reparos se essa consulta, como fez notar o eurodeputado Sérgio Ribeiro na sua intervenção, não se substitu-

isse "a uma real participação na definição das opções para a União relativamente à política social; se não fosse o caso de, antes de se chegar ao "livro branco" no domínio social, haver já um outro "livro branco", o da competitividade, que condiciona este "livro verde" em debate".

Para o eurodeputado, a diferença entre os dois livros só ilustra e agrava o que o relatório levado ao PE designa por "desequilíbrio entre a integração económica e a dimensão social do mercado interno", em vez de ser um contributo para a redução desse fosso. Por isso mesmo, relatórios como o que esteve em apreço, independentemente da sua qualidade e boas intenções, não podem deixar de se assemelhar "à tentativa de quadratura do círculo, ao defenderem um modelo económico incompatível com veleidades de tipo social".



Comissão Europeia contra vinhos nacionais

A propósito da aprovação da Reforma da Organização Comum de Mercado dos Vinhos, pela Comissão das Comunidades Europeias, no passado dia 11 de Maio, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota em que se acusa o "directório dos tecnocratas de Bruxelas" de ter sido "completamente surdo aos protestos da generalidade das organizações de viticultores do Sul da Europa e da própria posição do Parlamento Europeu".

Para o PCP, a Reforma aprovada "é totalmente inaceitável para Portugal". Razões não faltam: "estabelece uma quota de produção que nos obrigará, em anos de produção normal, a destilar a preços ruinosos quase 2

milhões de hectolitros (20 por cento da produção média do País)"; "mantém a autorização para a fabricação de 'vinho' a partir da sacarose (beterraba) nos países do Norte"; e, contraditoriamente, "estabelece um prazo para terminar com a ajuda ao uso dos mostos concentrados". Trata-se, ao fim e ao cabo, de "pretender fazer a regularização do mercado dos vinhos, uniformizando regras (arranques, destilações obrigatórias, etc.), sem ter em conta as evidentes diferenças de potencialidades vitícolas dos países comunitários, sem ter em conta as brutais produtividades vinícolas (inimigas da qualidade dos vinhos) das regiões do Norte da Europa", o que significa que Portugal vai

pagar pelos excedentes de vinho que outros produzem a mais, e em grande parte sem ser a partir da videira.

A nota do GI do PCP salienta ainda que "o facto de a última palavra pertencer ao Conselho de Ministros da Comunidade coloca ao Governo português o imperativo de travar mais este atentado à agricultura portuguesa", e defende o cumprimento, pelo executivo da Resolução de Apoio e Defesa da Vitivinicultura e dos Viticultores Nacionais face à Reforma da Organização Comum de Mercado dos Vinhos aprovada a 6 de Abril último, por voto unânime dos deputados, na Assembleia da República, a partir do Projecto nº 94/VI do Grupo Parlamentar do PCP.

Haiti

O Conselho Permanente da OEA anunciou a sua oposição à nomeação de Emile Jonassaint como presidente interino do Haiti por considerar que essa decisão é contrária "à vontade maioritária do povo haitiano". A posição do órgão executivo da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi tomada por unanimidade. Por seu turno, o subsecretário de Estado norte-americano, Strobe Talbott, considerou a nomeação de Jonassaint de "medida ilegal" e "totalmente inaceitável" para a comunidade internacional. A posição da OEA ocorreu horas depois do primeiro-ministro haitiano em funções, Robert Malval, ter considerado ilegal a nomeação de Emile Jonassaint.

Espanha

Mais de 5000 pessoas manifestaram-se na cidade espanhola de Santiago de Compostela em defesa da Língua Galega e em protesto pela política linguística do Governo Regional de Manuel Fraga Iribarne. A mobilização, convocada a propósito da celebração do Dia das Letras Galegas, recebeu o apoio de partidos nacionalistas, da coligação Esquerda Unida e de sindicatos, associações profissionais e estudantes. Durante a manifestação, que desfilou pelo centro histórico da capital da Galiza, foram gritadas palavras de ordem como "A Junta (Governo Regional) de Fraga destrói o Galego" e "Nossa Língua, nossa dignidade".

Angola

As reservas em medicamentos da Unicef estão a esgotar-se e as populações de Tchinnenje e Balombo alimentam-se de "raízes e folhas cozidas, enquanto as crianças apresentam sintomas de má nutrição grave". Com a aproximação da estação fria em Angola, são necessários cobertores e vestuário "em grandes quantidades, para muitas partes do país", pelo que os países doadores deveriam "confirmar as suas promessas de contribuição, por forma a reporem-se as reservas", acrescenta o boletim informativo. "Uma grave falta de alimentos, doenças e má nutrição grave" ocorre em Tchinnenje, província do Huambo, e Balombo, província de Benguela, onde as crianças "quase todas apresentam sintomas de má nutrição grave e inúmeros casos de malária, diarreias e doenças respiratórias", sublinha o relatório. O mesmo documento acrescenta que vários organismos das Nações Unidas em Angola

África do Sul

Governo de Unidade Nacional

O Governo de Unidade Nacional da África do Sul foi empossado em Pretória durante uma breve cerimónia de juramento que decorreu no edifício da União, sede do Governo. O governo conta com 27 ministros, o máximo autorizado pela Constituição - 18 do Congresso Nacional Africano (ANC), seis do Partido Nacional (NP) e três do Partido Inkhata da Liberdade (IFP), e 12 vice-ministros.

O novo Governo sul-africano inclui uma série de personalidades que nos últimos quatro anos estiveram muito envolvidas no processo negocial que conduziu ao fim do apartheid e às primeiras eleições multirraciais da África do Sul.

São pessoas bem conhecidas que estabeleceram boas relações de trabalho em organismos como a Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA), o Forum de Conversações Multipartidas e o Conselho Executivo de Transição (TEC).

O executivo reflecte igualmente a diversidade racial da África do Sul e inclui membros de todos os principais grupos populacionais.

Mandela tentou claramente



O presidente Mandela e os dois vice-presidentes da nova África do Sul, Thabo Mbeki e Frederik De Klerk

conseguir um elenco que represente os vários sectores da sociedade sul-africana. Entre os membros contam-se pessoas de todas as raças - negros, mestiços, indianos e brancos -, bem como comunistas, como Joe Slovo, o novo ministro da Habitação, e defensores do empreendimento privado, como Keys.

Mandela terá procurado ainda dar um maior equilíbrio ao Governo ao apontar vice-minis-

tros de partidos diferentes dos dos ministros.

Por exemplo, o antigo ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, do Partido Nacional (NP), foi nomeado ministro dos Assuntos Provinciais e do Desenvolvimento Constitucional, tendo como vice-ministro Mohammed Valli Moosa, do ANC.

Igualmente, o sindicalista veterano Alec Erwin, do ANC, é vice

do ministro das Finanças, Derek Keys (NP), enquanto Joe Mathise, do Partido Inkhata da Liberdade (IFP), é vice do ministro da Segurança (Polícia), Sydney Mufamadi (ANC).

Os Negócios Estrangeiros ficaram entregues a dois homens do ANC: Alfred Nzo, antigo secretário-geral do movimento, e Aziz Pahad, ex-vice-chefe das relações internacionais.

O novo governo sul-africano elegeu como uma das suas primeiras prioridades enterrar o passado, ao debruçar-se de imediato sobre uma proposta de amnistia para crimes políticos cometidos em defesa do apartheid.

O presidente Nelson Mandela, que presidiu à primeira reunião do executivo, tinha já levantado a questão na sua tomada de posse, considerando esta medida como "símbolo" do "empenhamento" do Governo de unidade nacional "numa renovação" do país.

Segundo a Constituição, o novo gabinete, num espírito de unidade nacional, deve tentar

chegar às decisões através do consenso. Todavia, caso isso não seja possível, uma maioria simples será suficiente para impôr as várias políticas.

Os constitucionalistas sul-africanos elaboraram este sistema para conseguir um consenso o maior possível durante a transição da oligarquia racial para uma democracia não-racial e, nesse espírito, defendem que o actual parlamento se mantenha em funções, pelo menos, durante os próximos cinco anos.

Uma vez que todos os partidos com apoio eleitoral significativo têm garantido um lugar no gabinete, ficou destruído o estilo britânico de ter uma bancada da oposição, que se mantinha mesmo no anterior parlamento de minoria branca, apesar de essa oposição ser representada pelo Partido Conservador, ainda mais comprometido com os interesses racistas brancos do que o próprio NP.

Com a passagem a um sistema de representação proporcional, o uso tradicional do termo "oposição oficial" deverá ser abandonado no parlamento sul-africano.

Itália

Forte presença fascista no governo de Berlusconi

Com a constituição do novo governo italiano, os neofascistas estão representados em todos os ministérios, passando assim a exercer uma influência sensível e global na definição da política do país.

O conselho de ministros italiano nomeou 37 secretários de Estado, 12 dos quais saídos das fileiras da neofascista Aliança Nacional.

Com estas nomeações, a Aliança Nacional passa a marcar presença em todos os ministérios, seja com um ministro - Transportes, Meio-Ambiente, Agricultura e Correios - seja com um subsecretário de Estado.

O movimento de Silvio Berlusconi, Forza Italia, conta com 13 secretários, a Liga do Norte (federalista) 10 e o Centro Cristiano Democrata dois.

O programa económico do novo governo italiano afirma como prioridades a criação de empregos, a redução da carga fiscal para as empresas e da dívida pública e a aceleração das privatizações das empresas estatais.

Durante a apresentação do programa, no senado italiano, em Roma, Sílvio Berlusconi apontou seis medidas para os cem primeiros dias do seu governo.

A redução da carga fiscal para as empresas que criem novos postos de trabalho e a liberalização dos contratos de trabalho, especialmente para empresas com três a 15 empregados, e mais atractivos para as empresas na contratação e na formação, são algumas das prioridades de Berlusconi.

O novo primeiro-ministro italiano apontou ainda como medidas básicas o fomento do trabalho temporário e parcial (sobretudo para as mulheres) e a revisão dos processos de adjudicação pública.

Entre as empresas a privatizar, Berlusconi referiu o Instituto Nacional de Seguros (INA), a companhia de telecomunicações (STET), de electricidade (ENEL) e de hidrocarburos (ENI).

Uma política de cunho neoliberal, na verdade perfeitamente idêntica à que tem vindo a ser generalizada implementada pelo capital.

Num quadro de forte representação da extrema-direita ao nível do poder, regista-se a preocupante emergência de manifestações de rua declaradamente fascistas.

Nestes dias, na cidade italiana de Vicenza, centenas de "cabeças rapadas" manifestaram-se, com palavras de ordem racistas, camisas negras e cruzes gamadas, e de braço estendido, na tradição fascista.

As centenas de jovens, de cabeça rapada e com tatuagens nazis, afirmaram-se contra os estrangeiros, a república italiana e os jornalistas, qualificados num dístico como "terroristas".

Esta manifestação ocorreu na mesma semana em que foram investidos como membros do Governo italiano cinco elementos da Aliança Nacional (neofascista).

O líder da Aliança, Gianfranco Fini, jamais condenou o fascismo, qualificando o seu movimento de pós-fascista e Benito Mussolini de "o maior homem de Estado do século".

Não por acaso, na apresentação do programa do seu governo, Berlusconi tentou aplacar inquietudes, afirmando haver, entre os partidos da maioria, "um horizonte comum e explícito em favor da democracia, das liberdades cívicas e da unidade do país".

A extrema direita branca sul-africana tinha previsto fazer explodir três a cinco toneladas de explosivos no aeroporto de Jan Smuts, Joanesburgo, a 10 de Maio, dia da investidura do presidente Nelson Mandela, disse a polícia.

O coronel Cornelius van Wyk, responsável pelo inquérito sobre os atentados cometidos pela extrema direita na véspera das primeiras eleições multirraciais na África do Sul e chefe dos serviços de informações da polícia da região de Joanesburgo-Pretória, acrescentou que a detenção de 32 militantes da extrema direita, no segundo dia de voto (27 de Abril), impediu a concretização desse atentado.

Segundo a agência noticiosa sul-africana SAPA, o coronel van Wyk fez esta revelação num tribunal de Joanesburgo onde tinha sido apresentado um pedido de liberdade sob caução dos 32 detidos que pertencem todos ao Movimento de Resistência Africaner (AWB, neonazi).

Vinte e uma pessoas morreram e mais de 150 ficaram feridas nos atentados em série que atingiram a região de Joanesburgo e Pretória entre 24 e 27 de Abril.

Na altura da detenção dos elementos do AWB no Norte do Transval, a polícia capturou armas, munições e 60 quilos de explosivos, bem como material de transmissões em uso no exército e na polícia.

Brasil Partido de Lula contra "apartheid social"

No passado dia 3 de Abril, a imprensa brasileira divulgava a sondagem da Ibope que atribuía a Lula 37% das intenções de voto para a presidência da República, levantando assim a hipótese de uma vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro na primeira volta. Um facto que iria revolucionar o actual quadro político brasileiro. E que naturalmente nos leva a querer saber um pouco mais sobre o que é o PT. Com que apoios conta. Que programa propõe.

Nos últimos dias de Abril, decorreu em Brasília o IX Encontro Nacional do PT, que reuniu cerca de 500 delegados (27% dos quais mulheres) de 20 Estados do Brasil.

Entre as dezenas de delegações estrangeiras presentes - com natural destaque para a América Latina - esteve o camarada Octávio Pato, como representante do PCP (e único português).

No seu regresso de Brasília, tivemos com ele uma breve conversa sobre os trabalhos do Encontro, que, de par de alguma documentação, nos permite ter

uma imagem mais nítida do PT e da actual realidade brasileira.

Trata-se, antes do mais, de um partido com uma forte implantação nacional e grande influência de massas, como é reconhecido nomeadamente pelos dois partidos dos comunistas brasileiros, que consideram o PT como o partido com maior influência popular e no movimento sindical.

"A força de Lula - nas palavras do deputado Rui Falcão, vice-presidente do PT - reside em sua vontade de resgatar os direitos das maiorias, de desfazer privilégios, de romper o "cordão de iso-



Octávio Pato

lamento" que as elites estenderam há séculos para manter o povo distante tanto das riquezas que produz quanto da vida política nacional".

Em termos de projecto - diz-nos Octávio Pato - o PT defende uma sociedade socialista, defende a Reforma Agrária, e uma política externa anti-imperialista.

No Projecto de Programa de Governo - amplamente discutido - "a pedra de toque de um novo ciclo de desenvolvimento - e voltamos a citar Rui Falcão - está na

incorporação dos excluídos, no combate ao "apartheid social", na democratização radical da sociedade brasileira. Ou, na fria linguagem dos economistas, está na constituição de

um mercado interno de massas, a partir da incorporação à produção, à renda e ao consumo, das dezenas de milhões de brasileiros hoje marginalizados".

No caso brasileiro, a constituição deste "mercado interno de massas" passa pela adopção de um conjunto de medidas - "Pela reforma agrária e por uma política agrícola que priorize a produção de alimentos. Por uma política industrial que combine investimentos em sectores de ponta com o estímulo à produção de bens de consumo popular. Pela ampliação do nosso comércio externo, mas subordinado às necessidades nacionais. Pelo fim da sangria provocada pelos danosos acordos da dívida externa (...) Pelo estancamento da inflação (...) Pela geração de empregos. Por uma política de recomposição da massa salarial, directa e indirecta, através de aportes orçamentários para a educação, saúde, habitação, qualificação profissional. E, inclusive, políticas de transferência directa de renda".

Um programa que exige um governo "forte". Uma força que "virá do apoio popular", da consciência de "quem pagará a conta: os sócios da inflação, os poderosos de sempre".

A candidatura de Lula - baseada num partido com cerca de 700 mil filiados - tem uma particularidade - conta com o apoio de outras forças democráticas e de esquerda, nomeadamente dos comunistas brasileiros. Um apoio

que Lula não receia, como fez questão de sublinhar Octávio Pato.

Num quadro de degradação no plano socioeconómico e de generalizada corrupção (de que o PT é o único dos grandes partidos não atingido), e num contexto de crescimento da luta popular na América Latina - as possibilidades de vitória eleitoral do PT são reais. Não menosprezando entretanto as múltiplas manobras e pressões que estas possibilidades de vitória de uma força de esquerda irão necessariamente gerar.

Entretanto, como disse Octávio Pato, "a confiança é muita". Não por acaso o Encontro teve como objectivo central aprovar o Programa de Governo.

De salientar que não se esteja a recorrer ao caminho - fácil? lucrativo? - de escamotear factos e arredondar o discurso. De entre os temas mais debatidos no Encontro, estiveram questões candentes - diversas embora - como a dívida externa e o aborto. E no seu discurso final, Inácio Lula reafirmou os objectivos democráticos, populares e anti-imperialistas de um futuro governo do PT, manifestando ainda a solidariedade do seu partido na luta de Cuba contra o bloqueio.

Um governo democrático e popular

(da entrevista com Rui Falcão, publicada pela "Folha de São Paulo em 5/3/94)

Folha: O PT se define como um partido socialista. Um eventual governo Lula deve apontar para o socialismo e qual o conteúdo desse socialismo?

Rui Falcão (RF): Nós definimos o governo do Lula como democrático e popular. Um governo de reformas sociais, económicas e políticas profundas, que pretende tocar em privilégios mantidos durante muito tempo e criar condições de participação popular na definição do Orçamento, nas decisões do governo, dar outro sentido ao papel do Estado e fortalecer a organização da sociedade brasileira. O PT é um partido socialista e vê na oportunidade de governar o país um momento de alterar valores, de conscientizar a sociedade e de democratizar a propriedade da terra.

Folha: Então, seria um governo de transição ao socialismo?

RF: Queremos criar condições democráticas para no futuro vivermos uma sociedade de fraternidade, justiça e igualdade. A nosso ver, essa sociedade é socialista e democrática.

"ainda não receberam financiamentos para os seus projectos".

Palestina

O exército israelita retirou-se da prisão central e do edifício da administração militar de Gaza. Logo após a partida dos soldados israelitas, o edifício foi ocupado por 150 polícias palestinianos que tinham acabado de chegar à Faixa de Gaza provenientes do Egipto. Centenas de pessoas concentraram-se em frente à prisão cantando e dançando, enquanto activistas armados da Fatah dispararam para o ar rajadas de armas automáticas para assinalar a sua alegria. Os soldados israelitas deixaram ainda o controlo da sede do governo militar de Gaza, o serviço dos passaportes e documentos oficiais, o comissariado central, o quartel da polícia e o campo militar de Hof, retirando-se completamente da cidade.

Até agora, 2050 soldados do Exército de Libertação da Palestina já entraram na Faixa de Gaza e na cidade de Jericó (Cisjordânia). No âmbito do acordo assinado entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) para a autonomia palestiniana na Faixa de Gaza e em Jericó, sete mil polícias devem vir do exterior e dois mil foram recrutados nos territórios ocupados.

Alemanha

Após graves incidentes racistas em Magdeburgo, a semana passada, neonazis alemães voltaram a provocar distúrbios no domingo, em Dessau, na sequência de um jogo de futebol. Na quinta-feira passada, registaram-se graves confrontos racistas em Magdeburgo, quando dezenas de neonazis embriagados deram caça a cinco africanos, através do centro da cidade.

A polícia de Magdeburgo deteve 49 indivíduos, mas libertou-os por alegada falta de provas. O chefe da polícia local, Antonius Stockmann, chegou a atribuir os sangrentos incidentes "ao sol e à bebida" do dia feriado. Só no domingo, depois de críticas de vários quadrantes sociopolíticos e de manifestações contra o racismo, foi de novo detido um dos implicados.

O próprio presidente da República, Richard von Weizsaecker, falou de "comportamento hesitante" das forças da ordem, em entrevista à cadeia de televisão ZDF. Testemunhas oculares asseveraram que alguns agentes da autoridade impediram estrangeiros que estavam a ser agredidos a soco e a pontapé por vários neonazis de se defenderem, lançando-os ao chão e manietando-os.

Sondagens apontam para vitória de Lula

Luis Inácio "Lula" da Silva, candidato único da esquerda às eleições presidenciais de Outubro e Novembro próximos no Brasil, terá possibilidades de ser eleito à primeira volta do escrutínio, de acordo com uma sondagem agora divulgada.

Um inquérito à opinião pública brasileira publicado pela "Vox Populi" atribui ao cabeça-de-lista do Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro mais seis pontos do que há uma semana: 41 por cento das intenções de voto e uma eleição garantida à primeira volta com mais 50 por cento dos votos expressos.

A mesma sondagem atribui ao

candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, maioritário no governo), o ex-governador do Estado de São Paulo, Orestes Quercia, 36 por cento das intenções de voto, na eventualidade de o antigo presidente brasileiro José Sarney (1985-1989) não decidir romper com o PMDB e fazer campanha isoladamente, como já ameaçou.

Perante o líder do PT, Sarney é creditado com 18 por cento dos votos, enquanto Orestes Quercia obteria de forma isolada 5 por cento.

Em todas as sondagens, Inácio "Lula" da Silva ganha sempre à segunda volta das presidenciais,

designadamente contra Fernando Henrique Cardoso, o antigo ministro das Finanças, que disputa a sucessão ao actual presidente, Itamar Franco, em nome de uma aliança que agrupa o seu próprio Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL, direita) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, de direita).

Cerca de 100 milhões de eleitores brasileiros estão recenseados e habilitados a eleger o presidente, vice-presidente, 27 governadores, 513 deputados, 54 senadores e quase 1200 governantes estudiais nas primeiras eleições gerais que se realizam no Brasil desde 1950.

Bósnia Guerra e recusa do diálogo

O levantamento das sanções internacionais contra a Jugoslávia constituiria "um poderoso estimulante" do processo de paz na Bósnia, defendeu o presidente sérvio, Slobodan Milosevic.

Esta posição sérvia foi transmitida por Milosevic ao embaixador russo, Vitali Tchurkin, que se deslocou a Belgrado para expor o plano de paz adoptado em Genebra.

Falando à imprensa após o encontro com Milosevic, o embaixador russo afirmou ter sublinhado junto do presidente sérvio que, pela primeira vez, os principais membros da comunidade internacional concordaram que o cumprimento do acordo de Genebra poderá levar à suspensão progressiva das sanções.

No comunicado conjunto assinado em Genebra pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos, Rússia, e de cinco Estados da União Europeia, pede-se às forças em presença na Bósnia para que declarem um cessar-fogo incondicional, com início (reinício) de negociações num prazo de duas semanas.

No mesmo documento, admite-se a suspensão das sanções da ONU contra a República Federativa da Jugoslávia (Sérvia e

Montenegro), logo que seja assinado um acordo de paz, com retirada de tropas para os limites geográficos considerados no acordo.

A declaração final relembra as bases do plano de divisão da Bósnia-Herzegovina, proposto pela União Europeia, e que atribuiria 51% do território aos muçulmanos e croatas e 49% aos sérvios (a federação croato-muçulmana exigia anteriormente 58% do território). Nesta mesma declaração afirma-se que a Bósnia-Herzegovina deve ser uma "união com fronteiras internacionalmente reconhecidas" com acordos "constitucionais entre as entidades bósnio-croatas e sérvias".

Entretanto, os combates entre as forças bósnias e sérvias da Bósnia prosseguem, com os beligerantes a rejeitarem o compromisso territorial preconizado em Genebra.

No plano político, os responsáveis sérvios da Bósnia e os muçulmanos bósnios reafirmaram a sua oposição ao compromisso territorial preconizado pelo chamado "grupo de contacto" em Genebra.

PESCAS

O grande naufrágio

texto
Henrique Custódio
fotos
Sérgio Morais

PENICHE. Um cais de partida e um ponto de chegada na crise profunda em que mergulharam as pescas portuguesas. Sendo um dos maiores portos piscatórios do País, os seus pescadores constituem 23% da população activa do Concelho. Como um posto de trabalho no mar reproduz cinco em terra, pode dizer-se que a vida em Peniche depende do mar. Uma dependência que começa a estrangular a cidade: na pesca descem as capturas, os preços na lota e os mercados, em terra fecham as fábricas de conserva e grassa o desemprego. A crise, naturalmente, generaliza-se por arrastamento atingindo todas as actividades subsidiárias, enquanto a agricultura perde cada vez mais significado e o turismo não floresce, apesar das belas praias, do ar limpo, da paisagem grandiosa, do forte/prisão - hoje museu - onde o antifascismo protagonizou feitos lendários, das Berlengas, do cabo Carvoeiro e um bom acervo histórico. Visitar Peniche é, neste tempo de grande crise nas pescas portuguesas, ir ao encontro duma prova viva dos desmandos em curso na economia nacional. Está lá tudo: frotas paralisadas, subsídios para abater barcos e deitar peixe ao mar, pescadores a trabalhar sem rendimentos, armadores e industriais desesperados, navios pagos para arder no grande naufrágio.

afastado da cidade, erguiam-se os espectros das embarcações abatidas e a abater pela política governamental de usar os dinheiros da Comunidade para a destruição da frota pesqueira nacional. Uns são queimados em incêndios gigantescos, outros desmantelados a maçarico, e entretanto as frotas não são renovadas com unidades que, sequer, reponham as abatidas.

Os dramas do "comércio livre"

Falando ora um, ora outro, os nossos interlocutores foram prestando esclarecimentos. Situando o agudizar da crise das pescas em 1992 onde, com a entrada plena na Comunidade deixou de haver margens de comercialização, instituindo-se o preço livre, explicaram que "a partir daí os compradores passaram a impor na lota preços cada vez mais baixos, sem que o público beneficiasse nada com isso, antes pelo contrário". Estenderam-nos um boletim da Direcção Geral das Pescas datado de Fevereiro deste ano, onde os valores oficiais eram elucidativos: a sardinha (principal espécie capturada em Peniche e em todo o litoral continental) foi em vendida em lota e em escudos/quilo a 74\$30 em 1991, a 55\$70 em 1992 e a 46\$00 em 1993, enquanto o carapau desceu, nos mesmos anos, de 233\$00 para 199\$40 e 168\$60 e o peixe-espada de 397\$00 para 350\$30 e 328\$30. Isto só para dar alguns exemplos.

"Nas pescas não há salários em atraso", disseram-nos, "há é os pescadores a trabalhar sem receber nada, porque se não conseguem vender o pescado, foram ao mar sem fruto nenhum. Há quem esteja a receber dois e três contos por mês".

A crise já está tão instalada que uma rádio local, a "Rádio Litoral", criou um programa chamado *Cabaz de Solidariedade do Concelho de Peniche* solicitando ajuda alimentar para os mais carenciados. "Isto para não falar dos que estão a ser postos fora das suas casas por não poderem pagar os empréstimos à banca", acrescentaram.

O acentuar da crise levou a grandes lutas há cerca de um ano, sobretudo por causa da concorrência desleal feita pelos estrangeiros, principalmente espanhóis, agravada pela degradação dos preços

permitida pelo livre mercado e imposta pelos grandes comerciantes de peixe. "Foi nessa altura que se formou um grupo de trabalho em Peniche que envolve pescadores, armadores, Câmara Municipal e industriais das conservas, o que mostra bem como toda a gente está descontente com esta política". Este grupo "tem vindo a apresentar propostas sérias e competentes para ultrapassarmos a crise, mas não tem havido vontade política para as concretizar. O que o Governo português sabe é obedecer cegamente aos ditames da CEE, sem se importar com os interesses nacionais. É sempre o primeiro a concordar com tudo, até nas pequenas coisas: a CEE diz que não se pode apanhar carapau abaixo dos 15 cm e lá temos as lotas portuguesas a obrigar a deitar ao mar todo o que fique abaixo disso, enquanto nos entram camiões atrás de camiões espanhóis carregados de carapau ainda mais pequeno e, muitas vezes, pescado nas nossas águas!".

"Assim não vamos a lado nenhum..." remataram. Pois não.

Querem roubar-nos o mar

São vastas e graves as cedências do Governo de Cavaco Silva perante a Comunidade em matéria de pescas, a par duma política interna de desarticulação do sector. A troco de algumas compensações financeiras, o Governo vem assumindo objectivamente como estratégia a alienação da soberania nacional no sector pesqueiro: não acautelou a jurisdição na ZEE, nem pugna por contrapartidas à sua utilização; despreza a investigação no sector e elege como primeira prioridade os abates das embarcações, conduzindo à destruição do aparelho produtivo; as capturas caem a pique e as importações já as ultrapassam fortemente; os postos de trabalho reduzem-se e os preços aviltam-se; os pesqueiros perdem-se e não se consegue o acesso a novos, por incúria, incapacidade e incompetência governamentais.

Mas a tragédia desta política vai mais longe: a indústria conserveira foi sacrificada em negociações desastrosas, a construção naval entrou em agonia, apesar dos milhões entrados e da imperatividade da renovação da frota e na aquacultura o falhanço é rotundo: de 1986 a 1991 foram aprovados pela Comu-



O Governo de Cavaco Silva aceitou recentemente e sem discussão a abertura do nosso mar territorial (zona das 12 milhas) às frotas da Comunidade, o que apenas estava previsto para o ano 2003. Trata-se de mais um grave atentado à nossa economia, com repetidas vezes na própria soberania (na foto, cabo Carvoeiro, em Peniche).

nidade e pelo Governo projectos no valor de 49 milhões de contos para atingir 13.000 t de pescado. Em 1992 a produção não foi além das 3.900 toneladas. Para cúmulo, o Governo de Cavaco Silva aceitou as recentes medidas tomadas pelo Conselho de Ministros da União Europeia, sob pressão da Espanha, no sentido de antecipar para 1996 os prazos da completa integração da Política Comunitária de Pescas, prevista para entrar em vigor em 2003, o que abre o nosso mar territorial (12 milhas) às frotas comunitárias...

O peixe que Portugal come

Os portugueses são os maiores consumidores de peixe da Comunidade Europeia, com uma captação anual de pescado de 60 kg/habitante, contribuindo os produtos da pesca com cerca de 41% das proteínas de origem animal incluídos na nossa dieta alimentar.

Neste quadro, os portugueses consomem, anualmente, qualquer coisa como 600.000 toneladas de pescado no valor de 130 milhões de contos. São números apreciáveis, que, só por si, despertam o interesse de qualquer país exportador, como, aliás, já está a verificar-se com a invasão dos nossos mercados pela Espanha e a Noruega.

Só não desperta o empenho do Governo por-

tuguês na defesa dos nossos interesses, ainda por cima estratégica, cerca de 70% deste consumo médio é, actualmente, satisfeito pela importação, correspondendo a 42 milhões de contos que saem do País para obter mais de 230.000 toneladas de pescado (incluindo 176.000 toneladas de bacalhau seco) que podia ser capturado pelas pescas nacionais. Entretanto, a política seguida no nosso país é o de abate de embarcações e a abertura das nossas águas às frotas estrangeiras.

Os dados do IPE já estão, a comprovar esta política: em 1992 existiam em Portugal Continental 34.000 pescadores, pretendendo o Governo de Cavaco Silva reduzi-los para 30.000 até ao fim do século. Ora sabendo-se que a pesca gera por cada posto de trabalho no mar, quatro postos de trabalho em terra, temos qualquer coisa como 150.000 trabalhadores dependentes da pesca o que, se multiplicado por três, numa média de agregados familiares, sobe para 450.000 pessoas. Acontece, entretanto, que algumas comunidades do litoral (como Peniche, por exemplo) dependem quase exclusivamente da pesca, pelo que a política prosseguida pelo Governo neste sector está a provocar graves danos sociais de grandes dimensões, além de lesar a economia e os interesses nacionais.



Estes pescadores desportivos de Peniche aproveitaram o mau tempo para almoçar no porto uma caldeirada... de peixe, evidentemente



O "Samaritana" estava a ser desmantelado, durante a nossa visita ao porto de Peniche. Quando dele nada restar, outros lhe ocuparão o lugar do abate

Os barcos já estão a arder

Ao lado esquerdo do porto de Peniche, numa zona de expansão onde, estranhamente, estão a erguer um estádio de futebol, há uma doca triste e pouco visitada. É ali que morrem os barcos. Uma morte por desmantelamento que vai, minucioso, do mais alto ponto do mastro ao mais fundo do casco. Quando lá chegámos, a vítima em execução sumária chamava-se "Samaritana" e já tinha a popa desfeita, o cavername à mostra, a cabine de comando cortada ao meio. Tudo a maçarico, que o "Samaritana", antes chamado "Alfeite", é de ferro poderoso e não se deixa abater facilmente. Se fosse de madeira teria o fim de um outro que, dois dias antes, ardeu em terra ali ao lado, numa monumental fogueira que os bombeiros tiveram de vigiar.

Mas o "Samaritana" não estava só. Varados na areia onde, na ponta do paredão, a doca acaba em praia breve, oito navios apodreciam uma morte sem respeito. Em terra e abandonadas a esmo, completavam o quadro várias cabines de comando a que arrancaram os barcos, dando ao local um ar estranho de matadouro e cemitério.

Este abate de navios, a ocorrer em toda a costa portuguesa, faz parte do plano governamental de "incentivo às pescas" e processa-se do seguinte modo: a Comunidade envia fundos para a renovação da frota pesqueira portuguesa, o que pressupõe a desactivação de velhas unidades e a construção de novas. Obediente, o Governo de Cavaco Silva tem cumprido a primeira parte: dos 30 milhões de contos que Portugal recebeu desde 1986 para este sector, o Executivo PSD destinou (tanto quanto se sabe...) cerca de metade - 15 milhões de contos - ao pagamento do abate de embarcações, o



A zona do porto de Peniche reservada ao abate de navios é já um desolador cemitério de cabines. E estas sobreviveram não se sabe porque: frequentemente os navios são queimados até à última tábuca, em fogos tão monumentais que precisam da vigilância de bombeiros

que, além de destruir a frota nacional, tem aberto caminho a burlas várias, como o pagamento pela destruição de barcos há muito desactivados ou o pagamento de abates de embarcações que continuam a pescar sob bandeira de conveniência...

PCP no Parlamento Europeu A Defesa acusa!



É o PCP que, no Parlamento Europeu, tem remado contra a maré na defesa dos interesses nacionais na questão das pescas, conseguindo impor à Comunidade a discussão dos nossos problemas específicos que, entretanto, o Governo de Cavaco Silva vai "esquecendo" nas negociações em Bruxelas...

O PCP é, reconhecidamente, o Partido que melhor domina os problemas que afligem a pesca no nosso país, fruto da atenção e estudo permanentes do sector e duma ligação contínua à sua realidade. Não é por isso de estranhar que os comunistas hajam detectado (e advertido) para as dificuldades que uma integração precipitada na Comunidade acarretaria ao sector e à própria economia do País, num tempo em que os outros partidos, sem excepção, estavam bem longe das tímidas apreensões que agora formulam, quando formulam.

Assim, no Parlamento Europeu a acção dos deputados do PCP neste domínio tem sido relevante e, até, determinante, para a defesa dos interesses portugueses levemente prescindidos pelo Governo do PSD, onde se destaca a apresentação de diversas propostas de resolução (nomeadamente sobre a indústria de conservas), as questões colocadas à Comissão e ao Conselho, as múltiplas intervenções em plenário e, também, a elaboração de um importante e muito discutido relatório "Sobre as propostas da Comissão ao Conselho de um Regulamento relativo à conclusão do Protocolo sobre as condições de pesca previsto no Acordo de Pesca entre a CEE e o Governo da Dinamarca e o Governo Local da Gronelândia".

Só para ilustrar o mérito e importância da intervenção dos deputados do PCP neste órgão comunitário, veja-se a consagração no Parlamento Europeu de algumas especificidades das nossas pescas, demonstradas e defendidas pelo Grupo Parlamentar comunista e ao arripio das pré-disposições à cêndencia do Governo de Cavaco Silva, ou o mérito de, em nome do nosso país, levar à aprovação da mudança de critérios nos Regulamentos Comunitários de Ajudas Financeiras, alargando-as à pequena pesca, embora com conhecidas limitações.

Não é, aliás, por acaso que a defesa intransigente das pescas portuguesas feita no PE pelo PCP tem, também, constituído a grande acusação ao capitulacionismo cavaquista nesta (e noutras...) matéria.

Livro Branco, Trabalho Negro

O desemprego massivo e de longa duração não pára de se agravar, sendo considerado por muita gente, e pelas próprias instituições comunitárias, o mais grave problema socioeconómico que assola a Europa.

Os planos e as receitas para atacar este flagelo sucedem-se uns atrás dos outros, só que as boas novas anunciadoras de criação de empregos dão cada vez mais lugar a nuvens negras, anunciadoras de mais e mais desemprego. Das promessas de uma comunidade de pleno emprego, fixada como objectivo no Tratado de Roma e quando o desemprego se situava na ordem dos 3 milhões, passou-se para a propaganda abertamente justificativa do desemprego, uma realidade considerada inevitável nas sociedades modernas e para a qual não se vislumbram soluções. Nem mesmo a anunciada saída do buraco da recessão conseguirá resolver o desemprego.

O crescimento esperado não diminuirá o desemprego, prevendo-se mesmo que este continuará a aumentar.

Entretanto, os responsáveis pela política comunitária, não ignorando que o desemprego, ao situar-se na actualidade na ordem dos 20 milhões (Delors admite mesmo que se possa chegar aos 30 milhões), se transformou num problema verdadeiramente explosivo, renovam as estratégias ao seu combate, sem se demorarem com explicações quanto às causas dos fracassos das estratégias anteriores.

Foi neste quadro, e quando a política de carácter monetarista intensificada com Maastricht agravava os problemas sociais dos trabalhadores, que o socialista Delors, Presidente da Comissão da Comunidade Europeia, lançou o Livro Branco intitulado «Crescimento, competitividade, emprego».

O Livro Branco foi larga e entusiasticamente saudado não só pelo grande patronato, mas também pelos partidos socialistas, a que se juntaram, no caso português, os plataformistas, os quais tomam como dado verdadeiro a promessa de se prosseguir o projecto de uma Europa social e de criação de 15 milhões de postos de trabalho até ao fim do século, embora se saiba que o Livro Branco deu expressão escrita e pública às exigências do grande capital europeu, no sentido de se precarizar ainda mais o mercado de trabalho e se declarar guerra às funções sociais do Estado.

Descontadas as doses de demagogia, a estratégia defendida no Livro Branco, cuja elaboração em grande parte é da responsabilidade do grande patronato europeu agrupado na «Mesa-Redonda», tem como grande objectivo proceder à reestruturação global das condições de exploração da mão-de-obra assalariada, para assegurar a competitividade da economia comunitária.

Ganhar a batalha da competitividade aparece como a tarefa das tarefas. Acontece, porém, que a competitividade, elevada à categoria de princípio geral e universal, sendo focada essencialmente pela óptica dos custos, tem como linha central a intensificação da exploração, fazendo trabalhar o máximo pelo mais baixo preço possível.

A eficácia económica, a rentabilização máxima da exploração da força de trabalho passa, para o patronato, por uma maior generalização da precarização do mercado de trabalho e a desregulamentação completa das relações laborais. Numa palavra, passa pela restauração do poder absoluto do patronato.

É esta estratégia que, de um ou outro modo, pela Europa fora, o grande patronato e os diferentes governos, quer sejam conservadores ou socialistas, se esforçam por aplicar.

É assim que a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), embalada por esta onda e lembrando que «as reflexões contidas no Livro Branco, as quais tiveram o beneplácito directo do Sr. Delors, apontam claramente para o carácter pernicioso da rigidez da legislação (laboral) de certos Estado-membros e para a absoluta imperiosidade se adoptarem novas medidas de flexibilidade», apresentou recentemente no Conselho Económico e Social uma nova proposta de revisão da legislação laboral, com vista a reduzir a pó direitos fundamentais e importantes conquistas sociolaborais dos trabalhadores portugueses.

As quase 100 medidas contidas no pacote da CIP, no sentido de acabar com a chamada rigidez do mercado de trabalho, ou seja, para acabar com a legislação laboral favorável aos trabalhadores, visam impor maior desregulamentação do horário de trabalho, mais incentivos ao trabalho parcial, alargamento dos contratos a prazo, implementação da polivalência, maiores poderes para o

patronato despedir, novas restrições ao direito à greve, eliminação de cláusulas contratuais negociadas no período revolucionário, etc., etc.

A CIP reclama ainda mais medidas repressivas, redução das funções sociais do Estado e maiores benesses fiscais para o patronato.

A CIP, embalada pela guerra social que se desenvolve na Europa, inspirando-se na «bíblia» que alimenta essa guerra, o chamado Livro Branco, julga ter chegado a hora de ajustar contas com o 25 de Abril e com o que resta das conquistas democráticas dos trabalhadores, esquecendo-se da existência de um movimento operário e sindical disposto a lutar e a defender os seus direitos.

O conteúdo das propostas da CIP tem sido abundantemente teorizado por um amplo leque de escrevinhadores ao serviço do patronato, os quais fazem o possível e o impossível para explicar que a rigidez das relações laborais, dificultando o investimento, impede o recrutamento de novos trabalhadores, pelo que é do interesse destes, ou pelo menos dos desempregados, que o patronato possa despedir livremente, para criar postos de trabalho.

As inconsistentes teorias sobre a criação de postos de trabalho pela via da precarização do mercado de trabalho, não resistem à prova da prática e à dura realidade que é a existência do desemprego massivo e de longa duração, cuja dimensão só encontra paralelo nos anos 30. Em parte alguma a precarização do mercado de trabalho permitiu criar empregos. O inverso é que é verdadeiro. Atente-se na progressão do desemprego comunitário, que de 3 milhões em 1974 passou para 5 milhões em 1975, para 15 milhões em 1985, para 17 milhões em 1993 e para 20 milhões na actualidade, esperando-se que sejam 24 milhões no fim deste ano.

A situação portuguesa é a este respeito igualmente esclarecedora. A crescente generalização dos contratos a prazo, a revisão da legislação laboral, largamente reivindicada pelo patronato como condição para que os jovens tivessem acesso ao mercado do trabalho, e para a criação de postos de trabalho, não deu trabalho aos jovens nem criou postos de trabalho.



Os jovens constituem uma grossa fatia dos desempregados, a precariedade do trabalho tornou-se mais extensa e, em vez dos 100 mil postos de trabalho prometidos pelo Governo PSD/Cavaco Silva, o que vemos é o desemprego crescer aceleradamente, ultrapassando já os 400 mil.

A situação, se não for posto cobro à política cavaquista, continuará a agravar-se. Os despedimentos colectivos já anunciados, incluindo o caso dramático e doloroso da Lisnave, lançarão no desemprego muitos mais milhares de trabalhadores.

Não resiste, igualmente, a uma análise objectiva a teoria muito em voga da «partilha do trabalho» e que recentemente um ex-sindicalista desenterrou como uma espécie de varinha de condão para combater o desemprego.

A teoria da «partilha do trabalho», cuja paternidade teve origem nos Estados Unidos da América, foi defendida como uma forma de organização do trabalho, capaz de assegurar os mesmos níveis de produção com redução de efectivos.

Hoje, o que há de novo é o facto de o patronato e socialistas de diferentes matizes, face ao crescente desemprego, se desdobrarem na elaboração de explicações pretensamente solidaristas, no sentido de convencerem os trabalhadores a renunciar à luta pelo direito ao trabalho como reivindicação fundamental.

Do que se trata, na verdade, não é de partilhar o trabalho, mas partilhar o desemprego, generalizando ainda mais a precarização do mercado de trabalho, fazendo recair sobre os trabalhadores os custos das adaptações das formas de organização do trabalho em período de crise.

A defesa da partilha do trabalho tem como suporte a tese de que nas economias modernas o trabalho, sendo um bem que escasseia cada vez mais, se torna imperioso que as pessoas compreendam ser irrealista pensar-se que se pode ter um posto de trabalho assegurado durante toda a vida activa.

A defesa da partilha do trabalho assenta ainda na ideia de que se o crescimento não cria suficiente emprego, é necessário generalizar-se a precarização do mercado de trabalho, tornando «rotativos» os postos de trabalho existentes, uma espécie de trabalho à vez.

Com a chamada «partilha do trabalho», o patronato pretende matar vários «coelhos» com uma só cajadada: flexibiliza as prestações salariais para um mesmo trabalho; divide os trabalhadores contrapondo desempregados a empregados, jovens a adultos; adapta as necessidades de mão-de-obra aos ciclos produtivos, «preendendo» às empresas uma mão-de-obra experimentada capaz de ser mobilizada em casos de reanimação; generaliza a precarização do emprego e faz os trabalhadores pagarem, com o seu salário, a redução do horário de trabalho.

A lógica da chamada «partilha do trabalho» visa impor uma organização de trabalho capaz de assegurar as taxas de lucro em período de recessão à custa do emprego e dos salários.

A luta contra o desemprego, a começar pela luta contra os assustadores despedimentos colectivos, tornou-se a grande prioridade dos trabalhadores e do movimento sindical. À chamada «partilha do trabalho», às exigências patronais de desregulamentação dos horários de trabalho, é necessário contrapor a reivindicação da redução do horário de trabalho sem redução do salário, para que mais possam trabalhar.

O patronato considerou sempre a redução do horário de trabalho como um mal económico e social.

Só a luta interminável dos trabalhadores tem conseguido quebrar a resistência do patronato, impondo historicamente a redução do horário de trabalho.

O crescimento significativo da produtividade do trabalho alcançada nas últimas décadas pouco se reflectiu na redução do horário de trabalho.

O facto do crescimento dos salários ficar muito aquém do crescimento da produtividade mostra que os salários não são responsáveis pela crise e que podem reduzir-se os horários sem sacrificar os salários. A luta pela redução do horário de trabalho deverá ser associada à luta por uma mais justa repartição da riqueza, à luta pela defesa dos direitos.

Nos últimos anos os trabalhadores alcançaram importantes vitórias na luta pela redução do horário de trabalho, vitórias que o patronato quer anular.

Hoje, dia 19, os trabalhadores, respondendo ao apelo da CGTP-IN, irão, através de paralisações, concentrações e manifestações de rua, lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

Reforçando a sua organização e determinação de luta, os trabalhadores e o movimento sindical estarão em condições de defender conquistas sociais e direitos fundamentais hoje tão ameaçados.



DOMINGOS ABRANTES
Membro da Comissão
Política

O que verdadeiramente se quer, não é partilhar o trabalho, é partilhar o desemprego.

Festa

Avante!

2.3.4
SETEMBRO
ATALAIA - AMORA - SEIXAL

Festa de Abril

Um terreno uma nova cara

A diferença de Festa para Festa nota-se logo nas mudanças que, de ano para ano, paulatinamente, vão sendo introduzidas no terreno da Atalaia. Para o visitante habitual do maior acontecimento político-cultural regularmente efectuado no nosso país, estarão vivos na memória os melhoramentos e novidades

que todos os anos encontrou: mais e melhores sanitários, maiores áreas arrelvadas, novas árvores, tratamento e delimitação de caminhos, a decoração da Alameda 25 de Abril. Apenas alguns exemplos que são pálida sombra de um imenso trabalho de uma equipa que ao longo dos anos vai tratando de todas as infra-estruturas necessárias, a que teremos de juntar os quilómetros ocupados pela rede de esgotos, águas e electricidade implantados, obra não visível mas sem em qual esta Festa não seria possível. Em 1994, mais uma vez, há grandes novidades no terreno da Atalaia, servindo de agradável surpresa para os olhos, melhorando o conforto de quem se desloca, aumentando o prazer da visita. Nenhuma Festa é igual às anteriores, e tudo começa pelo terreno...

«- Se apanho a toupeira que me está a estragar as flores...»
«- Tem calma que as toupeiras podem ser úteis, para azotar as terras...»

Um pedaço de diálogo fortuito, «apanhado» entre dois responsáveis da Festa durante uma visita feita pelo «Avante!» à Atalaia, para conhecimento das novidades que este ano se vão oferecer ao público. Uma ilustração do espírito que preside a todo o processo de aproveitamento e melhoramento do terreno: prudência na introdução de soluções, cuidado e ponderação de opções antes de uma decisão definitiva.

Não sabemos qual foi o destino da dita toupeira nem das plantas vítimas da sua voracidade. O referido animal, por sinal bem bonito, é sem dúvida uma praga a eliminar, mas o que interessa demonstrar é que por vezes a decisão aparentemente óbvia, como possivelmente a deste caso, pode afinal não o ser. E mesmo que o seja, os responsáveis da Festa não têm qualquer receio em, antes de a tomarem como certa, questioná-la sob os mais diversos ângulos.

«É por isso que por vezes não respondemos à ansia que muitos camaradas têm de ver na Atalaia constantes melhoramentos e alterações. É que qualquer intervenção tem de ser feita "pela certa", respeitando todos os condicionamentos ambientais que se nos impõem». Palavras de Fernando Vicente, que juntamente com os camaradas Licínio e Vítor Santos serviram de guias ao «Avante!» nesta visita ao terreno da Festa.

Movimentações de terras na zona central do terreno para facilitar a construção dos módulos das organizações do Partido, bem como a circulação, acesso e a condução das linhas de águas

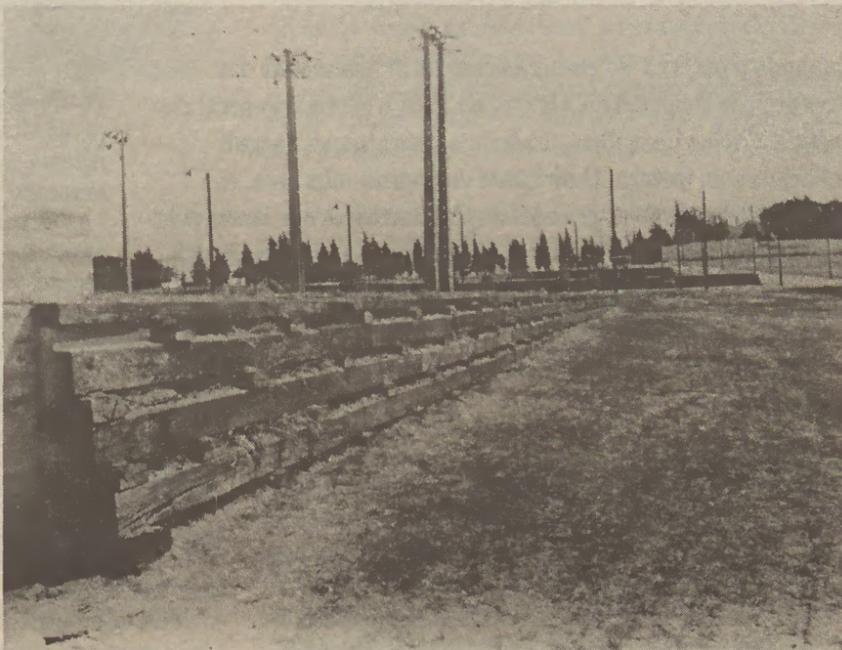
em direcção ao rio, são algumas das obras a decorrer na Atalaia, numa área que será arrelvada, permitindo que toda a zona a partir do Palco principal até ao final da Alameda 25 de Abril ostente em Setembro um extenso tapete verde.

Por outro lado, o visitante vai ter mais, maiores e melhores espaços de circulação, num terreno aplainado, com a construção de três Alamedas com piso tratado, que obrigam mesmo a mudar o cariz da decoração de algumas zonas onde se instalam as organizações do Partido, pois desaparecerá a sensação de «traseiras da Festa» que por vezes determinadas porções do terreno davam.

Mas a modificação mais visível em Setembro próximo, para os visitantes da Festa do «Avante!», acontecerá, sem dúvida, em toda a encosta que liga o Palco 25 de Abril à entrada da Medideira, do lado onde está instalado o polidesportivo: é que, em grande parte, passe o exagero, a encosta parece que... deixou de o ser!

Explicando melhor: a equipa de construtores da Festa aplicou um plano definido pelo grupo de arquitectos que gratuitamente colaboram com esta organização, e transformou a subida numa série de largos socacos em terreno plano, sustentados e decorados por solipas (as travessas de madeiras dos caminhos-de-ferro), um material de elevada beleza rústica que se integra perfeitamente no ambiente do terreno. A ligar os diversos «andares» assim criados, construíram-se várias escadas, que tornam mais agradável a circulação por aquela zona.

Mas há muitos mais a contar sobre as alterações introduzidas este ano na Atalaia e sobre os planos existentes para os próximos anos. Ficará para a semana.



EP

Comprar já é ser solidário com a Festa

EP - entrada permanente, - é o nome do acesso ao recinto da "festa!" durante os três dias da sua realização que pode antecipadamente ser adquirido nas das organizações do Partido. A EP é também um título de solidariedade pois a sua compra antecipada é uma manifestação de apoio a esta iniciativa dos comunistas portugueses. O fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!», a garantia da sua realização nas melhores condições e correspondendo aos planos traçados no início do ano no sentido que cada «Festa!» seja melhor que a anterior. É que EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante iniciativa política e cultural.

O preço de uma EP é um dos seus atractivos. Uma EP custa mais ou menos o mesmo, ou até bastante menos, que o preço de entrada de um vulgar bilhete para um único espectáculo musical. Uma única EP permite assistir a todos os espectáculos musicais da Festa do «Avante!» que só nos palcos principais são para cima de uma vintena e que vão da música tradicional portuguesa a diversas formas de expressão da música internacional, passando pelo rock ou pelo jazz, mas atenta também a linguagens e estilos específicos que em Portugal muitas vezes não encontram outro espaço de apresentação).

Mas uma EP possibilita também ao seu possuidor a visita a exposições que mostram o nosso país, ou o acesso a restaurantes com a melhor gastronomia nacional e internacional. Com a EP pode assistir-se a provas desportivas ou a jogos tradicionais que decorrem na Atalaia, ir ao teatro, participar em debates, dar um pé de dança sob os mais variados ritmos.

Não basta ir em Setembro à Atalaia e adquirir a EP como se de um simples bilhete de ingresso se tratasse. É preciso comprá-la desde já.

É preciso avisar a malta:

FESTIVAL



LIBER
DA
DE

A 28

e

29

de

Maio

O Festival Liberdade, que se deveria ter realizado no passado fim-de-semana, foi adiado devido à intensa chuva que caiu nesses dois dias, e realiza-se a 28 e 29 de Maio, na Quinta da Atalaia, Seixal. Uma possibilidade aberta pelo facto de a entidade proprietária do terreno - o Partido Comunista Português - ter concedido à entidade organizadora do Festival - a Associação de Municípios de Setúbal - a utilização do espaço naquele fim de semana e de apenas Maria João e Mário Laginha, dois artistas que integravam a lista de participantes no Festival, não poderem participar na nova data, em virtude de compromissos já assumidos para esses dias. No entanto, um novo grupo irá integrar-se na programação do Festival Liberdade: o Ritual Tejo. Está igualmente assegurada a presença do grupo britânico Oyster Band.

A iniciativa visa assinalar os 20 anos da Revolução de Abril, com um grande Festival para a juventude, e conta com a participação de Vitorino, Sérgio Godinho, Sétima Legião, Delfins, Luís Represas, Sitiados e Tito Paris, entre outros. Um grande acampamento, debates em torno do 25 de Abril de 1974, desporto, animação, performances, artesanato, fotografia e teatro são outros motivos de interesse do Festival.

Portanto, é preciso avisar a malta: o Festival Liberdade realiza-se oito dias depois do próximo sábado.

Carlos Carvalhas no Algarve

Por um bom resultado nas eleições europeias

Tomando a palavra no encerramento da 3ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP, o Secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, proferiu o discurso que a seguir publicamos na íntegra. O dirigente comunista referiu-se, em primeiro lugar, às duas grandes tarefas imediatas que temos pela frente, "que estão interligadas e que exigem a concentração das nossas forças - limitar, interromper e inverter a política que vem sendo seguida; mobilizar todo o Partido e o nosso eleitorado para a obtenção de um bom resultado nas eleições para o Parlamento Europeu".

Que é necessário e urgente inverter esta política, mostra-o também a situação do Algarve, cada vez mais dependente da actividade turística, situação agravada pela ruína da agricultura, pela destruição das actividades pesqueiras e do aparelho produtivo na indústria transformadora.

Como se afirma na Resolução Política desta 3ª Assembleia da Organização, que tem por lema "Com o PCP regionalizar, desenvolver o Algarve", esta região viveu na última década numa aparente prosperidade, imagem criada à custa de actividades associadas ao crescimento da oferta turística, à realização de obras públicas e a um vasto sector de intermediação. Prosperidade aparente porque não dispunha de suporte seguro, só possível se sustentado numa actividade produtiva, consistente e competitiva, designadamente na agricultura, nas pescas e na actividade da indústria transformadora.

Alguns fundos comunitários permitiram realizar obras de infra-estruturas (portos, saneamento básico, Via do Infante, Universidade, ampliação do aeroporto, entre outras), mas não alteraram as profundas fragilidades e assimetrias presentes no tecido produtivo, na ocupação do território, na desertificação e empobrecimento de vastas áreas da região. Além do mais, uma boa parte dos Fundos tem-se esvaído no clientelismo e no compadrio.

Este facto e os factores referidos foram potenciados pela forma pouco cuidada e irresponsável como o actual governo e os seus órgãos desconcentrados na região, com particulares responsabilidades para a CCRA, conduziram as negociações das várias políticas comunitárias, o secretismo e o compadrio verificado na aplicação dos fundos comunitários, a ausência da regionalização e de um verdadeiro Plano de Desenvolvimento Regional.

Da grave crise que atravessa a economia da região, mesmo com um ano turístico muito favorável, fazem-se sentir inevitáveis e graves reflexos no plano social.

É assim no Algarve e no País, em que os trabalhadores e as camadas médias pagam o preço das políticas de Maastricht, pagam o preço de uma política de concentração da riqueza e da entrega ao estrangeiro de alavancas fundamentais da economia portuguesa.

São traços evidentes da situação do país a quebra geral da produção e do investimento, a invasão de produtos estrangeiros e uma situação social caracterizada pelo aumento do desemprego, a precariedade do trabalho, a diminuição do nível de vida das populações a extensão das bolsas de pobreza e o aumento do consumo de drogas duras e da criminalidade.

De facto, a produção do país caiu em 1993 entre 1 a 2% e o produto industrial e agrícola diminuíram respectivamente pelos 2º e 3º anos consecutivos.

A isto, e contra toda a evidência, chama o Sr. Primeiro Ministro, com solenidade: "agarrar o pelotão da frente"! Seria uma boa anedota se não tivesse tão graves e trágicos resultados.

Mas é preciso que se conheçam as causas para que se apontem as medidas e soluções. Como sempre afirmámos e como hoje é reconhecido pela generalidade dos economistas, as políticas de Maastricht, ditadas pelas grandes potências da Comunidade, têm um efeito recessivo, afectando o aparelho produtivo sobretudo o das economias mais débeis. Estas políticas monetaristas, são inaceitáveis e não podem ser compensadas com fundos estruturais, muitos dos quais dirigidos ao abate efectivo da nossa frota de pesca, à não produção na agricultura, ficando os campos ao abandono, e à desindustrialização do país que vai sendo abastecido pelos excedentes vindos de Espanha e de outros países da Comunidade.

E sobre esta situação, cujo primeiro responsável é o governo, não pode também o Partido Socialista "lavar as mãos como Pilatos", falando dos quatro pecados capitais da política do

PSD e esquecendo os dois primeiros, de que o Partido Socialista é responsável e conivente: as políticas de Maastricht, e a política de concentração de riqueza em que as privatizações são uma das peças essenciais.

De facto o PS foi em relação a Maastricht "mais papista que o Papa", assumindo assim, pesadas responsabilidades. E não é com tiradas demagógicas de última hora, à beira das eleições para o Parlamento Europeu, afirmando que está com o Tratado, mas que não está com a União Económica e Monetária que é uma das peças fundamentais do Tratado, que alija as suas responsabilidades.

Tais afirmações eleitoralistas não têm qualquer credibilidade e mostram as contradições de um Partido que agora até diz que vai dar voz aos portugueses na Europa, quando a verdade é que não quis dar voz aos portugueses em Portugal, rejeitando o referendo sobre o Tratado de Maastricht.

A situação é preocupante, pois a crise da economia caminha a par e passo com a desresponsabilização do governo em áreas essenciais, como sejam a saúde e o ensino e com a degradação da democracia política e o aumento do clientelismo e da corrupção.

Os casos recentes das escutas telefónicas, as queixas de magistrados, as manifestações de estudantes e professores, a recusa de inquérito por parte do PSD, à privatização dos matadouros, exemplificam com clareza, um quadro negativo de autoritarismo e de gangrenagem da vida cívica e política. Quando o Primeiro-Ministro diz, em declarações à RTP, que já deu ordens ao seu Partido, deixa escapar a maneira como encara a sua posição no partido e na sociedade: "o quero, posso e mando".

"O quero posso e mando" que não se disfarça com uma proposta de concertação social até 1999, numa manobra de hipocrisia pré-eleitoral.

Não está em condições de apresentar uma proposta de concertação social, quem com a sua política tem fomentado o desemprego, o trabalho precário, a diminuição dos salários reais, os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública e a diminuição do nível de vida das classes laboriosas.

Não tem autoridade democrática para propor uma concertação social um Primeiro-Ministro que leva à prática uma política classista, uma política ao serviço do grande capital e das actividades especulativas e parasitárias e que não dá qualquer credibilidade ao cumprimento das suas metas económicas, quer seja em relação à inflação, ao investimento, à produção ou aos défices orçamentais.

Um Primeiro-Ministro a quem se lhe deve o desemprego, o encerramento de empresas, o regresso dos salários em atraso, a lei dos disponíveis na Função Pública, a limitação ao direito à greve e a direitos essenciais dos trabalhadores.

Por tudo isto, as nossas preocupações e energias estão voltadas para o combate à política do Governo, de degradação social e de liquidação do aparelho produtivo nacional e para a obtenção de um bom resultado nas Europeias e não para as contradições, humores ou divisões recentes no Partido Socialista.

Mas quem, na prática e no essencial não se quer diferenciar da política do PSD, como se vê com Maastricht, ao mesmo tempo que mantém a cegueira e a arrogância das pretensões hegemónicas, contrariando qualquer busca de entendimento entre as forças democráticas, não pode estranhar que tal posição, não só não mereça a simpatia, como seja objecto de comentários negativos de muitos democratas e de sorrisos de Cavaco Silva.

E todos esses não se podem sentir confortados com a postura de um partido da oposição que dá assim o flanco ao PSD e aos seus plumitivos objectivamente considerados.

A importância das eleições para o Parlamento Europeu

O PCP nunca será bengala de ninguém e nesta situação e tendo em conta o calendário político futuro, a movimentação de massas e as jornadas de luta de que destacamos a jornada do dia 19 de Maio proposta pela CGTP que daqui saudamos e as eleições para o Parlamento Europeu adquirem uma especial importância. E estas entre outras, por três razões essenciais:

1º - porque mais do que nunca vão estar em causa a defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português, a defesa dos interesses nacionais, do aparelho produtivo, da agricultura e das pescas, a defesa da soberania e da independência nacional;

2º - porque o Parlamento Europeu tem agora poderes reforçados e em 1996 haverá a revisão do Tratado de Maastricht que alguns querem no do Federalismo;

3º - porque os portugueses têm, também nestas eleições, a oportunidade de dizerem não à política do governo, de com o seu voto condenarem uma política e simultaneamente reforçarem aqueles que nas pequenas e nas grandes lutas, nas pequenas e nas grandes causas nunca faltaram com o seu apoio, intervenção e solidariedade.

A luta pelo emprego, por melhores reformas e pensões, pelo melhoramento do nível de vida do povo sendo uma luta que passa no essencial pela nossa intervenção no país, passa também pela nossa intervenção coordenada nas instâncias comunitárias.

É preciso ter em conta, por exemplo, só para vermos a importância das questões que estão em cima da mesa, que a Comissão Europeia pretende levantar a interdição do trabalho nocturno para as mulheres em nome de uma hipócrita directiva sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; que pretende aprovar normas inferiores à legislação portuguesa actual com a directiva sobre a protecção das mulheres grávidas, em relação à licença de

parto com vencimento; que quer avançar com uma directiva abrindo a via a derrogações à interdição do trabalho infantil; que discute uma directiva sobre o trabalho a tempo parcial sobre a partilha do trabalho com diminuição dos salários...

Há que ter também em atenção as medidas inscritas no livro branco para o emprego apresentado por Jacques Delors em nome da Comissão de Bruxelas, que com uma prosa prolixa, com nobres objectivos, o que de facto se pretende e propõe é a "redução dos custos de trabalho" e uma "maior flexibilidade da

organização do trabalho", o desenvolvimento da chamada "anualização das horas de trabalho em tempo de recessão", em resumo: a intensificação da exploração.

Há que não esquecer ainda a pressão que se quer continuar a fazer sobre a diminuição dos preços à produção na agricultura e a introdução de novas limitações arbitrárias à produção; continuar com a fixação de quotas inferiores às necessidades e possibilidades de pesca acompanhadas do abate de barcos...

Por isso, como se vê nestes exemplos, não é indiferente quem se vai escolher, se deputados que vão para o Parlamento Europeu para se governarem, se deputados dedicados à causa dos trabalhadores, do povo e da Pátria. As eleições para o Parlamento Europeu são assim a continuação da luta contra a política de agravamento das condições de vida da população, agora a nível institucional, e o voto na CDU é um voto na defesa das reivindicações populares, um voto que alia o «não» de esquerda às políticas de Maastricht com o «sim» a uma Europa dos povos, a uma Europa de cooperação entre nações livres, soberanas e iguais.

Reafirmamos que há outros caminhos para construir uma Europa de paz e cooperação, sem sacrificar os povos e em particular os trabalhadores. Nada nos separa e distancia, antes tudo nos





aproxima dos milhões e milhões de europeus que acreditam simultaneamente na modernidade e vitalidade do conceito de nação e na necessidade de uma crescente cooperação entre povos e países, que aspiram a colher benefícios para a sua vida, de uma estreita e multiforme cooperação entre nações iguais e soberanas, a viver em paz e democracia, a circular livremente, a aproximar-se de outros povos e de outras culturas, a participar activamente na construção do seu destino, a ver colocadas as grandes conquistas e avanços do pensamento e da criação humanas ao serviço da dignidade e do bem-estar dos homens e mulheres da Europa e do mundo.

Assim ao mesmo tempo que responsabilizamos o PSD e o PS pelas consequências negativas do Tratado e denunciámos a demagogia do CDS que veicula os interesses da CAP e da CIP por detrás da fachada do antifederalismo, o PCP e a CDU reclamam medidas para limitar e conter as consequências da aplicação do Tratado e mobilizarem consciências e vontades para impedir que tenha êxito a preparação de mais medidas lesivas dos interesses dos pequenos países da Comunidade.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu têm um património inigualável de intervenções, propostas e medidas em defesa dos interesses de Portugal e dos Portugueses e em defesa de um novo rumo para a integração europeia. Os deputados comunistas no Parlamento Europeu foram percussores e tomaram a iniciativa em relação aos têxteis, metalomecânica, indústria naval, indústria do calçado, agricultura e pescas, ambiente, defesa dos direitos dos emigrantes, defesa dos direitos das mulheres e da sua participação em igualdade, podendo apresentar-se ao eleitorado de cara levantada e com as promessas cumpridas.

Ainda há relativamente pouco tempo vozes como as de Alberto João Jardim reconheceram publicamente a empenhada defesa dos deputados comunistas em relação à defesa dos interesses das regiões autónomas e ainda esta semana Cavaco Silva foi obrigado a reconhecer a justeza da intervenção dos comunistas portugueses na Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu em defesa dos Têxteis portugueses.

Por tudo isto, podemos afirmar com verdade que o voto na CDU é o voto mais certo e útil para a defesa dos interesses nacionais, para o progresso da luta por uma nova política e por uma alternativa democrática e para um novo rumo para a integração europeia.

Estas eleições contêm um perigo. **A abstenção.**

Primeiro, porque são eleições para um órgão que fica longe e em que muitos cidadãos desconhecem as suas funções e a actividade dos respectivos deputados.

Em segundo lugar, porque a crise e o desemprego podem levar muitos cidadãos e muitos trabalhadores preocupados e angustiados com os seus dramáticos problemas a alhearem-se das eleições e a duvidarem da utilidade da sua participação cívica.

Em terceiro lugar, porque as eleições vão decorrer num período de feriados em que muitos portugueses habitualmente aproveitam para um período de férias ou para visitar amigos e familiares.

É por isso necessário um grande esforço para mobilizarmos o eleitorado. A direita vai votar. É necessário que o voto de esquerda não falte. Até às eleições, o PSD vai desvalorizar estas eleições. Mas na noite de 12 de Junho, se estas não lhe corresse mal, lá estaria o Primeiro-Ministro a dizer demagogicamente que o povo reconheceu que o seu governo e a sua política (de desemprego e de concentração da riqueza) estavam no bom caminho. Estas eleições são para o Parlamento Europeu, mas também terão repercussões nas legislativas e nas presidenciais.

Por isso, apelamos a todo o Partido, a todos os militantes e simpatizantes a mobilizarem-se para que a CDU venha a ter um bom resultado, que será um bom resultado para a democracia, para o povo português e para Portugal.

A CDU apresenta-se ao eleitorado com o dever cumprido e com um conjunto de propostas coerentes, falando a verdade ao povo e apelando ao debate, à reflexão e à intervenção dos cidadãos, sobre as nossas propostas e projecto, sem deixar de, com serenidade, desmascarar aqueles que têm uma posição em Portugal e outra em Bruxelas, um discurso nas eleições e uma prática bem diferente depois de se apanharem eleitos.

No momento em que o fracasso da política do PSD é cada vez mais claro e em que o governo envolve o país em sucessivos escândalos; no momento em que o PS aparece na prática, não no verbo, colado às orientações do PSD, é a CDU que oferece a garantia mais consequente e firme na defesa dos trabalhadores, dos ideais democráticos e da independência nacional.

A força e o reforço do PCP é do interesse da democracia

A Direcção da Organização Regional do Algarve preocupou-se nesta Assembleia com o reforço do Partido, com a definição de áreas prioritárias e com a superação de debilidades, para melhor intervir na sociedade. Encontramo-nos hoje, no quadro político nacional e no quadro político e ideológico em geral, numa situação diferente da de alguns anos atrás. Hoje a situação é mais clara, o oportunismo de alguns está mais desmascarado e as soluções neoliberais e capitalistas continuam a mostrar os seus frutos...

A derrocada de um modelo de construção do socialismo que se afastou em pontos capitais dos ideais dos comunistas, um modelo com um poder político cada vez mais burocratizado e afastado dos trabalhadores e das massas, com graves limitações à democracia política, com uma economia excessivamente centralizada e estatizada e com a eliminação de outras formas de propriedade e sem atribuir qualquer papel de relevo ao mercado, um modelo assente na dogmatização e instrumentalização da teoria, imposta como doutrina do Estado; não significa que tenha falhado ou que se tenha esgotado historicamente o projecto de construção de uma nova sociedade. Os factos aí estão a confirmá-lo.

Após a derrocada dos regimes socialistas a Leste, o imperialismo sentindo as mãos mais livres desencadeou uma poderosa ofensiva em todas as frentes e nomeadamente contra os salários, as regalias e direitos que levaram décadas a conquistar.

A regressão social, a multiplicação do desemprego, o empobrecimento das populações, a intensificação da exploração a par de uma acelerada e arrogante concentração da riqueza, assente no essencial na intensificação da exploração, na dominação e nas actividades especulativas, parasitárias e na corrupção a partir de altas posições do aparelho de Estado tornou-se a regra na maioria dos países capitalistas desenvolvidos, quer sejam ou tenham sido governadas por conservadores, liberais ou socialistas e social-democratas.

Os casos mais visíveis da França, Espanha, Grécia, Japão e Itália são uma ilustração clara.

Por outro lado, do que se fala hoje não é da derrocada dos paí-

ses socialistas, mas sim da crise do capitalismo, do desemprego, da acentuação das desigualdades, dum mundo em que 1/5 da população não dispõe sequer de 1 dólar por dia para viver. De um mundo em que, tendo já um pé no terceiro milénio, milhões de crianças são assassinadas, maltratadas, rejeitadas ou morrem de doenças facilmente curáveis.

A Unicef, no seu relatório anual publicado em Dezembro de 1993, afirmava: «o obstáculo que separa a humanidade de um futuro viável, não é financeiro, nem técnico, nem mesmo ecológico, trata-se de um obstáculo fundamentalmente político». O desastre económico, segundo a Unicef, em muitas regiões, países e continentes inteiros, como é o caso de África, explica-se por uma «dependência comercial», o «afundamento do preço das matérias-primas», a «corrida aos armamentos», o reembolso da dívida externa. É o sistema capitalista que aí é posto em acusação.

A acumulação do capital e a exploração dos trabalhadores são dois processos e realidades inseparáveis, e a formação de grandes pólos de riqueza é em si mesmo uma expressão das desigualdades sociais em cada país e à escala mundial.

Também se olharmos para os ex-países socialistas e apenas poucos anos após a queda daqueles regimes, por todo o lado se vêem as pesadas consequências do regresso ao capitalismo e da aplicação das receitas neoliberais: queda da produção; desemprego maciço; riqueza para uns poucos; alastramento das bolsas de pobreza; expansão do flagelo da droga e criminalidade crescente.

Por isso, não é de estranhar que numa recente sondagem publicada no jornal alemão "Dei Zeit", 84% dos alemães de Leste deplorem que «nada tenha sido salvaguardado daquilo que eram justos pontos de orgulho na ex-RDA», como «segurança no emprego, a atenção posta nas crianças, a igualdade do homem e da mulher». Hoje, sete em cada dez mulheres da ex-RDA estão sem emprego.

Segundo o Instituto de Viena para os estudos económicos comparados, 1993 foi o quinto ano de recessão para vários países da Europa de Leste. Na Rússia, por exemplo, o Produto Interno de 1994 deverá vir a ser inferior ao de 1986! Na Hungria, durante os



últimos anos de governo de direita, a produção diminuiu 20%, a inflação manteve-se durante muito tempo acima dos 20 e 25%, a dívida pública triplicou e o desemprego eleva-se a 16%!

Por isso, não é de estranhar que as aspirações de mudança e da rejeição da política de recuperação capitalista surjam por toda a parte e que os comunistas ou aqueles que são designados por ex-comunistas regressem ao governo ou subam regularmente nas sondagens: Polónia, Hungria, Eslováquia, Bulgária, Estónia...

A vida vem comprovando assim, dia a dia, que a luta pelo socialismo mantém toda a validade, tirando-se naturalmente as lições dos acontecimentos do Leste, dando respostas criativas aos novos fenómenos e situações e à situação concreta de cada país.

O capitalismo não resolve os problemas da humanidade e a sua superação não só continua na ordem do dia, como é cada vez mais urgente. E também não é através do reformismo com capa de esquerda que se dá resposta às aspirações populares quer nos países capitalistas, quer nos ex-socialistas.

A vida mostra-o. O nosso Partido, ao mesmo tempo que luta por objectivos imediatos, e que luta por uma democracia avançada para Portugal, tem no horizonte a construção de uma sociedade socialista que incorpore e desenvolva elementos constitutivos fundamentais da democracia avançada. Neste ano de 1994, em que a Revolução dos Cravos fez 20 anos, temos pois fundadas razões para nos sentirmos orgulhosos do Partido que somos, do património de luta que possuímos e do papel necessário e insubstituível que temos na sociedade portuguesa.

A força e o reforço do PCP é do interesse, não apenas dos comunistas, mas de todos os trabalhadores, de todo o povo, de todos os democratas.

Somos hoje, como ontem, um grande Partido ligado às massas, que fala verdade, aberto à vida e à mudança, firme nos princípios, um Partido com quem os trabalhadores e o povo podem contar, um Partido que defende intransigentemente os interesses nacionais, a soberania e a independência de Portugal.

As leis e o direito ao trabalho

■ Jerónimo de Sousa

A questão do direito ao trabalho e a segurança no emprego constitui actualmente uma questão central para os trabalhadores

portugueses, assim como para a maioria dos jovens que estão, ou procuram ingressar, no mercado de trabalho. Sabemos que o factor determinante é o desenvolvimento económico. Que tais direitos se adquirem e garantem na acção e na luta reivindicativa e na contratação colectiva. Mas também sabemos do significado e da importância da sua consagração e salvaguarda, nas leis.

A Constituição mesmo depois das sucessivas revisões, não só garante o direito ao trabalho como consagra, no capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias fundamentais, o direito à segurança no emprego.

Fazer da precariedade regra

A Lei Fundamental, a par dos direitos sindicais e das CT's e do direito à greve e de contratação, quis dar um elevado estatuto e garantir um direito que assume carácter decisivo, para a existência e o exercício doutros direitos, tanto no plano individual como colectivo. Esta matriz da Constituição teve naturalmente expressão no edifício jurídico-laboral.

Mas a direita e o grande capital, virados para a recuperação e reestruturação capitalista, sempre consideraram as leis consagradoras do direito ao trabalho um obstáculo para a sua estratégia e objectivos. De tal estratégia não se isenta o PS, se considerarmos que o seu decreto-lei dos contratos a prazo, em 1976, foi a primeira brecha na segurança do emprego municiando o patronato dum meio para transformar o que devia ser excepção em regra e converter empregos estáveis em precários.

Creio ter grande actualidade registar o preâmbulo dessa lei do PS e sublinhar as passagens que referem que com tal diploma «facilitar-se-ia a criação de emprego, o aumento da oferta de emprego, ganhar-se-ia a confiança dos investidores e promover-se-ia a estabilidade». O que aumentou não foi o emprego, mas sim a precariedade.

No Governo PS/PSD chegaram a estar em cima da mesa projectos de lei dos despedimentos, do trabalho temporário e do lay-off.

Entretanto, nas empresas foram sendo criadas situações de facto, concretizadas grandes despedimentos colectivos, aumentou a precarização, redobrou a insegurança ainda que contra a Lei e contra a Constituição. Com o ascenso da direita ao poder e num quadro em que se clarificam os contornos duma grande ofensiva, à escala internacional, contra os direitos dos trabalhadores, assistiu-se a uma formidável campanha ideológica em torno da ideia das «leis rígidas, da necessidade da flexibilização, da modernização, do criar confiança ao investimento produtivo». Silva Peneda, mais rude, haveria de afirmar que a época da estabilidade tinha terminado.

Aos problemas da quantidade do emprego acresceu a questão da qualidade do emprego.

Este foi o caldo de cultura e a política do facto consumado que serviu de pano de fundo aos denominados pacotes laborais, cuja peça mais grossa era a alteração à lei dos despedimentos, a par da flexibilização dos horários, das pré-reformas, do trabalho por turnos e doutras medidas desregulamentadoras do direito ao trabalho.

O Governo PSD, com a contribuição da UGT, conseguiu fragilizar o edifício jurídico-laboral, só não conse-



guindo no ano de 89 mexer na Constituição Laboral. Não conseguiu, mas não desistiu! As leis entraram em vigor.

Melhorou o emprego?

Intenções e resultados

Partindo do princípio acertado que nenhuma lei ou realidade são imutáveis, alguns consideraram se não haveria de se reflectir sobre a necessidade de flexibilizar posições, tentando negociar e propor em quase todas as áreas. O pressuposto era correcto. Os objectivos do Governo e do patronato é que não estavam pelos ajustes. Mais do que negociação ou compromissos, o que pretendem é impor as suas propostas de facilitação dos despedimentos, de legalizar e transformar os vínculos precários em regra e organizar os tempos de trabalho em conformidade com os interesses exclusivos do patronato.

Amanhã sempre a direita diria: de que serve o princípio constitucional de segurança no emprego se tal princípio está ultrapassado pela realidade?

Mas, mais do que citar a Constituição, a direita e o grande capital clamam pela necessidade de flexibilização da legislação do trabalho por razões da competitividade e modernidade no quadro da União Europeia.

Vale a pena olhar o exemplo recente na vizinha Espanha. O Governo do PSOE, com o argumento de necessidade de atrair o investimento estrangeiro e cedendo às exigências das multinacionais que operam no país, aplicou uma profunda machadada na legislação do trabalho.

As multinacionais ganharam essa batalha. No entanto, a Gillette, em Março, encerrou a sua fábrica de Sevilha e despediu os 250 operários; a Suzuki quer despedir 1600, dos 2800 trabalhadores; a Nissan, em Fevereiro, despediu 900 operários dum total de 6500; a General Eléctric no mesmo mês encerrou a fábrica de Madrid e



despediu 120 operários; a Philips em 94 fechará a sua fábrica de televisores e despedirá 400 trabalhadores; a Seat/Volkswagen despedirá neste ano 5000 operários; a SKF despediu 280 e encerrou a fábrica de Madrid; a Colgate-Palmolive encerrou a fábrica de Guadalajara, a Mercedes despediu 400 dos 900 operários da fábrica de Barcelona, deixando de fabricar motores em Espanha; a Iveco suspendeu 1700 e despediu 1200. Eis um flagrante exemplo de que os ataques à legislação do trabalho trazem no bojo o objectivo central de recuperação, por parte do grande capital, das parcelas do domínio perdido alcançadas por intermináveis lutas dos trabalhadores e visam criar zonas brancas do direito ao trabalho que serão, ou não, utilizadas pelas multinacionais conforme a sua estratégia e os seus interesses e definição de zonas de influência.

Resistir e propor

O nosso Partido, no seu apoio à luta dos trabalhadores na frente institucional, particularmente nos grandes debates sobre as leis do trabalho, não se tem limitado a uma posição de resistência e de denúncia.

Os seus projectos de lei de combate ao trabalho infantil, de protecção contra os despedimentos dos representantes dos trabalhadores, de redução do horário de semanal trabalho, de alteração às normas e diplomas mais gravosos para os trabalhadores e ainda as suas interpretações ao Governo sobre as grandes questões sociais e laborais têm sido grandes contribuições para a defesa dos direitos dos trabalhadores. Mesmo aqueles que a maioria da direita impede de se transformarem em leis, transformam-se em linhas de defesa avançadas e, muitas vezes, acabam por ter reflexos e acolhimento em projectos apresentados por outras forças políticas. Esta dinâmica tem também permitido um grande conhecimento das organizações dos trabalhadores, no exercício do seu direito de participação

na elaboração de legislação do trabalho. É uma valiosa contribuição que deve continuar a manter-se neste quadro tão difícil onde, para além das propostas, temos de manter a nossa luta de resistência.

A vida está a demonstrar que não basta ter uma Constituição boa e boas leis de trabalho para garantir o progresso e a justiça social. Que aquilo que determina a existência e o exercício dos direitos é a relação de forças, a acção, a unidade e consciência e a luta dos trabalhadores, eles sim arquitectos e obreiros dos seus próprios direitos, interesses e aspirações.

Mas a vida também nos ensinou que a Lei, do lado dos trabalhadores constitui factor importante para os defender e exercer em melhores condições, em cada empresa concreta.

(Intervenção no encontro-debate sobre os problemas do emprego, promovido pelo PCP no dia 16 de Abril em Lisboa. Subtítulos da Redacção)



Seguros na luta

Após uma década em que as direcções sindicais foram cedendo e os trabalhadores de seguros foram perdendo direitos e poder de compra, o descontentamento explodiu, a unidade fez-se força e a luta impôs-se como o único caminho para defender aumentos salariais justos em 1994 e para repudiar as perigosas alterações que as seguradoras e o Governo pretendem introduzir no regime das pensões complementares de reforma e dos complementos do subsídio de doença.

Depois de uma concentração no dia do «aviso» dos trabalhadores, depois de muitas reuniões nas empresas, depois da recolha de milhares de assinaturas contra as posições do patronato, os sindicatos do sector convocaram uma série de greves parciais durante a primeira semana de Maio. Como noticiámos no último número, as paralisações (de uma hora nos dias 2, 3 e 4, e de duas horas nos dias 5 e 6) tiveram uma forte adesão e os sindicatos discutem a marcação de «formas mais avançadas» de luta para levar a Associação Portuguesa de Seguradores e o Instituto de Seguros de Portugal a desbloquear a negociação e aceitar aumentos salariais justos, que já deviam estar em vigor desde o início do ano.

Os problemas dos trabalhadores dos seguros, a acção sindical no sector e as posições dos comunistas e demais eleitos unitários nas estruturas representativas da classe - caracterizadas por um forte empenho no reforço da unidade e por uma firme determinação na defesa dos salários e dos direitos conquistados - são abordados nesta entrevista com Augusto Fidalgo, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas, e Maria José Ribeiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte.

Quando perguntámos que apreciação faziam da greve do princípio do mês, Augusto Fidalgo fez questão de recordar que «há dez anos que não se faziam lutas desta natureza» no sector e que este «foi um período doloroso para a classe, pois perdemos regalias em quase todas as negociações, em troca de alguns pontos percentuais nos salários» e «de 1985 para cá começou a verificar-se uma acentuada queda do poder de compra». Cita um estudo segundo o qual, em termos de tabela, os salários perderam cerca de 10 por cento só nos últimos cinco anos. «Mas foram feitas grandes cedências também relativamente a horários de trabalho, transferências, cálculos de actualização de pensões de reforma, quadros de densidade (que definiam números mínimos de trabalhadores para os diversos níveis da estrutura empresarial)», acrescenta, sublinhando que essas cedências geraram problemas que estão agora a ter grande gravidade.

Recorde-se 1993

Avançamos para um passado mais recente. Maria José Ribeiro lembra que, como mais de metade dos membros da direcção do sindicato do Norte que tomou posse em Junho do ano passado, não tinha experiência anterior como dirigente sindical, embora a lista vencedora se propusesse continuar o mandato da direcção de unidade, com unitários e socialistas, que vinha de 1990 e que manteve como presidente o comunista Fernando Barbosa Oliveira.

Nessa altura, recorda Maria José, «só o Sisep (sindicato pouco influente e muito ligado ao PSD) tinha assinado a revisão da tabela, enquanto nós e o Sul ainda resistíamos a aceitar nova perda de poder de compra». As seguradoras tinham aplicado unilateralmente 5,1 por cento de aumento, depois o Sisep aceitou 6, enquanto os sindicatos do Norte e do Sul recusavam menos de 7.

«Nestas condições e com o correr do tempo, começaram a surgir dificuldades na mobilização dos trabalhadores para a luta», reconhece a dirigente do STSN, recordando que a direcção do sindicato do Sul reagiu muito duramente à assinatura da tabela pelo Sisep, e emitiu mesmo um comunicado reafirmando a sua recusa em subscrever um acordo naqueles termos. Mas, passados dias, assinaram também. No Norte, «analisámos estes problemas

com profundidade e chegámos à conclusão que não devíamos assinar».

As seguradoras decidiram só aplicar os aumentos de 6 por cento aos sócios dos sindicatos que subscreveram o acordo e criou-se uma situação em que trabalhadores da mesma categoria e a desempenhar as mesmas tarefas, com os mesmos anos de trabalho, recebiam ordenados diferentes por estarem em sindicatos diferentes. «Já tinha sucedido, no tempo do fascismo, os trabalhadores dos seguros estarem oito anos seguidos sem aumentos, mas esta diferenciação era inédita, era um problema que nunca tínhamos enfrentado».

Os dirigentes sindicais procuraram então saber o que se passava, quanto a isto, noutros sectores, «apercebemo-nos de que, afinal, era uma situação mais frequente do que julgávamos à partida, averiguámos as respostas que outros sindicatos encontravam para este problema, e ficou assente que não iríamos assinar, explicando os motivos aos trabalhadores e alertando para a necessidade do seu envolvimento e da sua participação».

A partir daqui, conta Maria José Ribeiro, «desencadeou-se a luta nas empresas, com o apoio das comissões de trabalhadores e a solidariedade dos colegas do Sul, denunciámos a situação junto das instituições e órgãos de soberania, protestámos junto dos representantes patronais e o problema foi resolvido, conseguimos que a trabalho igual correspondesse salário igual».

Esta «foi uma batalha difícil, mas veio ajudar a que este ano tenhamos conseguido até agora uma unidade importante com o sindicato do Sul, para todo o processo de revisão salarial, apresentando uma proposta concertada e uma fundamentação económica conjunta».

Augusto Fidalgo acentua ainda «um aspecto importante» a ter em conta neste processo: «na renúncia à luta por parte do sindicato do Sul e na manutenção da posição de não cedência por parte do sindicato do Norte revelam-se duas filosofias completamente diferentes: ainda que ambas as direcções sejam, no fundamental, constituídas por comunistas e socialistas, o sindicato do Norte tem uma postura muito mais digna porque, se é verdade que os socialistas estão em minoria na direcção, não há nenhuma iniciativa, incluindo a decisão de não assinar a tabela, que os socialistas não tenham acompanhado; é diferente cá em baixo, onde os comunistas estão em minoria na direcção e todas estas propostas de renúncia à luta passaram com o voto contra dos eleitos unitários. Isto caracteriza o espírito de uma e de outra direcção.»

Não cedemos

Admitindo como válida uma previsão para o ano corrente de uma taxa de inflação de 6,5 por cento, propondo ainda uma participação dos trabalhadores nos ganhos de produtividade de 1,5 por cento e uma recuperação de 1 por cento das perdas registadas em 1993, os sindicatos do Sul e do Norte exigiram para 1994 aumentos salariais de 9 por cento, numa proposta enviada às associações patronais no fim de Novembro do ano passado. No nível 10 da tabela, que engloba a esmagadora maioria dos trabalhadores, o salário líquido deveria passar de 127 950 para 139 500 escudos.



Integrando-se no «aviso» de 24 de Março, centenas de trabalhadores dos seguros cortaram o trânsito na Avenida José Malhoa, em Lisboa, frente à sede da APS

Contra a redução dos salários, em defesa de direitos conquistados ainda durante o fascismo



Augusto Fidalgo e Maria José Ribeiro na Redacção do «Avante!»

A resposta das seguradoras foi dada só em Fevereiro. A APS pretendia rever o clausulado do CCT, no capítulo das reformas, e da aceitação dessa revisão (fora de tempo, pois o clausulado pode ser revisto só em 1995) fazia depender um aumento de apenas 3 por cento. O ISP, mantendo a mesma condição, propôs aumentos de 2,5 por cento.

Estas contrapropostas mereceram prontamente a recusa dos trabalhadores e dos sindicatos do Norte, do Sul e do próprio Sisep. A posição das associações patronais «despoletou a actividade sindical, levou à realização de muitas reuniões nas empresas e de uma concentração dia 24 de Março, com corte do trânsito junto à sede da APS», conta Augusto Fidalgo.

Maria José explana a posição dos sindicatos: «Estamos dispostos a discutir o clausulado, mas na altura própria, em 1995. As seguradoras dizem que as alterações havidas na Segurança Social impõem alterações nos pagamentos do complemento de reforma e querem que eles passem a ser discutidos como qualquer cláusula de expressão pecuniária do contrato, deixando de ter o carácter de benefício complementar da Segurança Social. Nós entendemos que devem continuar a ser encarados como benefício social, com regras próprias, tendo a Segurança Social como ponto de partida para a sua definição. Quanto às alterações no sistema de Segurança Social, as companhias de seguros estão informadas acerca do seu conteúdo e devem, desde logo, prevenir-se para continuar a respeitar os seus compromissos, criando os necessários fundos de garantia.»

Quanto ao complemento do subsídio de doença, recorda que ele «era um subsídio, em caso de doença o trabalhador recebia sempre o salário completo. Na última revisão, mudaram o título para complemento, porque a Segurança Social restringiu as condições para o pagamento das baixas e passou a haver trabalhadores doentes que não têm direito a recebê-las. Ora bem, nestes casos os patrões das seguradoras já estão interessados em que se chame complemento, que é para virem dizer que, se a Segurança Social nada paga, eles nada têm a completar. Mas já não querem que seja complemento quando se trata da reforma, porque aqui o que se prevê é a diminuição do valor das pensões da Segurança Social e, logo, um aumento do complemento para atingir o valor do salário.»

Estes benefícios agora postos em causa já vêm de há muitos anos: o complemento de reforma, desde 1972, e o subsídio de doença, desde 1936.

E esta é mais uma razão para reafirmar, como Maria José Ribeiro, que «temos que recusar muito firmemente estas alterações. Depois do muito que os trabalhadores dos seguros têm perdido ao longo destes anos, quer em poder de compra, quer em direitos e regalias, os complementos de reforma e de doença são quase as únicas cláusulas com algum valor que ainda se mantêm no contrato colectivo e não podemos abrir mão delas.»

É também essa a convicção de Augusto Fidalgo, para quem «a luta hoje não é por qualquer percentagem de aumento salarial, a luta dos trabalhadores de seguros trava-se hoje pelo direito à negociação. Se não resistirmos agora, vamos chegar à situação que vivemos no fascismo, de oito anos sem tabela salarial.»

Os nossos entrevistados estão confiantes na possibilidade de derrotar as pretensões do patronato dos seguros. É que, mantendo-se todas as dificuldades do dia-a-dia de quem trabalha nas seguradoras, as lutas deste ano ficam a marcar um novo momento. Como diz Maria José Ribeiro, «isto a partir de agora nunca mais vai ser igual. Se não tivesse outro efeito, a greve da primeira semana de Maio foi um golpe no medo instalado, moralizou, pôs as pessoas a conversar sobre os seus problemas, criou um espaço, ainda que pequeno, de diálogo, de convivência, que se perdera com os intensos ritmos de trabalho instalados nas empresas. Esta acção foi extremamente positiva e as coisas não podem ficar por aqui. Os trabalhadores sentem-se mobilizados para continuar a luta até que os nossos justos objectivos sejam alcançados.»

Trabalhistas em luta pelo Nº 10 de Downing Street

■ Manoel de Lencastre

A morte súbita mas não completamente inesperada do «leader» trabalhista, John Smith, proporcionou ao funcionário Major um certo acalmar da vida intranquila e desastrosa em que existe. Por outro lado, mesmo antes do funeral do conhecido político e respeitado advogado do círculo tradicionalmente austero de Edimburgo, já a luta pela sua sucessão se acendeu. Os candidatos sabem que, na falta de um terramoto político, aquele que ascender à chefia do Partido Trabalhista será o futuro primeiro-ministro britânico. Quem são esses candidatos?

Margaret Beckett, 51 anos, nascida em Ashton-under-Lyne, filha de um carpinteiro, mulher de esquerda (moderada), actual vice-leader do partido, casada, mãe de dois filhos, gosta de aparecer como uma espécie de pequena princesa Ana da classe trabalhadora — está tudo dito. Tony Blair, 41 anos, outro advogado de Edimburgo, é o «darling» da direita modernizadora e apoiante do capitalismo; será este senhor, provavelmente, quem colherá o manto da chefia trabalhista — trata-se, aliás, de um magnífico «actor» de TV, uma das mais importantes qualidades que se requerem aos políticos do nosso tempo. Gordon Brown, 43 anos, nascido em Glasgow, filho de um «ministro» religioso, conservador convicto, homem de extremas cautelas,

tem sido objecto de abundantes críticas da esquerda trabalhista; solteiro — outra boa «estrela» de TV, Robin Cook, 48 anos, filho de um professor, homem da esquerda moderada, nascido em Belshill, uma das pátrias do desemprego escocês; elemento de reconhecidas qualidades, bom orador parlamentar, desempenhou papel importante nas eleições de Michael Foot, Neil Kinnock e John Smith para a chefia do partido. John Prescott, 52 anos, nascido no País de Gales, filho de um empregado de escritório da indústria dos transportes ferroviários — é o único candidato com boas credenciais de esquerda, antigo activista e delegado sindical do pessoal da marinha mercante; diz-se que a sua maneira directa e objectiva de abordar e discutir os grandes problemas da política britânica lhe garantem muitos votos.

Tony Blair é geralmente apontado como aquele que conseguirá a vitória e que, dadas as suas qualidades de «rebelde» filho do sistema, esmagará os conservadores quando se realizarem as próximas eleições. Depois, como já é costume, Mr. Blair voltará a repetir os erros tradicionais do trabalhismo: ignorará o socialismo e os interesses das massas e protegerá a continuação do capitalismo.

Emigrantes com problemas

Parte XIII

O entusiasmo do casal Guerreiro pela sua Pátria em novos tempos arrefeceu com rapidez. Não compreendiam as desigualdades, as injustiças, as muitas misérias que permaneciam no seio do povo português, apesar do 25 de Abril. E Cipriano, principalmente, começava a encarar com seriedade a hipótese de regressar ao Canadá — emigrar pela segunda vez. O Portugal que esperava encontrar perdia-se no tumulto da nova situação. A juventude, via-a tombar, alegremente, no fosso de onde não existe saída e nos delírios próprios daquilo a que chamam a modernidade — a febre das músicas estranhas e animais, o consumo de substâncias, a promiscuidade, ambições deslocadas sem qualquer possibilidade de realização natural. Todos os dias desabafava para Mariana: «E chamam a isto liberdade! A minha Pátria é esta, sim, mas sinto saudades do Canadá.» A mulher respondia: «Estas coisas também as temos lá, em Montreal.» Mas ele insistia: «Os problemas do Canadá não me ferem. O que me aflige é ver os jovens portugueses, assim, de copo na mão, meio perdidos, à porta de casarões fantasmas.»

O apartamento de Algés já os não atraía. Portugal estava visto. Engarrafamentos monstros, nas cidades. Os campos abandonados. Confusão nos espíritos. Discussões de políticos, sem verdade. Televisão em doses industriais. E o calor... sobretudo o calor... Mariana interessava-se por questões ligeiras.

«Nunca julguei sentir o que sinto, Cipriano. É tudo estrangeiro, em Portugal. Já reparaste no papel do Herman José?»

«Quem é o Mano José?»

«É um apresentador, homem. Percebe de tudo, canta em americano e estrangeiro. Quanto aos outros, compreendo-os melhor: o Moniz é americano, disso não tenho dúvidas, tal como o Isidro. Mas a Manuela, a Judite, tão bonitinhas e de maneiras tão portuguesas...»

Cipriano acabava de fechar uma carta que escrevera sem que a mulher se apercebesse do seu destino. Do envelope, onde a palavra «Montreal» sobressaía, ergueu os olhos, eram quatro e meia de uma tarde sufocante e Algés, Lisboa, Portugal, infelizmente, já não produziam as respostas que tão apaixonadamente aguardara. A desilusão era considerável. Mas as expectativas tinham sido exageradas.

«Que disparates estás aí a dizer, mulher? Essas pessoas são todas portuguesas, filha. O problema está nas suas dificuldades de adaptação. Basta que olhemos para nós próprios...»

«Por mim», disse Mariana, «continuo a sentir-me totalmente portuguesa. O que me revolta é aquele programa em que põem as crianças a cantar americano. Acho de mais...»

«Qual?» Cipriano despiu-se, lentamente, olhando a carta que escrevera, com olhos alegres, emocionado.

«Aquele», respondeu Mariana, «em que se uma criança actua a imitar uma música portuguesa é a última classificada, mas se imita em americano, então, ganha logo.»

«É porque os membros do júri também são americanos», respondeu Cipriano.

«Bem vejo que não percebes nada de televisão, homem.»

«Talvez, filha, talvez, mas percebo do Canadá.»

Mariana reparou na carta que jazia sobre a mesa e compreendeu tudo. Mas era a hora dos noticiários, voltou-se para a sua adorada televisão e deixou-se afundar no sofá. Também ela sentia saudades de Montreal e já começara a pensar em comprar um novo casaco de peles.

Campeonato do Mundo do Desemprego

Apesar das insistências constantes dos jornais e programas de TV de que a retoma chegou para ficar, essa retoma situa-se em sectores específicos e não afecta o viver das pessoas. A sobrevivência de certas grandes empresas e dos bancos não significa retoma. Monocordicamente, o desemprego alastra.

Infelizmente, os editores de programas de natureza económica na TV, principalmente, não medem a «recuperação» tendo em conta os factores emprego e social que, sem surpresa para nós, tendem a esquecer. Se as acções, nos casinos de Londres, Wall Street e outros, sobem, aquilo é tudo sorrisos. Se descem, exibem um ar comiserado, como se dizendo: «Sorry, so sorry...» E tudo recomeça.

No paraíso capitalista

1. Preliminarmente, a Inglaterra e a França inauguraram a grande obra de engenharia que é, sem dúvida, o Canal sob a Mancha (Channel Tunnel), mas o gigantesco tubo que liga a Grã-Bretanha ao

continente foi logo suspenso devido a que as obras, na realidade, ainda não acabaram. Os bancos japoneses acabam de informar que não estão preparados para emprestar mais.

2. A General Motors, cuja recuperação parece brilhante, após um período de evidente perigo em que a falência já surgia no horizonte, teve de devolver aos Fundos de Pensões e Reformas do seu pessoal uma primeira prestação de 10 000 milhões de dólares. Trata-se, evidentemente, de dinheiro que não pertencia à empresa mas que os administradores e grandes salvadores da viabilidade da mesma utilizaram nos negócios. A GM é a companhia americana mais endividada junto dos mencionados fundos.

Já a Chrysler havia, há meia dúzia de anos, arquitectado a respectiva salvação através dos fundos do seu pessoal que, sem autorização de quem quer que fosse, foram atirados à fogueira. A respectiva recuperação foi saudada, então, por todas as trombetas da fama do capitalismo e Lee Iacocca, o presidente da Chrysler nessa altura, viu-se transformado em herói nacional americano. Nunca dissera, entretanto, que o dinheiro das pensões e reformas tinha sido metido no negócio. Hoje, toda a verdade conhecida, o «nosso amigo» Iacocca já lá não está e os americanos compreenderam, finalmente, em que consiste a técnica da salvação de grandes companhias quando fazem frente ao perigo de naufrágio.

3. «Vivemos num paraíso de loucos e essa espécie de paraísos, infelizmente, nunca dura muito», disse Mr. Werner Makovski, director-geral do Dao Heng Bank, um dos 175 bancos de Hong Kong.

4. Diz-se que os investidores (privados e institucionais) fazem bicha para poderem aplicar capitais na nova África do Sul. O capitalismo democrático, ou os «democratas» do capitalismo, nunca hesitam em manifestar o seu tradicional e histórico espírito de generosidade. É de bom tom, agora, investir no país de Nelson Mandela. Mas, de repente, surgiram os primeiros sinais de alarme e um deles, em definitivo, merece atenção e fará pensar duas vezes os investidores em questão — segundo Collins, a primeira lei dos Euromercados é esta: nunca emprestar dinheiro a um país cuja bandeira exiba a cor verde. Fugiram todos, evidentemente.

5. O marquês de Bute, herdeiro da figura que nos aparece em alguns capítulos da história do capitalismo e da propriedade privada da Inglaterra e da Escócia, faleceu, recentemente, tendo deixado uma fortuna de £130 milhões (34 milhões de contos) em dinheiro, além de 25 000 acres de terrenos e propriedades diversas. Mas também tinha a sua dividadinha ao banco — um pequeno descoberto de £12 milhões.

A caminho da vitória

O Partido Comunista tinha sempre insistido em que se prestasse toda a atenção ao trabalho político entre as tropas em todas as frentes. Havia milhares de comunistas em todos os sectores das forças armadas e os seus esforços contribuíram para reforçar o moral e a determinação das tropas. Em fins de 1943, era de 2 700 000 o número de membros efectivos do Partido no Exército Vermelho. A Juventude Comunista registava expressão aproximada.

Em Maio de 1944, o alto-comando da «Wehrmacht» demonstrava uma falta de imaginação que, evidentemente, não se verificara durante a primeira fase da guerra. O comando nazi agia com lentidão sempre que se tratava de retirar forças em áreas onde a possibilidade de envolvimento pelos flancos era real. Tendo perdido a iniciativa dos acontecimentos depois das grandes derrotas sofridas no Volga (Stalingrado) e em Kursk, surgiam novos factores e métodos de controlo de tropas para os quais o alto-comando nazi não estava preparado. Em operações estratégicas defensivas, deixou de poder adaptar-se. As tropas alemãs, em toda a parte, perdiam, rapidamente, o moral.

Quando, sob a presidência do Comandante Supremo (Stalin), o Estado-Maior soviético reuniu para análise da planeada campanha do Verão de 1944, Stalin declarou: «Os aliados estão para levar a efeito uma vasta operação de desembarque em França, pensamos que em Junho. Parece que estão com pressa. Temem, evidentemente, que derrotemos os alemães sem a ajuda deles. O nosso interesse, evidentemente, está em que a Alemanha se veja obrigada a lutar em duas frentes, e não somente contra nós.»

Bielorrússia. O povo sofrera já três anos de ocupação nazi. As cidades achavam-se devastadas, mais de um milhão de edifícios haviam sido destruídos, 7000 escolas; os prisioneiros de guerra eram cerca de 2 milhões. Não havia família soviética, na Bielorrússia, que não tivesse sofrido. Mas resistia-se. Era de 143 000 o número de voluntários que actuavam nas costas do inimigo, organizados em destacamentos, unidades, formações diversas. Mas a totalidade das forças soviéticas era já de mais de 6 milhões de homens e mulheres em armas. Nunca se verificara, na História, um tão tremendo esforço de um país para vencer nas mais terríveis batalhas jamais travadas e para, simultaneamente, tentar recuperar as suas forças económicas.

África do Sul (II)

Por terras
do mítico
Volkstaad

A terra é plana, seca, nua. E despovoada. As árvores poucas. Campos de milho alternam com pastagens semeadas de rebanhos. As casas são raras, os homens invisíveis.

Nas bermas da estrada pendões e faixas marcam limites imaginários do Volkstaad, o mítico Estado branco reivindicado pelos extremistas do Afrikaner Weerstandsbeweging — o partido dos racistas boers conhecido pela sigla AWB.

«Não sei como eles poderiam criar um Estado independente — informa o motorista negro do táxi alugado em Joanesburgo. — Os brancos nesta região são menos de 15%. Estarão a pensar em escravos?...»

Ventersdorp, a 250 km a ocidente de Joanesburgo, a meio caminho de Botswana, é conhecida como um bastião do AWB. Uma cidade feia, pequena, de casas baixas, de cores claras, um burgo comercial onde os grandes produtores de milho e os criadores de gado se abastecem.

Perguntamos pela sede do AWB. Somente à terceira tentativa obtivemos resposta. Os brancos que andavam pela rua eram gente de poucas falas.

Identificamos o casarão de longe. A águia do Movimento, muito agressiva, chamava a atenção. O passeio estava ocupado por uma barricada de sacos de areia pintados de cinza metálico. Atrás daquela caricatura de bunker havia homens armados. Todos envergavam uniformes e alguns tinham um capuz que apenas lhes deixava ver os olhos.

Dois dos meus companheiros eram brasileiros. Identificámo-nos, mas fomos mal recebidos por dois adolescentes, muito nervosos. Pretendiam que lhes entregássemos as máquinas fotográficas. Perante a nossa recusa exigiram que saíssemos dali rapidamente. Um deles chegou a empurrar-nos com o cano da metralhadora que empunhava. Todos exibiam armas de guerra e punhais.

Terre Blanche em acção

Em consequência de descatos e violações da lei cometidos na véspera pelo AWB em Rustenburg, 15 distritos do Transvaal Ocidental haviam sido declarados *unrested areas*. Na prática, o Governo De Klerk impusera o estado de excepção, com aumento de poderes à Polícia e proibição de uso de armas.

Terre Blanche rompeu o silêncio e apresentara-se com a sua gente em Rustenburg para improvisar um comício junto de uma secção de voto, em volta da estátua de Paul Kruger, o presidente da República do Transvaal durante a guerra dos boers contra o Império Britânico em 1990.

O exército interrompeu a cerimónia, mas não desarmou os comandos do AWB. Terre Blanche acabou por debitar o seu discurso — carregado de ameaças e apelos inflamados à violência — a poucos quilómetros de distância, na antiga casa de Kruger. Dois jornalistas americanos negros quiseram assistir. Foram espancados aos gritos de «não queremos escravos aqui!», um japonês, qualificado de «macaco amarelo», foi expulso.

A atmosfera, no dia seguinte, era compreensivelmente tensa em Ventersdorp, onde Terre Blanche possui uma grande propriedade.

A arrogância dos fazendeiros na região é inseparável das suas dificuldades económicas. A maioria está endividada. Segundo apurei em Joanesburgo, o total das dívidas dos grandes proprietários de terras à banca atinge 17 mil milhões de rands. Utilizaram o crédito sobretudo para a construção de sumptuosas mansões e não para investimentos produtivos. Secas sucessivas colocaram a maioria à beira da ruína.

O tenente da Polícia

Na Polícia fomos recebidos pelo comandante, um tenente muito jovem.

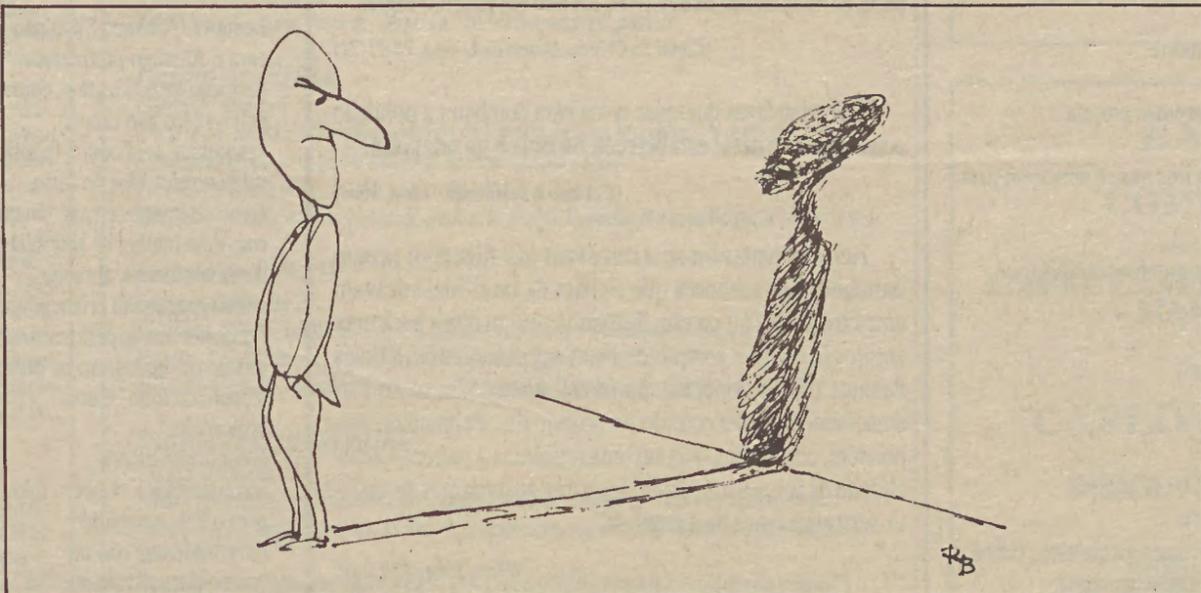
Manifestámos estranheza pela existência de uma barricada no centro da cidade e pelo comportamento agressivo de civis armados numa cidade submetida a medidas de excepção.

O oficial apontou com o dedo um maço de papéis e respondeu, enleado: — Ainda não tive tempo de ler o fax que me enviaram. São 14 páginas. Mas se for verdade o que estão a dizer...»

Reproduzo o diálogo que se seguiu:

— Quantos são os quadros paramilitares do AWB em Ventersdorp?

- Na cidade ou no Distrito?
- Na cidade.
- Uns 100 ou 200.
- Não pode ser mais preciso?
- Não os conheço bem.



- Fazem treino de guerra no campo?
- Não sei.
- Que população tem a cidade?
- Qual, a cidade branca ou a dos negros?
- Não é a mesma cidade?
- Não. Estão separados por uns quinhentos metros.
- Qual a população de ambas?
- A cidade branca tem 1950 moradores. Quanto à dos negros... (hesitou, discou um número no telefone e disse algumas palavras em afrikaans) terá entre 12 a 18 mil habitantes.
- Que medidas vai tomar quando ler o fax que está sobre a sua secretária? Mandará desarmar os comandos do AWB?
- Vou pensar como devo cumprir a lei...

Nos dias anteriores, em Joanesburgo, os grandes jornais, parafraseando o título do romance eterno de Alan Patton, sugeriram em manchete «Vota, minha terra bem amada!»

Na salinha do comando da Polícia de Ventersdorp, enquanto ouvia aquele jovem tenente, vinha-me à memória outro tenente, a personagem do livro de Alan Patton: «Chora minha terra bem amada!»

Da Polícia fomos à sede da Comissão Eleitoral Independente. O juiz, muito amável, começou por esclarecer que não era filho da região. Ouvimos dele respostas que não coincidiam com as do chefe da Polícia. Na sua opinião só há na cidade uns 30 comandos do AWB. Não foi difícil perceber que sentia vergonha do que estava a acontecer.

O vento da mudança ainda não chegou ali. Em Ventersdorp, assim como noutras pequenas cidades do Transvaal Ocidental, o *apartheid* persiste.

No regresso, parámos uns minutos para falar com uns carpinteiros negros que trabalhavam numa obra.

Sintetizo as suas respostas no desabafo final:

■ Miguel Urbano Rodrigues

— Quando um de nós é preso por uma ninharia fica dias no cárcere a apodrecer, e quase sempre apanha, por mais insignificante que seja a acusação. Se o dévido é do AWB, assina uns

papéis e é posto em liberdade horas depois, sem lhe tocarem...»

Numa praça de Ventersdorp, junto do jardim, o AWB ergueu um monumento aos seus heróis. O texto da homenagem, inscrita nas quatro faces, em afrikaans, eram para mim ininteligível. Mas a cruz gamada de pontas quebradas, a águia, a referência aos *Wentcommando*, toda a simbologia nazi dispensavam tradução.

Perguntei na Polícia se «o monumento» do AWB respeitava a legislação em vigor. A resposta foi evasiva.

Deixei Ventersdorp com uma difusa sensação de mal-estar. A visita empurrava-me para uma conclusão dolorosa: a população branca daquela pequena cidade, modelada pelos costumes e regras do velho mundo boer, é, por medo e ignorância, colectivamente cúmplice do AWB.

Há certamente outros Distritos da Região onde o *apartheid* persiste na vida quotidiana. O decreto que implantou na área medidas de excepção, expressou a consciência dessa realidade e do carácter sedicioso do movimento racista de Terre Blanche.

Creio, entretanto, que os grandes problemas do governo de Nelson Mandela não resultarão da contestação da extrema-direita fascista.

Na semana que precedeu as eleições, o AWB clandestino tentou intimidar a população, desencadeando uma escalada terrorista. Em três dias sucessivos, tentados na área de Joanesburgo-Pre-tória provocaram 21 mortos e 176 feridos. O objectivo era provocar uma abstenção maciça. Não foi atingido. O ANC exigiu a prisão dos terroristas do movimento de Terre Blanche com cadastro pesado. Foram então detidos 31 desses bombistas e apreendido um grande arsenal de armas e explosivos. Não houve mais atentados.

As actividades criminosas do AWB vão prosseguir. Terre Blanche e a sua gente derramarão ainda muito sangue. Mas o desafio dos bandos do AWB não encontra atmosfera na África do Sul saída das eleições de Abril. O sonho do Volkstaad é uma aspiração morta no berço.

Não acredito também que os choques, inevitáveis, do Inkhata Freedom Party e do seu chefe Buthelezy com o Poder Central venham a pôr em causa a estabilidade do Governo de Unidade Nacional. Alguns dos objectivos prioritários de Buthelezi foram alcançados. O dirigente zulu é, a partir de agora, o chefe de um Governo regional com ampla autonomia numa das mais ricas áreas do país. Na partilha do Poder couberam ao Inkhata três Ministérios. Teria muito a perder e pouco a ganhar se optasse pela confrontação frontal.

Obviamente, a África do Sul continuará a ser uma terra de violência endémica, não obstante o nível desta caído para um nível baixo após as eleições.

O grande desafio para o Governo de Nelson Mandela (nascido de muitos compromissos) será outro e será protagonizado por forças que, através do Partido Nacional, estão representadas no próprio gabinete de Unidade Nacional.

É quase chocante lembrar essa evidência nestas semanas de alegria em que o mundo festeja a grande vitória humanista que teve a África do Sul por cenário. Mas é necessário olhar de frente a vida. O choque, inevitável, será consequência natural do terramoto político e social a cujo prólogo assistimos.

A África do Sul em mudança emerge neste final do século XX como laboratório da humanidade onde a necessidade de redistribuição da riqueza (por mais tímida que seja) e da dignificação da vida oferecerá no dia-a-dia desmentidos à tese daqueles que proclamaram prematuramente o fim da luta de classes. Vamos presenciar uma gigantesca luta de classes.

Esse o tema de que me ocuparei no último texto de reflexão suscitado pelo acompanhamento das eleições na África do Sul.

PONTOS CARDEAIS

Proibição de máscaras

O projecto de Regulamento Policial do Distrito de Lisboa estabelece no seu artº 52º, nº 2: "É proibido: a) O uso de máscaras ou caracterizações que dificultem ou impeçam o reconhecimento dos seus portadores". É uma disposição que copia proibições que vigoravam no tempo da ditadura fascista e que revelam pouca tranquilidade do poder em relação aos cidadãos e ao livre curso das diversões carnavalescas. Em todo o caso, se existisse uma norma semelhante em relação ao comportamento dos partidos políticos nas eleições

européias, seria muito divertido assistir ao embarço de Eurico de Melo, de António Vitorino e de Manuel Monteiro quando uma voz lhes gritasse: - Tirem as máscaras!

Banhadas

Continua o esforço frenético de branquear o fascismo. Agora o "Diabo" até vai ao ponto de titular, em garrafal primeira página, que "(Marcelo) Caetano evitou banho de sangue", explicando logo ali que "o último responsável pelo Estado Novo deu ordens para se evitar um massacre em plena baixa lisboeta". Só que a gente vai ao interior da notícia e lê: "A

meio da manhã foi feito um telefonema do quartel do Carmo para uma base aérea" a solicitar "o envio de dois aviões para *picar* sobre a multidão que se juntara à porta do quartel. Esse pedido foi rejeitado com base no tempo: não havia *tecto* para as aeronaves deslocarem", testemunha uma fonte que participava no cerco do Carmo e que diz de seguida: "Saí do meu posto para verificar as condições meteorológicas e percebi então que essa base estava do nosso lado". E acrescenta o "Diabo", mais adiante: "Sem saber ainda que o pedido a Tancos tinha sido rejeitado, Marcelo Caetano (...) manifestou o seu desagrado perante a possibilidade de aviões virem a disparar sobre a multidão". Quer dizer: Marcelo Caetano evitou um banho de sangue a desencadear por aviões que não lhe obedeceram, de que não dispunha nem tinha possibilidades de dispor. Isto não é um banho de sangue, é uma banhada sem pinga de vergonha.

O não participante

Desta vez, Cavaco Silva não foi para o Alentejo profundo: deslocou-se à Nazaré e, como pelos vistos não estava "incomunicável com a família", subiu ao elevador do Sítio, comeu tremoços e caju, dançou com uma mulher de sete saias, distribuiu beijos, abraçou velhos, pegou em criancinhas e fez promessas superiores a um milhão de contos. Ao pé disto, o "pulo do lobo" é uma brincadeira. E como não estava incomunicável, também falou para o País e o mundo, advertindo que não irá "participar activamente" na campanha eleitoral para as europeias. Compreende-se. Assim sempre poderá dizer que não teve nada a ver com a derrota do seu partido.

Os corredores

Aliás, nem só Cavaco Silva parece pouco inclinado a "participar activamente" na campanha eleitoral para as autárquicas - os próprios candidatos do PSD já mostram igual relutância. Foi o que se pôde verificar no passado domingo, com um anunciado passeio de bicicleta pelas praias de Matosinhos até ao Passeio Alegre, no Porto, onde deveriam participar Eurico de Melo, Lucas Pires e Carlos Pimenta. Chegada à hora, só este último respondeu à chamada, o que é normal num rapaz com comprovado excesso de energia. E fizeram muitíssimo bem. Os exemplos vêm de cima e se o professor Cavaco está pouco activo, por que raio não-de os outros andar para aí a pedalar à tonta?

FRASES da SEMANA

"Esta é a raiz de uma grande árvore que se pretende muito frondosa."

(Magalhães Crespo, na cerimónia de constituição da «Nova», grupo de comunicação social de «inspiração cristã», citado em «Expresso», 14.05.94)

"A TV2 já devia ter sido atribuída à Igreja."

(Magalhães Crespo - «Expresso», 14.05.94)

"É possível criar um partido novo, com gente estranha à classe política, e no curto prazo de três meses ganhar umas eleições (como na Itália)."

(Manuel Coelho dos Santos - «Jornal de Notícias», 15.05.94)

"O CDS/PP quer ser Governo sozinho."

(Manuel Monteiro - «Expresso», 14.05.94)

"Tenho medo da esquerda no Poder."

(Sousa e Castro, ex-presidente da comissão de extinção da PIDE-DGS - «O Diabo», 17.05.94)

"Nunca beneficiei de dinheiros públicos."

(Branco Rodrigues, presidente da PEC, SA - «Expresso», 14.05.94)

"Vinte anos após o 25 de Abril, o congresso «Portugal: Que futuro?» veio demonstrar a dificuldade de criar no nosso país uma esquerda evoluída e moderna, capaz de perceber e intervir na sociedade contemporânea."

(Leonel Moura, artista plástico, militante do PS - «Público», 13.05.94)

"Tudo o que tenho feito é com o objectivo de conseguir uma maioria absoluta para Cavaco Silva em 95, coisa que nem toda a gente quer no PSD."

(Pacheco Pereira - «Expresso», 14.05.94)

"O circo (da Fórmula 1) continua, mas os palhaços e os espectadores começam a abrir os olhos."

(Marcelo Rebelo de Sousa - «TSF», 15.05.94)



PONTOS NATURAIS

Em poucas palavras

Não temos televisão. Temos clubes de vídeo ao domicílio.

Os intervalos são tão agradáveis porque é a oportunidade de se ouvir falar em português.

Quem com debate mata, em debate morre.

A TV chama-se privada por se sentar em si própria.

Canal 1 e a SIC lembram dois guerreiros que se abraçam para morrerem juntos.

As estações usam as dívidas havidas, como os candidatos a enforcados usam as cordas a haver.

Os olhos dançam o zappateado.

Quem muito televê, pouco vive.

A má televisão afasta a boa televisão da circulação.

A diferença entre certas pessoas e os macacos (se estes também virem muita televisão) não é praticamente nenhuma.

A realidade prova que, quem tem mais para ver, não vê televisão.

Até a televisão boa, se for muita, também acaba por ser má.

Na pista da memória

A Censura cortou

No fim de contas, a pouca sorte de Camilo, no que respeita às adaptações televisivas, foi não ter nascido inglês.

(Canal da Crítica, Diário de Lisboa, 25-11-71)

É preciso fazer qualquer coisa para combater a poluição generalizada que se estabeleceu no país e na televisão.

(Cortado o sublinhado. Idem, idem)

Homens juntavam-se e cantavam (no Alentejo) faziam remoques aos senhores que tinham de ouvi-los, atiravam umas frechadas ao patrão. Teríamos aqui matéria para uma antologia sobre a canção de protesto portuguesa. Nesses debates tudo é concreto, palpável, gostoso, como o pão amassado, cozido e comido no próprio dia. Perguntam, respondem, comentam, deixam uma reticência a pairar. A actualidade dá força a estas reuniões a que gostaríamos de assistir sem a presença de estranhos.

(Idem, idem, 30-11-71)

As conversas em família podem ser muito repousantes, mas as discussões em família são-no ainda mais.

(Idem, idem, 15-11-71)

Ainda há espíritos inteligentes que temem pela cobertura sanitária do país. Calma! Ela está perfeitamente assegurada. Em higiene somos uns barras. Ninguém nos bate. Nem mesmo a Turquia, nossa endémica e gentil companheira das estatísticas.

(Idem, idem, 18-10-7)

Os fados. Viram os fados? Em coro de doze minutos tínhamos emborcado quatro fados e uma guitarra. Aquilo, sim, são fados. A saudade, a dor, a tristeza, o amor, o coração, o olho. Irra!

(Ai a exclamação que eu ia escrever! Tive de meter os travões às quatro rodas).

(Cortado o sublinhado. Idem, Idem, 22-11-71)

Diário de Lisboa
5.12.000
SERVIÇOS DE CENSURA
(ORDE)
CORTADO

Mário Castrim



HOMENAGEM A CATARINA EUFÉMIA

Comício em Baleizão
com o camarada

CARLOS CARVALHAS

Dia 22 de Maio - Domingo

08.00 horas • Concentração no Centro de Trabalho Vitória, às 8.00 horas • 12.30, chegada a Beja para almoço • 15.00 horas — Baleizão, romagem à campa de Catarina Eufémia • 16.00 horas, Comício • 18.00 horas, saída de Baleizão.

INSCRIÇÕES

Nos Centros de Trabalho
de Lisboa

Preço por pessoa (só viagem) = 1750\$00

Reuniões, debates, convívios CASCAIS

Plenário de Reformados de S. Domingos de Rana: quarta, dia 25, às 15.30, no CT de Tires, com a participação do camarada Jaime Félix.

ÉVORA

Reunião de activistas de Évora, para discussão das eleições para o PE: no CT, quinta, dia 19, às 21.00. / Reunião de militantes de Viana do Alentejo, preparatória da próxima Assembleia de Organização: sexta, 20, às 21.30. / Plenário de militantes em Foros de Val Figueira, com a participação do camarada António Gervásio: sexta, dia 20, às 21.00. / Plenário de militantes em Lavre, sexta às 21.00, na Junta de Freguesia. / Plenário de militantes em S. Cristovão, com a participação de Rogério Arraiolos: sexta, às 21.00, na Junta de Freguesia. / Plenário de militantes em Cortiçadas de Lavre, com a participação de José Grulha: no Salão Cultural, sexta, às 21.00. / Plenário de militantes da cidade de Montemor, com a participação de António Gervásio: sábado, dia 21, às 21.00, no CT.

LISBOA

Plenário mensal do Sector de Serviços, com a participação de Manuela Bernardino: Hoje, quinta-feira, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé. / Encontro-debate promovido pelo OD dos Bancários de Lisboa, aberto à participação de todos os bancários: hoje, dia 19, das 19.00 às 23.00, no CT Vitória / Plenário do Sector Centro Norte de Empresas: sexta, dia 20, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação da camarada Luísa Araújo. / Plenário da freguesia de Sta. Catarina: sexta, às 19.00, no CT Vitória. / Almoço-convívio do Sector da Construção Civil: sábado, 21, às 13.00, no CT Vitória, com a participação do camarada José Casanova. / Convívio promovido pela organização da freguesia da Ajuda: sábado, a partir das 12.00, no Parque de Monsanto / Plenário de militantes da freguesia do Beato para discussão do trabalho autárquico e eleições para o PE: sábado, 21, às 16.00, no CT do Beato. / Almoço-convívio da célula do IEFPP-Inst. Emprego e Formação Profissional: domingo.

SEIA

Debate promovido pela CDU sobre "Desporto e Associativismo" - no Salão do União Desportiva de Seia, dia 22, às 16.00, com a participação de Carlos Rabaçal.

SINTRA

Almargem do Bispo - Reunião plenária de militantes em Albogas, com a participação de António Cordeiro: quinta, 19, às 21.00. / Cacém - Plenário de militantes das empresas do concelho de Sintra: sábado, 21, às 15.00, no CT do Cacém, com a participação do camarada Romeu do Rosário. / Colares - Reunião plenária de militantes, com a participação de Jaime Mata: sexta, dia 20, às 21.00, no CT do Mucifal. / Queluz - Plenário de militantes de Queluz: no CT, sexta, 20, às 21.30. / Sintra - Reunião plenária de militantes das freguesias de Sta. Maria/S. Miguel e S. Martinho: sexta, dia 20, às 21.30, no CT de Sintra. / Terrugem - Reunião plenária de militantes: quinta-feira, dia 19, com a participação de Jaime da Mata.



PCP-PEV

VOUZELA

Almoço-convívio de apoiantes da CDU com Carlos Carvalhas. Pensão Marques - sábado, às 13h

ALVERCA

Sessão CDU com Carlos Carvalhas no Salão dos Bombeiros - 21h30.

LISBOA

Dia 24, às 19h
Encontro-convívio de candidatos e apoiantes da CDU no Pátio Alfacinha.

Com intervenções de:
Carlos Carvalhas, Luís Sá, Isabel Castro, António Galhordas e Blasco Hugo Fernandes

Luís Sá

Inicativas com a participação do cabeça de lista da CDU ao PE

Quinta-feira, dia 19

Distrito de VIANA DO CASTELO

Encontros com CM de Ponte de Lima, Viana do Castelo - de manhã,

Visita aos Estaleiros Navais - às 11h45

Contacto com a população da Ribeira - às 17h

Sessão de autógrafos na Livraria Bertrand de Viana do Castelo - às 18h45

Sessão pública no Auditório do Museu - às 21.30

Distrito de AVEIRO

Sábado, dia 21

Estarreja - Almoço-convívio da CDU no Restaurante "O Barracão" - às 13h.

Furadouro - Jantar-convívio no restaurante "A Gaivota" - às 19h30

Espinho - Comício-festa no Largo da CM (*destaque nesta página*)

Distrito de LEIRIA

Domingo, dia 22

Vieira de Leiria - Piquenique na Foz do Liz (Parque das Merendas), a partir das 13h,

e Comício-festa junto ao Monumento ao Pescador, às 15h30

Leiria - Visita à Feira, às 17h

Peniche - Comício-festa no Lg. do Jardim, às 21h30. *Espectáculo com Brigada Victor Jara*

Distrito do PORTO

Segunda-feira, dia 23

Guifões - Visita às Oficinas da CP e contacto com os trabalhadores - de manhã

Porto - Contactos com a população na Baixa do Porto - de tarde

Vila do Conde - Sessão-debate no salão nobre do Convento do Carmo - às 21h30

Distrito de PORTALEGRE

Quarta-feira, dia 25

Nisa - encontros com entidades do concelho, de manhã; encontro com a população de Comenda, no largo dos cafés, às 12h15; almoço com activistas do concelho em Alpalhão, às 13h30.

Portalegre - Colóquio sobre o PDR ("A Comunidade Europeia e o Futuro da Região")

- na Sala do Museu Municipal, às 21h30

e ainda...

Alenquer

Almoço-convívio e debate sobre as eleições para o PE, com a participação do gen. Vasco Gonçalves: no restaurante "O Casarão", em Lages da Freiria, domingo, 22, às 13.00.

Almada

Sessões de esclarecimento no Feijó - sexta, dia 20, às 21.30, no Clube Recr. do Feijó, com a participação de Rui Paixão - e na Costa da Caparica - no Grupo Amigos da Costa, domingo, 22, às 16.00, com a participação do candidato João Lopes; plenários de militantes sobre as eleições para o PE no CT Alberto Araújo (dia 21, às 15.30, e dia 24, às 21.30).

Almeida

Conferência-debate sobre Regiões Fronteiriças: sexta-feira, dia 20, às 21.30, no Salão Nobre da CM de Almeida, com a participação Joaquim Miranda, José Manuel Costa, Francisco Fernandes, João Taborda Manata

Aveiro

Sessões de esclarecimento para Reformados: terça, dia 24, no salão da Junta de Freguesia de Vera Cruz, e quarta, dia 25, em S. João da Madeira.

Barreiro

Lavrado - Debate com Reformados, com a participação de Jaime Félix: quinta, 19, às 14.30; Palhais - Sessão com a participação de Brito Apolónia, sexta, 20, às 21.30, no G.D.R. Palhais; Verderena - Sessão com Eurico Sequeira, sexta às 21.30, na Torre do Heroldes; Bairro das Palmeiras - Sessão com Américo Costa, sexta às 21.30; Santo André - Sessão com Carlos Humberto, no recreativo de Sto. André, sábado às 21.30; Barreiro - debate sobre o Tratado de Maastricht, dirigido aos trabalhadores da Banca e Seguros, com a

participação de Joaquim Miranda (no Cineclub de Barreiro, sábado às 15.00) e sessão nos Penicheiros com a participação de Dulce Ribeiro (domingo às 15.00).

Beja

Sérgio Ribeiro participa num encontro com a população de Moura e Barrancos, no dia 20, e no dia 21 numa iniciativa ligada ao trabalho das Mulheres na Comunidade Europeia (na Biblioteca Municipal); almoço-convívio em Odemira com o candidato Manuel Camacho (dia 21 às 13.00, em S. Luís), que também participa no mesmo dia num encontro com as populações de Ribeira do Seisal, em Colos (às 18.00) e de Boavista do Pinheiro (às 19.30)

Bombarral

Debate sobre "Agricultura e Desenvolvimento Regional", com a participação dos candidatos Joaquim Miranda e António Ferraria: no Auditório Municipal, domingo, 22, às 18.00.

Lisboa

Encontro debate sobre as questões do Parlamento Europeu, promovido pela organização das freguesias de Alvalade, S. Sebastião, S. João de Deus, S. João de Brito e Campo Grande, com a participação do camarada Domingos Lopes: na Sala Milão do Hotel Roma, sábado às 15.00.

Montemor-o-Novo

Colóquio: "A PAC e as suas consequências na agricultura portuguesa" - sábado, 21, às 15.00, no Auditório Municipal, com a participação de Lino de Carvalho, Rui Namorado Rosa e Carlos Pinto Sá.

Portalegre

Visita da candidata Amélia Pardal ao distrito: quinta, dia 19. Durante o dia, encontros com representantes de instituições ligadas à Educação e à Juventude e, às 21.30, Festa-debate na Biblioteca Municipal de Campo Maior

Álvaro Cunhal

Quarta-feira, dia 25, às 18h30, CT Vitória

Debate com a juventude
O passado, o presente e o futuro do 25 de Abril

ALMOÇO DE AMIGOS DOS PIONEIROS

Dia 21 de Maio, na Casa do Alentejo

Torres Vedras - Auditório da CM

Forum de Maio - Ciclo de Debates
«Portugal, 20 Anos de Democracia»

Sexta-feira, dia 20

COIMBRA

COMÍCIO

20 Maio 94 — 6.ª-Feira — 21.30h
Na Praça da República

com

**LUÍS SÁ, ISABEL CASTRO
e CARLOS FRAIÃO**

Participação de

CARLOS CARVALHAS

Espectáculo com a

BRIGADA VÍCTOR JARA

ESPINHO

COMÍCIO-FESTA

com os candidatos

**ISABEL CASTRO • HONÓRIO NOVO
• MANUELA SILVA**

Participação de

CARLOS CARVALHAS

Sábado • 21 de Maio • 21.30h
- Largo da Câmara

Música popular com

BRIGADA VÍCTOR JARA

sobre "Os direitos da Juventude no Portugal de Abril e na Comunidade Europeia.

S. Domingos de Rana

Debate sobre as eleições para o PE, com a participação do camarada Blánci Teixeira: sexta, dia 20, às 21.00, na Associação Educação Popular do Zambujal.

Setúbal

Colóquio: "As instituições de Crédito na Europa Comunitária" - segunda, 23, às 17.30, no CT do PCP (Edifício Arrábida), com a participação do candidato Alexandrino Saldanha; em Alcochete: sessão com José Abreu, sexta às 21.30, no salão nobre da CM; em Alcácer do Sal: no CT de Casebres, almoço-convívio com Rogério de Brito; no Seixal, debate com Reformados em Miratejo, sexta-feira às 15.00, com a participação de Jaime Félix; em Sesimbra, sessão de esclarecimento com Brito Apolónia, sábado às 21.00.

Vila Franca de Xira

Noite Africana no Pavilhão Municipal do Forte da Casa, com o conjunto "Som d'África". Intervenção de Manuel Correia: sexta, dia 20, às 21.30.

Vila Nova de Foz Coa

Conferência-debate sobre "O Douro, a vinha e o vinho": sábado, 21, às 17.00, no salão da Junta de Freguesia, com a participação de Agostinho Lopes, Armando Carvalho e José Manuel Costa.

Viseu

Jornada sobre as eleições para o PE, quinta-feira, dia 19, em S. João da Pesqueira (reunião de Agostinho Lopes e António Ferraria com agricultores e contactos com a população - às 11.00), na Feira de Lamego (às 9.00, com os candidatos Francisco Almeida e Carlos Amaro), e em Viseu - jornada de propaganda e espectáculo dedicado à juventude com Jorge Lomba, às 18.00, no Rossio de Viseu.

PALAVRAS CRUZADAS

1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	

HORIZONTAIS: 1 - Denominação vulgar do dromedário, mamífero ruminante da Ásia, com duas bossas gordurosas no dorso; estabelecimento de ensino. 2 - Frangância. 3 - Pron. pesso.; nome de mulher; maior. 4 - Poema; invulgar. 5 - Patrão; saudáveis. 6 - Ouro (s.q.); acusada; suf. de agente; existes. 7 - Igreja episcopal; letra grega; preposição; Astatino (s.q.). 8 - Poeira; atmosfera; decifrei; aspecto. 9 - Pássaro; protóxido de cálcio. 10 - Projétil; estaleiro. 11 - A barlavento (naut.); esmaga; principal rio da Suíça. 12 - Espreitar. 13 - Incriminam; pequena mala.

VERTICAIS: 1 - Barrete eclesiástico; pequena mancha. 2 - Costume. 3 - Época; orla. 4 - Desbasta; garantia. 5 - Estimo; anel de cadeia. 6 - Nota musical; braço de rio; maléfica. 7 - Discursa; convicção íntima; Rutênio (s. q.); a minha pessoa. 8 - Ovário de peixe; grande quantidade. 9 - Ave corredora; pedra de moinho; pêlo de certos animais; caminhavam. 10 - Apelido; soberano; batráquio. 11 - Todavia; filtra. 12 - Rezam; espécie. 13 - Chefe etíope; a família. 14 - Letra grega. 15 - Escárnios; sussurro.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

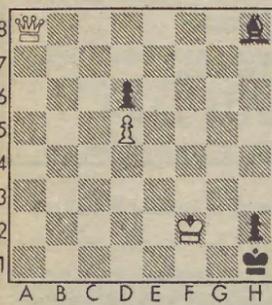
HORIZONTAIS: 1 - Salada; amolam. 2 - Rolas; riram. 3 - Sama; aras. 4 - Rói; sáraram; par. 5 - Alão; socas; seta. 6 - Massa; casal. 7 - Sim; rol. 8 - Canoas; rasas. 9 - Ovos; patos; sola. 10 - Lãs; risadas; ror. 11 - Cias; eram. 12 - Meada; laços. 13 - Acusas; asiram.

VERTICAIS: 1 - Coram; colar. 2 - Ola; Ava. 3 - Ar; ias; nós; MC. 4 - Lós; ossos; céu. 5 - Alas; aia; rias. 6 - Damas; piada. 7 - Ásaros; lassas. 8 - Ac; tá. 9 - Araras; rodela. 10 - Miras; saras. 11 - Oram; cor; saci. 12 - Lãs; salas; mor. 13 - Am; pés; Sor; Sá. 14 - Ata; aló. 15 - Moral; sarau.

XADREZ

CDLXI - 19 DE MAIO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X035
Por: NIELS HÖEG
Roskilde Tidende, 18.II.1911

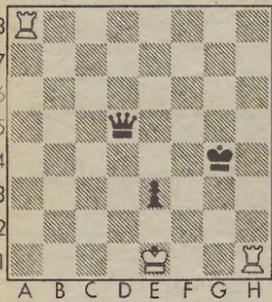
Pr.: [4]: Ps.d6, h2-Bh8-Rh1
Br.: [3]: Pd5 - Da8-Rf



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X036
Por: ARISTIDE DALL'AVA
L'Italia Scacchistica, 1961

Pr.: [3]: Pe3-Dd5-Rg4
Br.: [3]: Ts.a8, h1-Ré2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXI

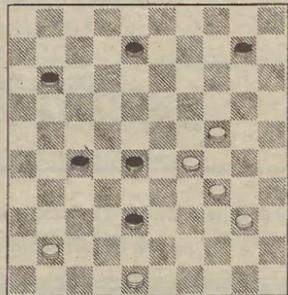
Nº 1994X035 [N. H.]: 1. Da4!, Bd4+, 2. Rf1!, B-: 3. Dd4++
Nº 1994X036 [A. dall'AVA]: 1. Tg8+, Rf3; 2. O-O, Ré4; 3. Tg4!+eg., pois segue-se a captura da Dama.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXI - 19 DE MAIO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D035
Por: JEAN-FRANÇOIS FOCCROUL
Dame à la Une, n.º 48, III.1994

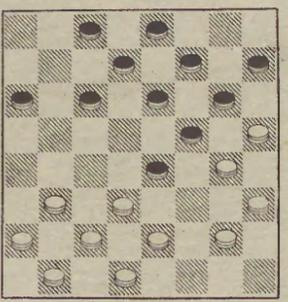
Pr.: [6]: 8-10-11-27-28-38
Br.: [6]: 24-29-34-40-41-48



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D036
GOLPE Nº 69
Por: JOSÉ DE SOUSA E CASTRO — 1952
Oliveira de S. Maria, Famalicão, 31.XII.1952

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 9-1, 21-18; 6. 13-17, 25-21; 7. 5-9, 29-25; 8. 10-13, 19-14; 9. 2-5 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXI

Nº 1994D035 [J.-F. F.]: 1. 48-43, (38X49-D); 2. 34-30, (49X??); 3. 29-23, (28X19); 4. 24X2-D, (35X46); 5. 2X5+
Nº 1994D036 [J. de S. e C.]: 9., 22-19; 10. 13-29-D, 23-20; 11. 17-26, 30-21; 12. 11-18, 21-14; 13. 29-15, 20-2-D+

A. de M. M.

GINEMA

	M. M. Luz	Paulo Torres
A	A Bela Época	★★★
B	Em Nome do Pai	★★★
C	Filadélfia	★★★
D	Jerónimo	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Fernando Trueba - Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
- B - Real. Jim Sheridan - Amoreiras/10 (14.00, 16.40, 19.10, 21.40, 00.05) - Lisboa.
- C - Real. Jonathan Demme - Monumental/2 (14.00, 16.45, 18.00, 19.15, 21.45, 00.30) - Lisboa.
- D - Real. Walter Hill - Amoreiras/9 (14.10, 16.50, 19.15, 21.50, 00.15); Fonte Nova/2 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); Quarteto/3 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha, Tel. 7271818. - 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16: **GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA**, de António José da Silva., encenação de João Mota. - **Café-Concerto**: sáb. às 21.30. **EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota.

FORUM LUÍSA TODI

Setúbal, Av. Luísa Todi. Tel. 522127. 4ª às 19.30, 5ª, 6ª e dom às 21.30, sáb. às 19.30 e 22.30. **A CASA ASSOMBRADA**, de Vicente Sanchez, encenação de Carlos César, pelo TAS.

GRUPO DESPORTIVO DO BESCL

Lisboa, R. D. Luís I, 27 Tel. 3963303. Sexta e sáb. às 00.30. **E AGORA ALGO TOTALMENTE INESPERADO**, textos de Monty Python, encenação de Humberto Bernardo, pelo Teatro de Aprendizagem.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. Tel. 4112261. Sexta e sáb. às 21.30. **O CABARET DO CONDE/MARQUÊS**, comédia musical, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Çç. Duque de Lafões. Tel. 8586997. 4ª a dom. às 21.30. **AS CRIADAS**, de Jean Genet (até 14/ de Maio).

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). **CINDE-**

RELLA Revista à Portuguesa, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril. Tel. 4670320. 4ª, 5ª e dom. às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. **BREVE SUMÁRIO DA HISTÓRIA DE DEUS**, de Gil Vicente, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC e «Os Delíns».

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTE SOLDADO SCHVEIK**, de Jaroslav Hasek, encenação de Jorge Listopad, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. **Sala Estúdio**. Sábados e domingos às 21.30 - **O ENSAIO DE UM SONHO**, de Strindberg/Ingmar Bergman, encenação de Mário Viegas, produção da Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. **Sala Estúdio**: de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A PARTILHA**, de Miguel Falabella, encenação de António Feio.

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Rua Nova da Trindade, 9. Tel 3420000. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O CONTO DE INVERNO**, de Shakespeare, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia (até 15 de Maio).

TEATRO VILLARET

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. **OUTRA VEZ AS BARBIS**.



A Partilha de D. Maria

FILMES

QUINTA, 19

A Máscara de Dimitrios
«The Mask of Dimitrios» (EUA/1944). Real.: Jean Negulesco. Int.: Peter Lorre, Sidney Greenstreet, Zachary Scott, Faye Emerson. P/B. 92 min. Ver Desteque. (16.15, TV 2)

Chamadas para a Morte
«Apology» (EUA/1986). Real.: Robert Bierman. Int.: Lesley Ann Warren, Peter Weller, George Loros, John Glover. Cor, 97 min. *Telefilme I «Thriller».* (01.10, Canal 1)

SEXTA, 20

Londres é de Gritos
«The Sandwich Man» (Gr.Br./1966). Real.: Robert Hartford-Davis. Int.: Michael Bentine, Dora Bryan, Suzy Kendall, David Buck. Cor, 95 min. *Comédia.* (16.25, TV 2)

Missão Escaldante
«Hostage» (EUA/1987). Real.: Hanro Mohr. Int.: Wings Hauser, Kevin McCarthy, Karen Black, Nancy Locke, Robert Whitehead. Cor, 92 min. *Acção.* (00.25, Canal 1)

Quando o Rio se Enfurece
«Wild River» (EUA/1960). Real.: Elia Kazan. Int.: Montgomery Clift, Lee Remick, Jo Van Fleet, Jay C. Flippen, Albert Salmi. Cor, 105 min. *Ver Desteque.* (00.00, Quatro)

Roleta Russa
«Russian Roulette» (EUA/1975). Real.: Lou Lombardo. Int.: George Segal, Cristina Raines, Denholm Elliott. Cor, 93 min. *«Thriller» Político.* (00.50, SIC)

SÁBADO, 21

O Último Combolo do Katanga
«The Mercenaries» (Gr.Br./1967). Real.: Jack Cardiff. Int.: Rod Taylor, Yvette Mimieux, Peter Carsten, Jim Brown, Kenneth Moore. Cor, 96 min. *Acção.* (12.00, TV 2)

Cimarron
«Cimarron» (EUA/1960). Real.: Anthony Mann. Int.: Glenn Ford, Maria Schell, Ann Baxter, Arthur O'Connell, Russ Tamblyn. Cor, 140 min. *«Western».* (14.30, SIC)

A Águia Voa ao Sol
«The Wings of Eagles» (EUA/1957). Real.: John Ford. Int.: John Wayne, Dan Dailey, Maureen O'Hara, Ward Bond. Cor, 103 min. *Ver Desteque.* (15.50, Canal 1)

A Conquista do Planeta dos Macacos
«The Conquest of the Planet of the Apes» (EUA/1972). Real.: J. Lee Thompson. Int.: Roddy McDowall, Don Murray, Natalie Tunday. Cor, 97 min. *Ficção Científica.* (17.40, Quatro)

A Arte de Matar
«Picasso Trigger» (EUA/1989). Real.: Andy Sidaris. Int.: Steve Bond, Dona Speir, John Aprea, Hope Marie Carlton. Cor, 99 min. *Espionagem.* (23.25, Canal 1)

À Beira do Abismo
«The Big Sleep» (EUA/1946). Real.: Howard Hawks. Int.: Humphrey Bogart, Lauren Bacall, John Ridgley, Martha Vickers. Colorizado, 114 min. *Ver Desteque.* (23.30, SIC)

A Câmara Secreta
«The Star Chamber» (EUA/1983). Real.: Peter Hyams. Int.: Michael Douglas, Hal Halbrook, Yaphet Kotto, Sharon Gless. Cor, 109 min. *Ver Desteque.* (23.45, Quatro)

Galos de Combate
«S'En Fou La Mort» (Fr./Ale./1990). Real.: Claire Denis. Int.: Isaach De Banloé, Alex Descas, Jean-Claude Brialy, Solveig Dommartin. Cor, 89 min. *Drama.* (23.50, TV 2)

«Ghoules»
(EUA/1985). Real.: Luca Bercovich. Int.: Peter Liapis, Lisa Pelikan, Michael Des Barres, Jack Nance, Peter Nance. Cor, 82 min. *Horror.* (01.05, Canal 1)

DOMINGO, 22

O Destino Marca a Hora
(Port./1970). Real.: Henrique Campos. Int.: Tony de Matos, Isabel de Castro, Anabela, Eugénio Salvador, Ivone Silva. P/B, 102 min. *Melodrama.* (14.30, SIC)

O Melhor Para as Crianças
«In the Best Interest of the Children» (EUA). Real.: Michael Rhodes. Int.: Sarah Jessica Parker, Elisabeth Ashley, Sally Struthers. Cor, 120 min. *Drama.* (15.00, Quatro)

A Loira Explosiva
«Will Success Spoil Rock Hunter?» (EUA/1957). Real.: Frank Tashlin. Int.: Jane Mansfield, Tony Randall, Betsy Drake. Cor, 91 min. *Ver Desteque.* (15.45, Canal 1)

Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos

«Mujeres al Borde de um Ataque de Nervios» (Esp./1988). Real.: Pedro Almodovar. Int.: Carmen Maura, Antonio Banderas, Julieta Serrano. Cor, 88 min. *Ver Desteque.* (22.10, SIC)

Trágico Destino
«The Voyagers» (Ale./Fr./Grécia/1991). Real.: Volker Schlöndorff. Int.: Sam Shepard, Julie Delpy, Barbara Sukowa, Dieter Kirchlechner. Cor, 117 min. *Ver Desteque.* (23.55, Canal 1)

Bix: Uma História de Jazz
«Bix» (It./1991). Real.: Pupi Avati. Int.: Bryant Weeks, Ray Edelman, Julia Ewing, Mark Collier, Barbara Wilder. Cor, 115 min. *Ver Desteque.* (00.00, TV 2)

SEGUNDA, 23

À Beira do Fim
«Soylent Green» (EUA/1973). Real.: Richard Fleischer. Int.: Charlton Heston, Edward G. Robinson, Joseph Cotton, Leigh Taylor-Young. Cor, 96 min. *Ver Desteque.* (14.15, SIC)

Como se Fazem Heróis
«Take the High Ground» (EUA/1954). Real.: Richard Brooks. Int.: Richard Widmark, Karl Malden, Carleton Carpenter. Cor, 101 min. *Ver Desteque.* (16.10, TV 2)

A Vizinha do Lado
(Port./1945). Real.: António Lopes Ribeiro. Int.: Nascimento Fernandes, Lucília Simões, António Silva, António Vilar. P/B, 115 min. *Comédia.* (21.30, Quatro)

Assalto ao Arranha-Céus
«Die Hard» (EUA/1988). Real.: John McTiernan. Int.: Bruce Willis, Bonnie Bedelia, Alan Rickman, Reginald Veljohnson, Paul Gleason, De'voreaux White, William Atherton, Alexander Godunov. Cor, 127 minutos. *Ver Desteque.* (22.00, SIC)

Bruce contra Bill
«Bruce vs. Bill» (Hong-Kong). Real.: Lam Kwok Cheung. Int.: Bruce Lee, Bill Lanie, Angela Yaching. Cor, 90 min. *Artes Marciais.* (01.10, Canal 1)

TERÇA, 24

O Embaixador
«The Ambassador» (EUA/1984). Real.: Jack Lee Thompson. Int.: Robert Mitchum, Ellen Surstyn, Rock Hudson. Cor, 90 min. (14.15, SIC)

O Ídolo
«Pride of the Yankees» (EUA/1942). Real.: Sam Wood. Int.: Gary Cooper, Teresa Wright, Babe Ruth, Walter Brennan. P/B, 124 min. *Ver Desteque.* (15.50, TV 2)

A Passerelle
«La Passerelle» (Fr./1987). Real.: Jean-Claude Sussfeld. Int.: Pierre Arditi, Mathilda May, Jany Holt, Aurelle Doazan. Cor, 87 min. *«Thriller» Psicológico.* (22.10, TV 2)

Casada com a Máfia
«Blood Vows: The Story of a Mafia Wife» (EUA/1987). Real.: Paul Wendkos. Int.: Melissa Gilbert, Joe Penny, Eileen Brennan. Cor, 90 min. *Telefilme I «Thriller».* (00.25, Canal 1)

QUARTA, 25

Um Homem, Uma Mulher e Um Banco
«A Man, a Woman and a Bank» (EUA/1979). Real.: Noel Black. Int.: Donald Sutherland, Brooke Adams, Paul Mazursky. Cor, 96 min. *Comédia Policial.* (14.15, SIC)

Vidas Nocturnas
«They Drive By Night» (EUA/1940). Real.: Raoul Walsh. Int.: George Raft, Ann Sheridan, Ida Lupino, Humphrey Bogart. P/B, 91 min. *Ver Desteque.* (16.20, TV 2)

Ao Serviço de Sua Majestade
«Lassiter» (Gr.Br./1983). Real.: Roger Young. Int.: Tom Selleck, Jane Seymour, Lauren Hutton, Bob Hoskins. Cor, 100 min. *«Thriller» I Espionagem.* (21.30, Quatro)

Brigada de Homicídios
«Homicide» (EUA/1991). Real.: David Mamet. Int.: Joe Mantegna, William H. Macy, Natalia Nogulich, Ving Rhames. Cor, 98 min. *Ver Desteque.* (21.40, Canal 1)

Os Campeões do Skate
«Thrashin'» (EUA/1986). Real.: David Winters. Int.: Josh Brolin, Robert Rusler, Pamela Gidley, Brett Marx. Cor, 88 min. *Romance I «Desporto».* (00.00, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 19

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 O Viajante no Tempo
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Isto... S6 Vídeo
22.00 Miss Portugal
24.00 Os Inocentes
00.30 24 Horas
01.10 Chamadas para a Morte
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Os Caminhos da Arte
13.45 Amores no Danúbio
14.35 Aviação Militares
15.05 Infantil
16.15 A Máscara de Dimitrios
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Catwalk
19.45 Magazine «Ecologia/Ciência»
20.15 Nixon
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financial Times
22.00 Serões na Província
24.00 Remate
00.10 Terra Instável: «Sr. Aurélio»
(telefilme)
00.45 Amazônia

Sexta, 20

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.35 «Mad Dog Gang»
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 O Viajante no Tempo
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.05 Edera
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Fera Ferida
22.20 Concurso «1, 2, 3»
23.45 24 Horas
00.25 Missão Escaldante
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 A Natureza de Mitsuaki Iwago
13.45 Amores no Danúbio
14.35 Segredos do Mundo
15.10 Infantil
16.25 Londres é de Gritos
(ver «Filmes na TV»)
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Médicos Escritores
Portugueses
19.50 Anteviseão do Campeonato
Mundial de Futebol
20.50 Futebol: Marítimo-Sporting
23.15 TV2 Jornal
23.50 RTP/Financial Times
24.00 Nixon
00.55 Amazônia

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias

Sábado, 21

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.20 Emoções Fortes
15.50 A Águia Voa ao Sol
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Beverly Hills 90210
18.20 Made in Portugal
18.50 Palavra Puxa Palavra
17.05 Edera
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
21.40 Parabéns
23.25 A Arte de Matar
20.30 «Filmes na TV»
01.00 «Ghoullies»
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 O Último Comboio do Katanga
(ver «Filmes na TV»)
13.45 Tauromaquia
14.15 Musical: «Rhythms of the World»
15.00 Cabeça nas Nuvens
16.00 TV2 Desporto
22.15 De Lisboa, Com Amor
22.30 Ligação Fatal
23.15 Sexualidades
23.50 Galos de Combate
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Uma Questão de Consciência

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Melrose
14.30 Cimarron
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Curvas Perigosas
17.05 Uma Mulher dos Diabos

Domingo, 22

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.30 Dinossauros
15.00 Missão Impossível
15.45 A Loira Explosiva
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Você Decide
18.45 Simpsons
19.15 Eu Tenho Dois Amores
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.15 Na Paz dos Anjos
22.30 Sozinhos em Casa
23.00 Tramas de Seda
23.55 Trágico Destino
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.25 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 Made in Barcelona
11.00 Missa
11.50 70 x 7
12.20 Forum Musical
13.20 Regiões
14.30 O Espírito da Cor
15.00 TV2 Desporto
23.05 Artes e Letras: «Lisboa Revisitada»
24.00 Bix - Uma História de Jazz
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Uma Questão de Consciência

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Vida Selvagem
14.30 O Destino Marca a Hora
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tudo pelas Notícias
17.15 Obras em Casa
17.45 Bom Domingo

Maria João Seixas e os seus convidados falam esta semana de «clubite». Quarta à noite na TV2

Segunda, 23

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.00 Informação
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 O Viajante no Tempo
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.05 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala (últ. episódio)
21.35 Fera Ferida
22.30 A Filha da Cornélia
23.40 Telas da Lei
00.30 24 Horas
01.10 Bruce contra Bill
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.55 Hotéis
13.45 Amores no Danúbio
14.35 Sobreviver
15.05 Infantil
16.10 Como se Fazem Heróis
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Sete Dias
19.40 Desaparecidos
20.15 28 Anos Depois
21.30 TV2 Jornal
22.10 Teatro: «Um Sabor a Mel»
00.45 Remate
00.55 Um Ano em Grande
01.55 Magazine «Cinema»

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 «Soylent Green»
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia

Terça, 24

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 O Viajante no Tempo
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.00 Edera
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.25 Nico d'Obra
21.55 À Luz da Lei
22.55 O Guarda do Palácio
23.45 24 Horas
00.25 Casada com a Mafia
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.45 Amores no Danúbio
14.35 Dossier Terra
15.00 Infantil
15.50 O Ídolo
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Sete Vidas
19.45 Magazine «Viver com Saúde»
20.10 Rotações
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 A Passerelle
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Remate
23.50 O Mestre e Margarida
00.45 Amazônia

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 O Embaixador
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite

Quarta, 25

CANAL 1

08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Grandes Tormentos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 O Viajante no Tempo
14.30 Vizinhos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Clube Paraíso
16.15 Crime, Disse Ela
17.05 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade M' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Vamos Jogar no Totobola
22.55 O Guarda de Homicídios
(ver «Filmes na TV»)
23.20 24 Horas
24.00 Os Campeões do Skate
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

12.00 Infantil
12.50 Histórias de Opera
13.45 Amores no Danúbio
14.30 O Mar e a Terra
15.00 Infantil
16.05 Vidas Nocturnas
(ver «Filmes na TV»)
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.50 Sete Vidas
19.45 Realce
20.15 Morte no Mississippi
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.10 Remate
23.20 Quem Fala Assim
00.15 Amazônia
01.00 Magazine «Ver Artes»

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 «A Man, a Woman and a Bank»
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública



«Uma mulher dos diabos», uma série-tipo-SIC, ao sábado

«Mandala» chega ao fim. «Bons» e «maus» têm, como é costume, o fim que andaram a complicar durante cento e tantos episódios

SIC

12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.15 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 Mulheres de Areia
22.15 Mini Chuva de Estrelas
23.15 Último Jornal
23.35 Os Donos da Bola
23.45 Playboy
00.50 Roleta Russa
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 O Mapa da Mina
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 Mulheres de Areia
22.15 Mini Chuva de Estrelas
23.15 Último Jornal
23.35 Os Donos da Bola
23.45 Playboy
00.50 Roleta Russa
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Telhados de Vidro
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.25 Coisas de Família
15.55 Um Dia a Casa Cai
16.20 Animação
16.30 A Casa do Tio Carlos
17.10 Quem Sai aos Seus
17.40 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
22.00 O Pelotão Chafredo
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Informação
00.10 Quando o Rio se Enfurece
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

17.55 Gladiadores Americanos
18.45 Batman
19.10 Nunca Digas Banzai
20.00 Jornal da Noite
20.40 Balada de Nova Iorque
21.40 Caça ao Tesouro
23.10 Último Jornal
23.30 À Beira do Abismo
(ver «Filmes na TV»)
01.30 Água na Boca

QUATRO

08.00 Animação
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Lassie
11.30 Proezas de Hollywood
12.00 Do Fundo do Coração
12.30 Contra-Ataque
14.00 Top 25
14.35 Estrela
17.15 A Conquista do Planeta dos Macacos
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
20.55 O Jogo do Ganso
23.30 Informação
23.45 A Câmara Secreta
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

20.00 Jornal da Noite
20.30 Pronto a Vestir Paris 94
20.40 Os Trapalhões
21.40 Labirinto
22.10 Mulher à Beira de um Ataque de Nervos
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Último Jornal
00.15 Em Nome de Uma Criança
01.15 O Detective Americano

QUATRO

08.00 Animação
09.30 A Casa do Tio Carlos
11.00 Missa
13.00 Informação Religiosa
13.30 Coisas de Família
14.05 Vamos ao Circo
15.00 Um Amor Inocente (Telefilme)
17.10 Estrelas de Miami
18.00 Moda
18.30 Modelo e Detective
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
20.55 Trocado em Miúdos
21.35 O Turno da Noite
23.05 Passaporte
23.35 Futebol: Inglaterra-Noruega
01.00 Últimas Notícias

QUATRO

21.40 Ora Bolas, Marina
22.10 Assalto ao Arranha-Céus
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Último Jornal
00.35 Os Donos da Bola
01.05 O Detective Americano

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Telhados de Vidro
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Fang
16.30 A Casa do Tio Carlos
17.10 Feita à Medida
17.40 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Vizinha do Lado
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Prolongamento
24.00 Informação
00.30 Estação do Oriente

QUATRO

20.40 Mulheres de Areia
21.30 Pronto a Vestir Paris 94
21.40 Cenas de Um Casamento
22.30 20 Anos - 20 Nomes
23.35 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
01.05 Família do Senador
01.35 O Detective Americano

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.55 Fang
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.10 Feita à Medida
17.40 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Queridos Inimigos
00.45 Anúncios do Outro Mundo
00.15 Informação
00.50 Memórias do Mundial de Futebol

QUATRO

19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Perdoa-me
22.40 A Brincar, a Brincar
23.10 Sim, Sr. Ministro
23.45 Último Jornal
00.05 Os Donos da Bola
00.15 Internacional Sic
00.45 O Detective Americano

QUATRO

12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Fang
16.10 Animação
16.40 A Casa do Tio Carlos
17.10 Feita à Medida
17.50 Topázio
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Ao Serviço de Sua Majestade
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Telemotor
23.50 Informação
00.20 Na Mira do Crime

Por isto e por aquilo...

A Máscara de Dimitrios

(Quinta, 16.15, TV 2)

Um escritor holandês (*Cornelius Leyden*), especialista em romances policiais, interessa-se pela vida de *Dimitrios*, um criminoso célebre, após o chefe da polícia de Istambul lhe ter mostrado o seu cadáver; e decide empreender um verdadeiro inquérito em que é assistido por uma das vítimas do criminoso - o *Sr. Peters*. Até que o movimentado périplo do escritor, que percorre etapas «exóticas» e «misteriosas» como Istambul, Sófia ou Belgrado, o leva até à presença do próprio *Dimitrios* que, afinal, encenara a sua morte... Adaptado do romance *A Coffin for Dimitrios*, de *Eric Ambler*, *A Máscara de Dimitrios*, ao contrário do que era hábito na cinematografia de Hollywood de então, não é protagonizado por estrelas de primeiríssima grandeza - o que, à primeira vista, lhe poderia retirar impacto e espectacularidade - mas as interpretações de *Peter Lorre* (no inabitual papel de um pacato escritor...) e de *Sydney Greenstreet* (no da ex-vítima de *Dimitrios*) são memoráveis. E o filme, sobretudo pelo misterioso ambiente que evoca, é sem dúvida uma das maiores obras do cinema negro norte-americano, para o que contribui decisivamente a fabulosa encenação de *Jean Negulesco*. A não perder.

Quando o Rio se Enfurece

(Sexta, 00.00, Quatro)

Quando, em 1933, a Administração de Roosevelt decide construir uma barragem na região do Tennessee (para evitar a ocorrência de catástrofes e a devastação das espécies, provocada por aquele rio), o engenheiro *Chuck Glover* é enviado para aquelas paragens para dirigir o empreendimento e é confrontado com o apego à terra por parte dos seus proprietários, entre os quais a velha senhora *Ella Garth* cuja família ali se radicara há cem anos atrás. Mas *Chuck* acaba por ultrapassar todos os problemas e levar a cabo o empreendimento que o levava àquelas paragens. O problema que parece ter rodeado este filme de *Elia Kazan* (e que, como tal, provocou reacções contraditórias por parte da crítica) foi a alegada ambiguidade com que terá encarado a sua realização, ao colocar em pé de igualdade (sem tomar partido por uma das partes) os direitos individuais postos em causa por um projecto que se dizia ir contribuir para a melhoria das condições de toda uma comunidade. A polémica não surpreende, posto que, no que toca a *Kazan*, estávamos já na fase em que o cineasta optara pelo chamado cinema humanista em oposição ao cinema empenhado para o qual haviam contribuído as suas primeiras convicções de artista - o que é patente, neste filme, a propósito do seu contraditório entendimento da sociedade sulista norte-americana. A descobrir.

A Águia Voa ao Sol

(Sábado, 15.50, Canal 1)

Filme de acção e biográfico, *A Águia Voa ao Sol* conta-nos a história de um famoso aviador pioneiro da I Guerra Mundial, *Frank «Spig» Wead*, que se destacou por ser um dos melhores pilotos da Força Aérea norte-americana e cuja paralisia, provocada por um inesperado acidente caseiro, vai provocar a sua indomável vontade em ultrapassar, depois de uma operação, a sua dramática incapacidade física. Protagonizado, nos papéis principais, por *John Wayne* e *Maureen O' Hara*, o filme engloba os principais temas caros a *John Ford*, mas o resultado final é desigual.

À Beira do Abismo

(Sábado, 23.30, SIC)

Clássico, entre os clássicos, e realizado por *Howard Hawks* em 46 a partir do romance homónimo de *Raymond Chandler*, tudo já foi dito acerca deste filme (amplamente conhecido dos «cinéfilos» das nossas televisões, onde já foi projectado várias vezes), uma das obras-primas mais fabulosamente intrincadas de todo o cinema negro norte-americano, com *Humphrey Bogart* na pele de *Phillip Marlow* e *Lauren Bacall* a trocar, com ele, alguns dos diálogos mais portentosos de todo o cinema. Sabendo-se também que, lamentavelmente, se trata de uma «cópia colorizada», já toda a gente sabe o que fazer com os botões do televisor. Mais palavras para quê?

A Câmara Secreta

(Sábado, 23.45, Quatro)

Um jovem juiz, atormentado por problemas de consciência provocados pela sistemática libertação de alegados criminosos em função das peculiaridades legais da justiça, acaba por mergulhar no complexo mundo da «justiça paralela», chegando a estar implicado na condenação de dois homens suspeitos do assassinio de uma criança. E, quando descobre que afinal os acusados estão inocentes, vai fazer tudo para os salvar, apesar do próprio risco de ser abatido. Mas, tal como advertem as referências, embora realizado com alguma astúcia e brilhantismo por *Peter Hyams*, o filme peca por ser demasiado óbvio e, ao mesmo tempo, assaz inverosímil.

A Loira Explosiva

(Domingo, 15.45, Canal 1)

Começando a sua carreira como autor de banda desenhada e, depois, como autor de comédias, *Frank Tashlin*, o realizador deste filme, talvez tenha ficado mais conhecido em virtude dos oito filmes em que dirigiu *Jerry Lewis*. Mas sem dúvida que, se de *Jane Mansfield* ficou alguma memória aproveitável no cinema, ela se ficou a dever exclusivamente aos dois filmes que *Tashlin* realizou com ela - o anterior *The Girl Can't Help It* (1956) e este *Will Success Spoil Rock Hunter?* (1957), uma brilhante sátira ao mundo da publicidade, que serve para entreter, com alguns momentos irresistíveis, esta tarde de domingo.

Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos

(Domingo, 22.10, SIC)

Primeira de uma série de obras que englobam um ciclo dedicado pela SIC ao cineasta espanhol *Pedro Almodóvar*, este filme é a sua oitava grande-metragem e a segunda a alcançar fama internacional, após o êxito de *Que He Hecho Yo Para Merecer Esto?* Autêntico drama de «faca e alguidar», que arranca ao espectador assíduas e fortes gargalhadas, a história é um exemplo... exemplar de um certo cinema pop dos anos 80, e conta-nos as desventuras de uma obscura atriz de TV e figu-



Bruce Willis em apuros numa sequência de «Assalto ao Arranha-Céus», de John McTiernan

rante de publicidade ao ser abandonada pelo seu amante de longos anos. Encenado com o artifício e a loucura desbragada a que o realizador nos habituou (e de que frequentemente viria a abusar!), o filme é irresistível naquilo que a própria canção com que termina acaba por desvendar - é que tudo não é mais do que... «puro teatro»! Olé!

Trágico Destino

(Domingo, 23.55, Canal 1)

Como bem observa *Roger Ebert*, este filme de *Volker Schonendorf* começa num ambiente de mistério, e intriga-nos; continua a desenvolver-se num fio condutor inteligente, e absorve-nos; e acaba num banal melodrama e desilude-nos. Adaptado do romance *Homo Faber*, de *Max Frish*, *Trágico Destino* faz-nos acompanhar a trajetória de um engenheiro americano, afastado de tudo e de todos, que um acaso faz com que venha a recordar os seus tempos de estudante na Europa, antes da II Grande Guerra, numa história que o leva ao encontro de uma jovem muito bela, com a qual se envolve amorosamente, sem saber que se trata da sua própria filha. Com momentos de grande cinema (os flash-backs a sépia) alternando com um confrangedor estatismo da encenação, o problema maior do filme parece ser ter o realizador privilegiado o que as personagens dizem umas às outras e não o que realmente as faz relacionar-se entre si - um problema de escrita cinematográfica que costuma atacar muito boa gente...

Bix: Uma História de Jazz

(Domingo, 00.00, TV 2)

Para além da novidade de se tratar de um filme seleccionado para o Festival de Cinema de Cannes de 1991, a curiosidade está em averiguar a forma como o italiano *Pupi Avati* (ele próprio músico de Jazz, para além de jornalista e especialista numa certa corrente fantástica do cinema italiano) aborda a biografia, potencialmente fascinante, contraditória e dramática, do trompetista *Bix Beiderbecke* - o primeiro grande músico branco da História do Jazz. A confirmar.

À Beira do Fim

(Segunda, 14.15, SIC)

Uma incursão de *Richard Fleischer* pelo cinema fantástico e de ficção científica, ao contar-nos, com alguma espectacularidade mas sem grandes voos, a história de um polícia que investiga um assassinio numa Manhattan situada em 2022, superpovoada e mergulhada na violência e no crime. É o início das *matinées* cinematográficas na SIC, que já não nos espantaria viesse (a exemplo da TV 2) a desterrar, para uma área da programação de pouca audiência, algumas obras interessantes que fariam bem melhor figura no «horário nobre». Ou os insondáveis critérios das nossas televisões...

Como se Fazem Heróis

(Segunda, 16.10, TV 2)

«Transformar um grupo de civis numa disciplinada e eficiente unidade de combate» é «um eterno processo de paciência» - diz-nos o *Boletim de Programas da RTP* a propósito deste filme de *Richard Brooks*. Não se poderia, de facto, ser mais sucinto a propósito de um filme menor de um notável realizador que começa por denunciar a mentalidade fascista que preside ao «espírito de caserna» na preparação dos soldados para a Guerra da Coreia (durante a qual o filme foi rodado) para depois nos apresentar todas as «razões» afinal «justificadoras» dessa mesma mentalidade... Um filme basto ambíguo, de que se salva a fabulosa interpretação de *Richard Widmark*, na pele de uma personagem odiosa.

Assalto ao Arranha-Céus

(Segunda, 22.00, SIC)

Um pouco ao contrário dos indestrutíveis «heróis solitários» (típicos do militante reaganismo cinematográfico), este *John McLane*, simples



Lauren Bacall e Humphrey Bogart, na obra-prima, de Howard Hawks, «À Beira do Abismo»



Gary Cooper no papel do baseballista norte-americano Lou Gehrig, em «O Ídolo», de Sam Wood

polícia de Nova Iorque, começa por surgir aos nossos olhos como um pacato «agente da ordem» que não deixa de nos surpreender com a sua aterradora (e aterrada) vulnerabilidade face ao pânico de morte em que involuntariamente se envolve. Tudo começa quando vem a Los Angeles para reacender a chama de um casamento em declínio e celebrar com a mulher e os filhos a véspera de Natal. Mas outras «chamas» o aguardam! Chegado ao arranha-céus onde se realiza a festa anual da empresa em que a mulher traba-

lha, eis que os convivas (e o nosso herói) são surpreendidos pelo ataque de um grupo de terroristas que os converte em reféns durante a tentativa de roubar centenas de milhões de dólares em ações, à guarda de um cofre forte. É então que *McLane*, fazendo das fraquezas forças, se vê perante a necessidade de resolver, praticamente só e sempre à beira do colapso final, uma tão complexa situação. O que se segue é indescritível, com cenas de acção, violência e destruição como raramente o cinema nos deu, e ainda alguns perfeitos achados (que funcionam como contraponto aos habituais clichés dos filmes de acção) como a cena de autêntico bailado em que se transforma o duelo final ou as insólitas comunicações de rádio do aterrorizado *McLean* com o único ponto de ajuda no exterior... Destaque, ainda, para uma impecável distribuição de actores que adequadamente escolhe essa figura-de-todos-os-dias de *Modelo e Detective* (*Bruce Willis*) para primeira figura de cartaz, brilhantemente acompanhado por um surpreendente *Alan Rickman* (actor britânico da *Royal Shakespeare Company*), na exemplar composição do sinistro cérebro terrorista. Claro que um filme que já passou, pelo menos, duas vezes nos nossos ecrãs de televisão não é, propriamente, uma «novidade» numa rubrica cujo título (embora simbólico) é *Noite de Estreia*... Mas os adeptos do género, que porventura ainda não o tenham visto, não podem perdê-lo.

O Ídolo

(Terça, 15.50, TV 2)

Baseado na biografia romanceada de *Lou Gehrig* (verdadeira «lenda» do baseball norte-americano que, em pleno ascenso da sua carreira de desportista, acabou por ser vitimado por uma doença implacável), este filme foi brilhantemente encenado por *Sam Wood* e não menos fulgurantemente protagonizado por *Gary Cooper* (contemplado com a nomeação para o Oscar) e devolve-nos a especial e entusiástica atmosfera de um desporto bastante arredo da compreensão dos espectadores europeus. Mas, para a crónica dos bastidores do filme, aqui fica o pormenor anedótico: tendo intensivamente treinado algumas «peculiaridades» do jogo antes da sua rodagem, *Cooper* nunca foi capaz de bater a bola do lado esquerdo (como fazia *Gehrig*), pelo que o realizador rodou as sequências do estádio com o actor a bater a bola como mais lhe ia a jeito, optando por inserir, na montagem final, as cópias invertidas desses planos... E esta?

Vidas Nocturnas

(Quarta, 16.20, TV 2)

Mais um exemplar interessante da vaga de fundo do grande cinema norte-americano dos anos 40. Aqui, estamos perante um melodrama rodeado de fortes implicações sociais - a dura vida dos camionistas que transportam as mercadorias para os mercados durante a madrugada e os seus conflitos e confrontos com patrões implacáveis - bem encenado por *Raoul Walsh* e com excelentes diálogos de *Jerry Wald* e *Richard Macaulay* a cargo de um brilhante naipe de intérpretes.

Brigada de Homicídios

(Quarta, 21.40, Canal 1)

Filme policial, bem ao gosto do original argumentista, escritor e cineasta que é *David Mamet*, aqui desenvolvendo com o seu já reconhecido talento um intrincado enredo que começa por ser uma normal investigação sobre um crime e acaba por se debruçar sobre a reflexão psicológica do próprio protagonista - um polícia judeu confrontado com o anti-semitismo e o racismo. No papel principal está um dos grandes actores dos anos 80 - e um dos preferidos de *Mamet* - *Joe Mantegna*, numa criação fulgurante.

Ser ou não ser «rasca»

Não era um dos momentos «hardcore» da SIC: as imagens do jovem que exibiu o seu próprio sexo

perante as câmaras,

integravam-se na reportagem da RTP 1, «a primeira», quando das manifestações dos estudantes do Secundário. E, contudo, a cobertura telejornalística do acontecimento esteve longe de ser exaustiva: o que aconteceu, sem dúvida, foi que a RTP decidiu privilegiar os aspectos escabrosos. O pénis do jovem estudante, real ou suposto. Os letrados (muito minoritários entre todos os que surgiram na manifestação) que se referiam grosseiramente à ministra Manuela. A queixa policial de que haviam sido

apreendidas «armas brancas» entre os manifestantes. A conferência de Imprensa em

que um porta-voz da polícia perorou surpreendentemente acerca da Teoria da Ordem nas Ruas, autopromovendo-se de elemento de uma corporação executiva às funções de filósofo do Estado e pré-legislados.

Entretanto, duvido de que os telespectadores tenham sido minimamente esclarecidos sobre os motivos que animavam os estudantes. Nem mesmo se soube se a exibição pública do sexo

significava uma reivindicação estudantil ou havia sido apenas um destempero, encomendado ou não, aproveitável pelos que desde sempre desejavam colecionar argumentos e supostas «provas» que desacreditassem a contestação. De facto, a generalidade dos poucos estudantes ouvidos pela reportagem não

dominava a arte da expressão oral, o que só espantará quem não se lembre do nível etário do Secundário e do pouco que o ensino sob contestação faz em favor da oralidade. Também quando os conflitos surgem entre patrões e operários é natural e frequente que estes últimos se expressem com menos brilho. O que não prova que não tenham razão. Pelo contrário: o que vem lembrar que também no plano do desenvolvimento cultural ocorre a exploração do homem pelo homem.

■ Correia da Fonseca

Ombro a ombro com as moscas

De um modo geral, como se sabe, não apenas a(s) TV(s) como todos os grandes *media* «informaram» o seu público não do que estava verdadeiramente em questão mas sim dos aspectos marginais, rabos desnudos ou sexos em punho, letrados malcriados ou esporádicas palhaçadas, como se fossem esses os dados emblemáticos do movimento. Com isto, é claro que consubstanciaram uma manobra de mistificação da opinião pública. Hoje, para milhares de cidadãos, que se julgam razoavelmente informados, os estudantes do Secundário são «aqueles que mostram o rabo e o sexo», não os que recusam pagar o preço de uma política educativa mediocre, demagógica e impostora. Com excelentes razões que os *media* não divulgam.

Falando de Televisão, que é o tema destas colunas, digamos que talvez os telespectadores saibam que os estudantes recusam as Provas Globais que o Ministério pretende impor-lhes, e já é saber alguma coisa. Mas provavelmente ignoram que essa recusa não radica no desejo de não estudar, como será convicção generalizada, mas exactamente na opção contrária. O que já está de facto a acontecer é que os estudantes podem manter-se sem estudar desde o Ensino Básico até ao 9º ano sem que por isso «chumbem»: como até já tem sido falado, os professores estão praticamente impedidos de reprovarem os alunos até aquele ano, e por determinações provenientes do Ministério da Educação. O resultado dessa facilitação extrema é que as estatísticas de bom aproveitamento subiram em flecha e o nosso país fica em condições de fazer um brilharete aos olhos estrangeiros em matéria de aproveitamento escolar. Numa destas manhãs, a RTP informou-nos de que as moscas portuguesas são as melhores, e por isso até já estamos a exportá-las para Espanha. As regras impostas pelo Ministério da Educação ao Ensino Secundário permite que os estudantes ombriem estaticamente com as moscas em prestígio europeu.

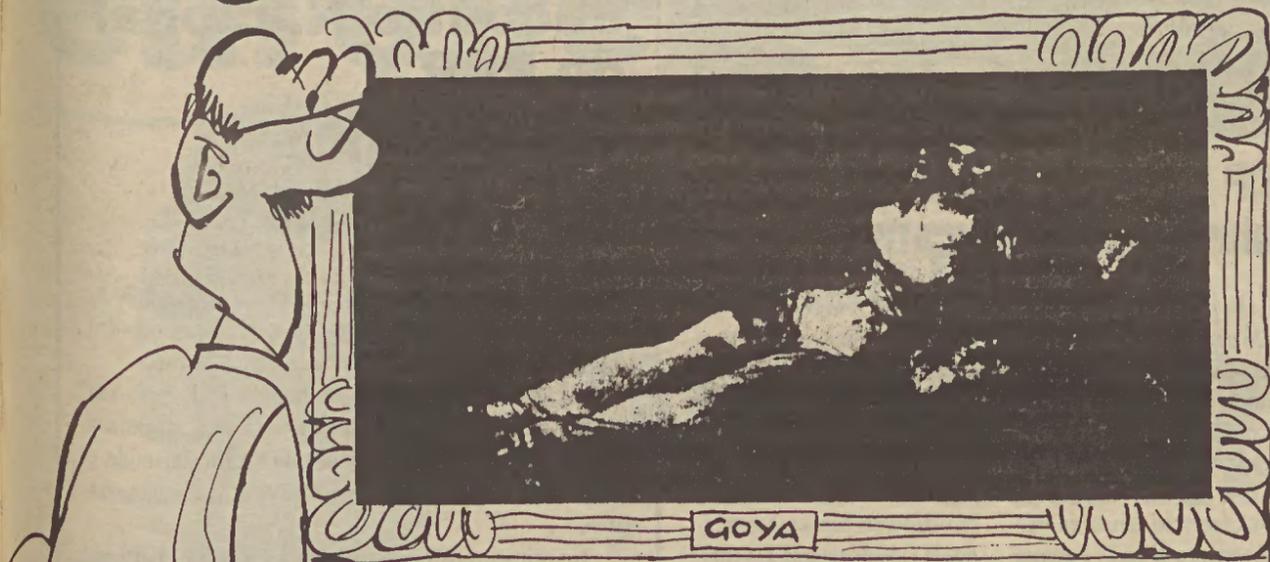
Um caminho para o massacre

Como, porém, é imperioso que essa enorme massa de estudantes «bem sucedidos» não vá bater às portas do Ensino Superior já superlotado, o Ministério inventou as Provas Globais inevitavelmente destinadas a dizimarem-nos 10º, 11º e 12º anos, os virtuais candidatos às universidades. O massacre promete ser tanto mais fácil quanto é certo que os alunos não foram obrigados a aprender nada de jeito antes de chegarem ali. E ao Ministério não parece importar que tudo isto seja objectivamente contraditório com as Bases Gerais da Educação aprovadas por unanimidade na Assembleia da República em 1986.

Ora, perante isto, o que os estudantes do Secundário reivindicaram é uma verdadeira Avaliação Contínua que, ao longo de toda a escolaridade anterior, verifique com verdade os níveis de aproveitamento, o que aliás só de forma muito duvidosa podia ser substituído por Provas Globais no final dos últimos anos. Por outras palavras: reclamam a necessidade de saber não apenas no fim dos últimos anos mas ao longo de todo o percurso académico anterior. Perante isto, só por ignorância ou por má-fé se pode acusá-los de não quererem estudar.

Dúvida final

Nada disto, contudo, foi divulgado pela Televisão que, entretanto, diz e mostra o bastante para que fique claramente sugerido que esta é uma «geração rasca» (para utilizar aqui as palavras de Vicente Jorge Silva, que no «Público» deu forma vocabular à convicção que também o seu jornal ajudou a semear). Será? Não duvido de que haja indivíduos «rascas» no meio de tantos milhares, embora anote como é extremamente baixa a taxa de rabos e sexos exibidos em manifestações tão concorridas e inevitavelmente infiltradas por provocadores, remunerados ou não. Pergunto-me, porém, se não será muito mais «rasca» a Televisão que cobre assim, com tão pouca seriedade e sem escrúpulos que se lhe pressintam, um fenómeno social de primeiríssima importância. Se não deverá recair sobre ela, e não sobre os jovens que afinal reclamam um ensino decente, o desprezo dos cidadãos até agora tão mal informados.



de FOICE

Branca da Silva

No dia em que encontrei a D. Branca da Silva no 33, ataviada como num domingo de festa, não me passou pela cabeça estar a assistir ao nascimento de uma empresária de sucesso.

A D. Branca, convém esclarecer, é uma daquelas pessoas a quem gerações sucessivas de encapotada miséria tinha inculcado a convicção, vá-se lá saber porquê, de que grão a grão enche a galinha o papo, até ao dia em que o marido, cansado de tão galinácea vida, resolveu emigrar para a Alemanha em busca de maior fartura. Foi o azar dele, apanhado por alegado engano num banho turco em que neonazis lhe limpavam o sebo, e a sorte dela, que em compensação da viuvez precoce arrecadou um pé de meia providencial. A partir dessa altura a D. Branca passou a ser cliente habitual de Centros de Saúde, SAPs, Hospitais Civis, não tanto por maleitas do corpo, que felizmente não tinha, mas para enganar a solidão que lhe crescia em casa desde o passamento do marido. Sentava-se fazendo renda, metia conversa com enfermeiros, médicos e demais pessoal, lia jornais esquecidos, dava uma ajuda nisto e naquilo, prestava esclarecimentos a desorientados doentes, conhecia os cantos da casa.

Acabaram por considerá-la, se não imprescindível, pelo menos útil. De tal modo que ainda a viuvez ia no início e já a D. Branca tratava toda a gente pelo nome, conhecia de cor instrumentos e aparelhos clínicos, diagnosticava doenças com precisão de especialista, aconselhava terapias de efeito rápido e eficaz. Não faltou mesmo quem, julgando-a da casa, insistisse em gratificá-la, coisa que rejeitava com tanta convicção que mais premente tornava, sem disso se aperceber, o reconhecido gesto.

A D. Branca ficou realmente doente no dia em que a novidade se espalhou. Primeiro não quis acreditar, era lá possível, uma pessoa tão simpática a quem tinha até beijado numa das muitas inaugurações em que participou, fazer uma coisa dessas; depois, quando já não restavam dúvidas, teve um fanico nervoso, passou dias e dias passando do choro convulsivo às gargalhadas histéricas, chegando inclusive a ficar uma semana inteira sem sair de casa, o que por sua vez provocou um corropio no prédio e engarrafamentos na rua, com médicos, enfermeiras e um rol de quanta profissão imaginar se possa a entrar e a sair a toda a hora em cuidados com a pobre senhora, tornada numa verdadeira instituição pública.

Numa manhã de sol, muito cedo, quando as visitas ainda não tinham começado a bater-lhe à porta, D. Branca levantou-se do leito em que estivera prostrada dias a fio, arrumou-se com todo o aprumo, saiu apressada em direcção à Caixa Geral de Depósitos onde actualizou a caderneta e trocou umas palavrinhas com um gerente verdadeiramente atónito, passou depois pela Redacção de um jornal conhecido para dizer de sua justiça a um director que passou o resto do dia de boca aberta, deu ainda uma saltada a uma estação de televisão onde foi recebida por um director de programas que se convenceu que desta vez é que ia ganhar o prémio Pulitzer, e entrou finalmente numa conservatória para registar a empresa que decidira criar.

Quando a encontrei no 33, D. Branca levava na carteira o alvará que a credenciava como empresária de uma sociedade anónima especializada em penhoras. Já fora ao cemitério de Benfica deixar um ramo de flores na campa do defunto e preparava-se para ser recebida pelo secretário de Estado da Segurança Social. Se os Hospitais iam ser penhorados, ela estava disposta a lançar-se no negócio.

Da última vez que a vi, numa loja fina da Baixa, colocava etiquetas em estetoscópios, espátulas, aparelhos de raios X, fracos de álcool e caixinhas de gaze. Irradiava felicidade a atender um cirurgião que por ali passara a levantar um bisturi para uma operação de urgência.

■ AF

Congresso da ANAFRE Freguesias põem Governo no Tribunal Europeu

O IV Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), ocorrido no fim de semana em Braga, exigiu que a petição das freguesias entregue a 29 de Novembro de 1992 na Assembleia da República seja "discutida com urgência". Neste contexto, as resoluções finais englobam a elaboração de uma

Rosa do Egípto, da Junta dos Olivais, e o Conselho Fiscal a Margarida Godinho, da Freguesia do Redondo.

Os presidentes das juntas de freguesias prometem "acompanhar o processo entregue ao Provedor de Justiça com vista à declaração de inconstitucionalidade da Lei das Finanças

nos encargos com a ADSE, IRS e Caixa Nacional de Freguesias".

Pretendem, também, do Ministério da Administração Interna, "medidas que imponham na prática o que está consignado na Constituição sobre segurança dos cidadãos" e propõem "alterações à lei para que os períodos de dispensa ao serviço dos autarcas seja elevado para o dobro".

A Associação Nacional das Freguesias quer "criar mecanismos de diálogo e consulta com a Assembleia Nacional de Municípios Portugueses, para se concertarem posições face aos problemas do Poder Local".

As freguesias querem distribuição de competências e de verbas e acusam o Governo de não cumprir as normas europeias sobre Poder Local

queixa ao Tribunal Europeu "por o Governo português não dar cumprimento às normas europeias do Poder Local", e a "exigência de uma nova lei que dê mais competências às freguesias e as dote dos respectivos meios financeiros".

Os mil e 100 autarcas presentes no Palácio de Exposições e Desportos reelegeram o presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, Manuel Marçal Pina, para liderar a associação, ficando a Mesa do Congresso entregue a José Manuel

Locais, Estatuto do Eleito Local e Regime de Delimitação de Investimentos Públicos".

Pedem "um regime de permanência para os autarcas de freguesia" e exigem, do poder central, "a descentralização financeira directa para as freguesias", bem como "legislação que permita o direito à associação entre freguesias".

O congresso decidiu, ainda, reivindicar "o lançamento de uma campanha nacional para dotar as freguesias de sedes condignas" e uma "compensação

Trabalho clandestino alastra Um salário alemão para oito portugueses

Numa rusga efectuada em finais de Abril, as autoridades alemãs detectaram operários de construção civil portugueses a trabalhar clandestinamente por 300 escudos/hora, revelou a agência Lusa citando fontes em Berlim.

Numa firma do norte da Alemanha, um inspector de trabalho deparou com 13 operários portugueses que tinham sido ilegalmente «cedidos» por um subempreiteiro, também português, a um empreiteiro alemão, por 2,88 marcos a hora (cerca de 300 escudos). Segundo dados da Associação Alemã da Construção Civil, um operário especializado alemão ganha quase 24 marcos (cerca de 2500 escudos) por trabalho idêntico ao que os portugueses fazem.

A rusga envolveu mais de três mil inspectores de trabalho, guardas da alfândega e polícias,

informou o Ministério Federal do Trabalho. Das 2960 empresas controladas, 257, sobretudo do ramo da construção, tinham trabalhadores estrangeiros clandestinos ao seu serviço. Das firmas inspeccionadas, 128 foram processadas, enquanto 12480 trabalhadores alemães e 4620 estrangeiros não tinham os seus documentos em ordem. Decorrem investigações contra 660 operários estrangeiros que não possuíam qualquer autorização de trabalho.

As empresas infractoras podem ser punidas com multas até 10 mil marcos (mais de mil contos).

Os métodos de exploração a que estavam sujeitos até agora os trabalhadores do Leste europeu na Alemanha estenderam-se já, segundo as próprias autoridades alemãs, a assalariados da União Europeia.



PCP interpela Governo sobre política educativa

Está agendada para o próximo dia 26 uma interpelação do PCP ao Governo sobre política geral, centrada na política educativa e na concretização dos direitos dos jovens à educação e ao ensino.

No centro do debate estarão temas como a negação a muitos milhares de crianças e jovens do direito à educação e ao ensino, a imposição de uma reforma do sistema educativo que se tem caracterizado pela improvisação e a desresponsabilização do Estado no sentido de garantir o desenvolvimento e a qualidade do ensino público.

De acordo com as declarações feitas terça-feira em conferência de imprensa pelos deputados António Filipe e Paulo Rodrigues, que estavam acompanha-

dos por Ana Resende, assessora jurídica do Grupo comunista, o Governo não deixará igualmente de ser confrontado no decorrer da interpelação com outros aspectos marcantes da sua política, como sejam, a desvalorização da escola pública, a instabilidade e desorientação governativa, bem como a sua incapacidade para estabelecer um diálogo com os vários agentes do sistema educativo.

Entretanto, no âmbito da interpelação, tem lugar no próximo dia 23, na Assembleia da República, uma audição, onde estarão em debate a educação pré-escolar e a reforma educativa, para a qual foram convidados autarcas, professores, associações de estudantes e associações de pais.

Encontro Nacional do PCP Nova política para a saúde

É já no próximo sábado, com início pelas 10.30 h, que se realiza no Hotel Roma, em Lisboa, o Encontro Nacional do PCP — Nova Política para a Saúde.

O Encontro é mais um contributo do PCP, de forma aberta, para o necessário debate nacional, visando a resolução dos sérios problemas do sector da saúde e para a elaboração de uma nova política nacional nesta área.

No primeiro painel, logo após a sessão de abertura, com o tema «Saúde — Direito ou Privilégio», estará em debate a situação actual do sistema de saúde, os problemas do acesso aos cuidados de saúde, o subfinanciamento do sistema, etc.

No segundo painel, com início às 14.45 h, o tema será «Nova Política para a Saúde» e o debate incidirá sobre as propostas para a alternativa da actual política e para uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde.

Na sessão de encerramento, o camarada Edgar Correia, da Comissão Política do CC, fará uma intervenção.

